



OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

COMPANHIA ABERTA - CNPJ 76.535.764/0001-43

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO OI S.A. - Em Recuperação Judicial - 2022

1 - Mensagens aos Acionistas

O ano de 2022 foi um ano de grandes marcas para a Oi, mas um dos mais importantes foi, sem dúvida, a mudança definitiva do modelo operacional da Companhia com a conclusão da venda das principais UPLs previstas no Aditamento ao Plano de Recuperação Judicial. Foi uma mudança significativa que resultou em uma completa reinvenção da Oi como empresa, apontando para uma nova missão e visão, e nos colocando novamente numa trajetória de pioneirismo no mercado.

Conduzido de maneira planejada e transparente, o processo de transformação foi necessário para corrigir nossa rota, ganhar leveza e agilidade, priorizando serviços estratégicos, como a fibra, que representará o futuro da Companhia. Foi com esse objetivo que, em 2022, estruturamos e completamos com sucesso algumas das maiores e mais complexas operações de venda de ativos do país, incluindo a venda de nossa operação móvel e a criação da Vtal, que inaugurou no Brasil a maior empresa de rede neutra do Brasil, a partir da separação estrutural da nossa infraestrutura de fibra ótica. Também conseguimos concluir um processo inédito de segregação das operações vendidas para outras operadoras de telecomunicações, com total cuidado para que não houvesse impacto para os clientes. E, ao mesmo tempo, fomos bem-sucedidos no projeto de conquistar uma das maiores bases de usuários de fibra residencial e empresarial e desenvolver uma das maiores operações de soluções de TI para grandes empresas do país, como resultado do trabalho de nossas unidades Oi Fibra e Oi Soluções.

Com os recursos da venda das operações, reduzimos de maneira significativa o volume de endividamento da Companhia, com pagamento integral efetuado a vários credores, como, por exemplo, o BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

No entanto, sabemos que ainda enfrentamos desafios importantes para a sustentabilidade futura. Entramos em novo período de Recuperação Judicial, com outra fase de negociação com os credores financeiros, sempre com o objetivo de garantir a otimização da liquidez e do perfil de endividamento, permitindo a execução da nossa estratégia de negócio, em linha com as regras e compromissos assumidos junto à ANATEL - Agência Nacional de Telecomunicações.

No campo regulatório, a Oi também terá um ano de importantes discussões sobre a migração do regime de concessão para o de autorização, bem como a definição do saldo da concessão, ambos em fase de análise pela ANATEL e TCUB. Estes temas juntamente com o processo de arbitragem também em andamento na qual solicitamos indenizações e sobre eventos desequilibrantes ocorridos ao longo do período de vigência da concessão, sem dúvida serão temas cruciais para a Companhia em 2023.

A mudança de regime é uma opção prevista pela Lei Geral de Telecomunicações, em substituição ao contrato de concessão, vigente até 2025. Para a Oi, a mudança de regime deverá considerar a atratividade para a adaptação por meio da definição do saldo de migração (que deverá ser investido pela concessionária migrante especialmente na implantação de *Backhaul* e banda larga em áreas não atendidas) em um valor justo e razoável. Paralelamente existe ainda a necessidade de se rever, urgentemente, o uso de recursos na prestação da telefonia fixa e suas obrigações, pois esse serviço está em total desuso.

Em meio aos desafios, a Companhia segue firme em seu propósito de levar a vida digital para todos e com uma visão de ser líder em soluções digitais e conexões de fibra ótica que melhore a vida das pessoas e das empresas. Nesse sentido, colocamos em prática ações que visam fazer da Oi uma empresa cada vez mais sustentável em linha com os pilares ESG. Temos como base de cuidado com nossas pessoas, incluindo colaboradores, fornecedores e clientes, com o meio ambiente e com a forma de gestão da nossa Companhia. A empresa tem investido em projetos sustentáveis, como os de geração de energia limpa (Oi Energia) e educacionais, como o NAVIE, instituição classificada entre as 10 melhores escolas públicas estaduais de ensino médio do Brasil.

Ná área de Gestão de Pessoas e Cultura da Companhia está investindo em iniciativas para promover um ambiente inovador, colaborativo, mais ágil, com aprendizagem contínua, oportunidades de desenvolvimento e escuta ativa e da transparência na comunicação. Mesmo nos momentos mais desafiantes, como o processo de Recuperação Judicial, a Oi tem conduzido uma jornada de valorização e respeito aos seus colaboradores. Como resultado desse processo, a Oi recebeu o selo *Top Employers*, pela excelência na gestão de pessoas. A certificação vem se somar a outras conquistas da Oi na gestão de Recursos Humanos. Entre eles, o prêmio *Gupy* - 100 RHs que inspiram, e o destaque como empresa que mais subiu no ranking de gestão de pessoas do Anuário 360º 2022, da Época Negócios de 2022.

Finalmente, não poderíamos deixar de falar do Oi Futuro, nosso instituto de inovação e criatividade para impacto social que deu início a um movimento estratégico para ampliar suas redes de colaboração para o novo momento de inovação de seus principais programas, abrindo espaço para novos parceiros e patrocinadores. Dentro da nova governança com mais empresas mantenedoras ao lado da Oi, a gestão dos programas ficará a cargo do Oi Futuro que já conta com uma time multifuncional.

Vale lembrar ainda que em 2022, o NAVIE Recife foi reconhecido como a maior melhor escola pública estadual de todo o Brasil pelo Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) e que o Centro Cultural Oi Futuro realizou as portas por completo após contexto pandêmico movimentando mais de 60 mil visitantes. Resultados que nos enchem de orgulho e indicam que seguimos no caminho de transformação social.

2 - Conjuntura Econômica

Centro Internacional

As previsões para 2022 indicavam que esse seria um ano de recuperação da economia com o avanço da vacinação contra a covid-19 e a menor letalidade das novas variantes, permitindo, assim, a retomada da atividade econômica. Porém, a invasão da Ucrânia pela Rússia promoveu um novo período de incertezas globalmente. A inflação no mundo inteiro aumentou e os bancos centrais precisaram elevar os juros, impactando negativamente a recuperação das economias globais.

Com a guerra e as sanções dos principais países ocidentais impostas à Rússia, o presidente Vladimir Putin reagiu e reduziu os fluxos dos gasodutos para a Europa, afetando o preço da energia dispar na região. Somado a isso, a Rússia e Ucrânia, com o apoio do auxílio Brasil, vale gás e auxílios mercantis para caminhoneiros e taxistas afetados pela inflação. Apesar de tais estímulos ao consumo, o aperto monetário promovido desde o início da crise global de insumos e os cortes de PIS/COFINS e ICMS sobre os combustíveis e energia elétrica promovidos pelo governo federal, a inflação desacelerou e fechou o ano em 5,79%.

Em relação às eleições presidenciais, Lula foi eleito pela terceira vez e, apesar de uma reta final de eleição menos conturbada que o previsto, o cenário pós eleição se mostrou o inverso, com discursos pró gastos públicos, aprovação da PEC Transitoria e o lento processo de nomeação do time de ministros sem nomes favoráveis à uma política fiscal restrita. Ao longo de 2022, houve forte volatilidade do Real versus o Dólar, mas a moeda brasileira encerrou o ano em R\$ 5,217, uma valorização de 6,5% quando comparada ao ano anterior.

Expectativas para 2023

O novo ano será desafiador para a economia global. A guerra na Ucrânia sem perspectiva para acabar, a desaceleração econômica da China e juros mais altos nos EUA e Europa devem fazer com que a economia cresça timidamente em 2023. Por outro lado, a inflação desacelerando, permite uma pausa no aperto monetário pelos bancos centrais no mundo. Nos EUA, espera-se que a recessão seja evitada, mas não há expectativa de redução na taxa de juros ao longo de 2023. A China busca reverter o baço crescimento de 2022 com a flexibilização de medidas contra a covid-19 mencionadas anteriormente. A média global do crescimento do PIB projetada para 2023 é de 2,7%, segundo dados do Fundo Monetário Internacional (FMI).

No Brasil, no contexto pós eleições, com a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva para presidente, o mercado se mostrou inseguro diante da possibilidade de aumento dos gastos e desequilíbrio nas contas públicas, mas espera-se melhora das condições sociais do país. A incerteza vindo do cenário político-fiscal, assim como o mundo crescendo menos, também deve prejudicar nosso crescimento aqui. Espera-se um crescimento na ordem de 1,0% no país em 2023. O câmbio deve ter mais um ano volátil e as projeções indicam um câmbio médio de R\$ 5,25 no ano.

3 - O Setor de Telecomunicações no Brasil em 2022

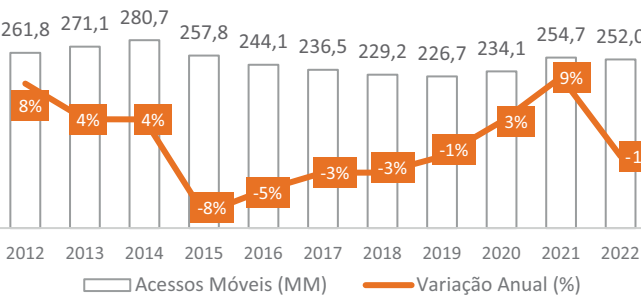
Segundo a ANATEL, no final de dezembro de 2022, o total de acessos dos serviços de telecomunicações no Brasil somou 337,6 milhões, representado por 271 milhões de linhas fixas em serviço, 252,0 milhões de acessos móveis, 44,4 milhões de acessos de internet em banda larga fixa (Serviço de Comunicação Multimídia - SCM), sendo desse total 31,0 milhões de acessos de tecnologia fibra e 14,0 milhões de acessos de TV por assinatura. A queda de 1,1%, que corresponde a menos 3,6 milhões de acessos em relação a 2021 mostra que o crescimento de acessos banda larga, avançado pela tecnologia fibra, não compensou a perda de acessos dos segmentos de linhas fixas, móvel e TV. Telefonia Fixa

O mercado brasileiro de telefonia fixa atingiu, em dezembro de 2022, 271 milhões de linhas em serviço, segundo os dados da ANATEL, mantendo o mesmo ritmo de redução anual, de 5,7% sobre dezembro de 2021, observado no ano anterior. As concessionárias de telefonia fixa representavam 47,8% do total dos acessos fixos em serviço em 2022. O serviço de telefonia fixa vem mantendo de forma consistente uma queda acelerada de seus acessos, alinhada às mudanças estruturais do setor - de migração de tráfego da telefonia fixa para a telefonia móvel e para dados - e observadas ao longo dos últimos anos em escala global.

Telefonia Móvel

O mercado móvel apresentou 252,0 milhões de acessos (incluindo "Pontos de Serviço" e "M2M") em dezembro de 2022 e teledensidade de 99,8% sobre a população (considera somente acessos do tipo "Padrão", não considerando em seu cálculo acessos do tipo "Ponto de Serviço" e "M2M"). O segmento teve queda total de 2,7 milhões de acessos, com o crescimento do pós-pago (crescimento de 4,6 milhões de acessos) não sendo suficiente para compensar a queda do pré-pago (queda de 7,4 milhões acessos). O pós-pago encerrou o ano de 2022 representando 55,6% do total de acessos móvel.

Evolução do Mercado de Telefonia Móvel



A transformação de perfil da base vem sendo observada desde de 2015, quando as mudanças na tarifa de interconexão começaram a ser refletidas em on-nets mais atrativas para chamadas entre diferentes operadoras, tornando o uso de segundo chip para chamadas on-net menos relevantes. A dinâmica veio sendo reforçada pela adoção da internet como principal meio de acesso para comunicação, em função do surgimento de aplicativos como WhatsApp, por exemplo. Mais recentemente, a consolidação do setor deu início a uma nova fase de desleixo, com a redução do número de competidores para três principais players, após a conclusão da venda da operação móvel da Oi, cujo perfil era de atuação baseada em atributos de preços e, portanto, detentora de uma parte relevante da base pré-pago do mercado.

Em fevereiro de 2022, o CADE (Conselho de Administração de Defesa Econômica) aprovou a venda dos ativos do setor de telefonia móvel da Oi (UPI Móvel) para a Vivo, TIM e Claro, com condicionantes impostas aos compradores relacionados à oferta de roaming e direitos de uso de rede para operadoras menores e a venda de sites de telefonia celular. Em abril de 2022, a operação foi concluída e até que seja finalizado o processo de migração dos usuários pelas operadoras compradoras, a Oi prestará o serviço de transição, como acordado na operação, garantindo assim a continuidade do serviço para esses usuários.

Banda Larga Fixa (SCM)

Segundo dados da ANATEL, o mercado de acesso à internet através da banda larga fixa (Serviço de Comunicação Multimídia - SCM) manteve-se como uma das avançadas de crescimento do setor em 2022. Ao final do ano, a base de acessos atingiu 44,4 milhões, com crescimento de 6,7% frente a 2021 representando 2,8 milhões de novos acessos vale frisar que o mercado de banda larga tem sofrido recentemente relevantes, chegando a variação na ordem de milhão de acessos. Neste contexto, o que impulsionou o crescimento foram os investimentos e movimentos de conexão de internet banda larga via fibra, que vem aumentando ano contra ano. Atualmente, a fibra é responsável por 31,0 milhões, totalizando 69,7% do mercado.

O ano de 2022 foi marcado por iniciativas de separação estrutural da rede por 3 das 4 grandes operadoras de telecom do país (Oi, TIM e Vivo). Desse movimento foram criadas duas redes neutras (Oi - V.Tal, TIM - IHS Systems), com grande destaque para a Vtal cujo extensão da rede de fibra ótica é a maior do país. Com a mudança do perfil da indústria, até então CAPEX intensiva - exigência de grandes investimentos para operar o serviço e com um *payback* longo, é esperado que o compartilhamento da infraestrutura permita uma redução de custos para todos os envolvidos, diminuindo as barreiras de entrada para novos provedores e mudando a lógica da concorrência de internet banda larga no Brasil, que deverá ter a competição mais baseada na diferenciação de atributos de oferta e atendimento para operadoras que adotarem a expansão nestes modelos.

TV por Assinatura

Em 2022, a base de acessos dos serviços de TV por assinatura apresentou queda de 2,0 milhões de acessos, representando uma retração de 12,7% em relação ao ano de 2021. Ao fim de dezembro de 2022, os acessos de TV por assinatura totalizaram 14,0 milhões de assinantes. Considerando apenas os acessos do tipo "padrão" (contratação de plano mensal), houve queda de 72% (-1,0 milhão) no número de acessos quando comparado com dezembro de 2021. Tal cenário se repete para os acessos do tipo "Live Via Satélite" (aquisição do equipamento sem contrato plano mensal), com queda de 40,5% (-1,1 milhão).

A tecnologia mais representativa foi o DTH (*Direct to Home*), que teve queda de 13,8%, fechando o ano com 8,0 milhões de acessos (representando 57,0% dos acessos de TV por assinatura). Em seguida, a tecnologia cabo coaxial apresentou queda de 13,8%, fechando o ano com 4,7 milhões de acessos (representando 33,4% dos acessos de TV por assinatura). Já a tecnologia FTTH teve queda de 0,6%, fechando o ano com 1,3 milhão de acessos (representando 9,6% dos acessos de TV por assinatura).

4 - Perfil da Empresa

A Companhia é uma das principais provedoras de serviços de telecomunicações no Brasil, atuando em todo o território nacional. No segundo trimestre de 2022, a Oi concluiu duas importantes etapas de seu plano de transformação, com a conclusão (i) da venda da operação móvel e (ii) da alienação parcial de sua infraestrutura de fibra, operada pela Vtal. Dessa forma, neste ano demos início a operação da Nova Oi.

A Nova Oi tem quatro componentes principais, com perfis e capacidades de geração de valor diferentes.

Oi Fibra e Novas Recetas

A partir de junho de 2022, foi inaugurado no país um modelo de negócio inédito e em escala relevante para a operação da fibra, através do uso da maior infraestrutura de rede neutra do país, que contribuirá não só para aceleração do crescimento da Oi, como também para o desenvolvimento do mercado brasileiro de fibra.

A operação de clientes da Oi Fibra é o nosso principal motor para o futuro e encerrou 2022 representando cerca de 44% das receitas da Nova Oi. É esperado que o segmento apresente um aumento da margem gradual, a medida que o modelo de fibra seja expandido.

Neste segmento também, capturamos as oportunidades de receitas adicionais em serviços digitais e casa conectada. Em 2022, a Oi consolidou a estratégia de geração de novas receitas, baseada nas frentes de: Casa Cliente, Oi Place, Oi Energia e Serviços Digitais.

A evolução das soluções de Casa Cliente como o lançamento do Oi Fibra X que consiste em soluções de banda larga que incluem o Mesh, FTTR (Fiber To The Room) e cabeamento, para prover uma melhor cobertura Wi-Fi dentro das residências e empresas, através da instalação de múltiplos pontos adicionais para ampliação do sinal de forma inteligente nas residências e empresas e fornecer uma experiência transparente de conexão, mesmo em ambientes maiores. A Companhia foi pioneira na América Latina em oferecer a solução de FTTR para seus clientes e tem previsão de rollout nacional desta solução ainda em 2023. Adicionalmente, oferece ainda a garantia de um nível serviço diferenciado e atendimento proativo, assim como possui em seu *roadmap* a evolução do Oi Expert - atendimento com especialistas para suportar o cliente em toda sua jornada digital, seja nas configurações simples do seu celular ou *smart TV*, até instalação de softwares, uso de antivírus etc.

No Oi Place, a Oi estruturou a operação e definiu a nova arquitetura que suportará a evolução da plataforma que entrará no ar no primeiro semestre de 2023. Na frente de Oi Energia, a Oi lançou o serviço em caráter de "Produto viável mínimo" (*MVP - Minimum Viable Product*), já com seus primeiros clientes e com plano de expansão ao longo de 2023, tanto em base de clientes como em praças de atuação.

Por fim, nos Serviços Digitais, a Oi lançou serviços de Saúde e Educação para seus clientes, ampliando o acesso a serviços fundamentais e ampliando a atuação da Companhia em outros segmentos.

Oi Soluções

O segundo componente é a Oi Soluções, nossa operação para clientes Corporativos, que representou cerca de 30% das receitas da Nova Oi, resultante principalmente das ofertas de longo prazo de conectividade. A operação é um negócio core significativo e que vem trazendo resultados por meio da transformação de nossa atuação, com a operação sendo uma plataforma para desenvolver um modelo focado em Tech. A conectividade combinada a soluções abrangentes no portfólio, desde a infraestrutura de fibra até a distribuição de um vasto portfólio de produtos TIC, em parceria com startups e principais players do setor, passam a ser a base para sustentação do crescimento deste segmento.

Esta operação é e alavancada em nossa base de clientes já existente, um importante ativo, já que o portfólio da Oi Soluções está presente em mais de 80% das maiores empresas do Brasil, se tornando um importante canal de acesso a estes clientes finais.

Legado e Subsidiárias

O terceiro componente é a combinação de diferentes serviços que representaram 26% das receitas da Nova Oi. Os serviços legados, aqueles ligados à concessão de telefonia fixa, em função de diversas transformações pelas quais vem passando o setor, possuem um perfil de receita declinante. Ao longo de anos de aceleração nesta queda, a Companhia vem gerindo os desafios operacionais deste serviço, entretanto com sua atuação modulada pela regulação do contrato de concessão. Dessa forma, a revisão de temas regulatórios relacionados a este segmento será a alavanca transformação para esta operação.

A Companhia possui ainda sua operação de TV DTH, cujo processo de negociação para venda se encontra em andamento. Até que uma eventual operação venha ser concluída, a Companhia usufrui de seus resultados, entretanto é importante ressaltar que a Oi deixou de ter foco comercial, para aquisição de novos clientes, nesse segmento.

A Oi possui ainda duas subsidiárias integrais, a Serede e a Tahto. A primeira atua em serviços de campo para manutenção da infraestrutura de rede para as operadoras, principalmente a Vtal, e a segunda atua em operações de call center. Ambas possuem oportunidades de crescimento associadas à aquisição de novos clientes e melhores oportunidades de rentabilidade, em função da implementação do plano de eficiência.

5 - Estratégia da Companhia

A Nova Oi será uma empresa mais simples, leve e eficiente com foco total no atendimento aos clientes e, por isso, priorizará uma TI ágil, focada no atendimento digital, omnicanalidade, guiada por dados e *Analytics* e com *time-to-market* acelerado, permitindo a liderança no lançamento das melhores ofertas no mercado. A nova escala permitirá o fortalecimento da empresa nos segmentos onde já atua e a captura de novas receitas em múltiplas áreas, avançadas pelos diferenciais competitivos da Oi.

Para garantir uma operação sustentável e o rigoroso controle de custos, várias ações em diferentes frentes seguem sendo realizadas, como aumento significativo dos níveis de digitalização, a contínua revisão e otimização de processos e a readequação de foco operacional nas áreas que representam o futuro da Companhia.

A Companhia, ao longo de toda sua história de transformação, alcançou diversos marcos, entre os de maior destaque ao longo do ano:

- Redução da dívida financeira bruta a valor justo em quase 40% e geração de economias de Opex com foco em operações descontinuadas e eficientes;
- Migração bem-sucedida para o modelo de separação estrutural da infraestrutura;
- Conclusão de todas as principais operações de M&A com ativos core e não-core, como a venda das UPLs de Torres e Datacenters e a conclusão do processo para venda do controle da UPI InfraCo (Vtal) e da UPI Ativos Móveis para Vivo, TIM e Claro;

• Evolução das discussões com a ANATEL face a necessidade de equipacionamento de deficitária concessão de telefonia fixa, para a qual a Oi abriu procedimento arbitral, de elevadíssima monta, em face do poder econômico, e que vem sendo discutida intensamente com os órgãos reguladores e de supervisão, bem como a adaptação do regime de concessão para um modelo de autorização;

• Reposicionamento da marca Nova Oi e foco na aceleração dos negócios de conectividade e serviços não telecom (aceleração das receitas de fibra e TIC e criação de flocos de nova receitas).

O processo de recuperação da Oi, ainda que cumprido em seus etapas até aqui, ainda precisa de ações adicionais, sobretudo por conta de condições exógenas e não controláveis, inerentes a qualquer plano de longo prazo, como a deterioração do ambiente macroeconômico, um declínio em ritmo ainda mais acelerado das receitas de telefonia fixa, disputas recentes e impactos de obrigações do passado. E, com isso, faz-se necessário endereçar, de maneira definitiva, a continuidade do processo de restituição de sua dívida, em discussão com os principais credores financeiros da Oi, sendo a maioria deles fundos internacionais, e que tem como premissa não impactar a operação de dia a dia. Maiores detalhes sobre este tema foram tratados no item seguinte.

6 - Recuperação Judicial Anterior, Novo Pedido de Recuperação Judicial e renegociação de dívidas com os principais credores financeiros

As informações acerca da Recuperação Judicial ajuizada em 2016 (inclusive no que tange à venda dos ativos previstos no PRU, conforme aditado), bem como sobre o recente pedido de nova Recuperação Judicial formulado pela Companhia e suas subsidiárias Portugal Telecom International Finance B.V. - Em Recuperação Judicial e Oi Brasil Holdings Cooperatief U.A. - Em Recuperação Judicial e, ainda, as tratativas com seus principais credores financeiros para a reestruturação da sua dívida financeira e apoio a um futuro plano de recuperação judicial que será oportunamente apresentado estão divulgadas na Nota 13 das Demonstrações Financeiras da Companhia de 31 de dezembro de 2022.

A integra do Plano de Recuperação Judicial ("PRJ") anterior e do Aditamento ao PRU encontra-se à disposição dos acionistas da Companhia na sede da Companhia e em seus "websites" (www.oi.com.br/ri) ou <http://www.recjud.com.br/>.

7 - Desempenho Operacional

A Companhia encerrou 2022 com 13.136 mil de unidades geradoras de receita ("UGRs"), sendo 12.348 mil relativas a operação continuada (Nova Oi) e 788 mil relativas a operação descontinuada ou manidas para venda, que representam basicamente a operação de TV DTH ao final de 2022. Das UGRs da operação continuada, 7.690 mil são acessos Fibra, 2.224 mil são acessos Oi Soluções, enquanto 2.434 mil são acessos legados e telefones públicos.

Em dezembro de 2022, o serviço Oi Fibra superou a marca de 3,9 milhões de casas conectadas (*Homes Connected* - HCs), sendo 15,7% superior ao ano anterior, alcançando uma taxa de ocupação (*take up*) de cerca de 20%. Com o auxílio da Vtal, a Oi Fibra atingiu mais de 19,7 milhões de casas passadas (*Homes Passed* - HPS) em 277 cidades, um crescimento de 5,1 milhões de novos HPS a base potencial de HCs. A expectativa é continuar esse ritmo acelerado de expansão de novas cidades para os próximos anos, com a expansão da fibra para mercados importantes em diversas regiões. O centro da estratégia de investimentos será a aceleração dos projetos de fibra ótica, que possibilitam um grande crescimento das operações de banda larga residencial, e que dão sustentação também para as atividades no mercado B2B. A Companhia registrou 7.690 mil UGRs de Fibra, ao final do ano de 2022, crescimento de 14,5% em relação ao ano de 2021.

A Oi apresentou 13,7% de *market share* no segmento de fibra ótica (inclui acessos corporativos), segundo relatório da ANATEL. Em dezembro de 2022, o *market share* de acessos para a faixa de velocidade acima de 300 Mbps foi de 17,3%. Para o segmento de pequenas empresas, hoje denominado "Oi Seu Negócio", a Companhia utiliza a estratégia de precificação e regularização com foco na Fibra usada no B2C, dadas às suas semelhanças de mercado. Como diferencial a "Oi Seu Negócio" oferece serviços que vão além da conectividade como a parceria com o PagBank PagSeguro, fechando o ano com penetração de 20% no gross.

Oi Soluções

Na operação continuada, a Companhia encerrou 2022 com R\$ 2.780 milhões de Receita Líquida, crescimento de 2,9% em relação ao ano anterior. Para o segmento Oi Soluções, a Oi se posiciona como uma integradora e provedora de soluções digitais de Telecomunicações e TI (Tecnologia da Informação) oferecendo serviços consultivos e customizados e um portfólio abrangente de soluções de TIC (Tecnologia da Informação e Comunicação).

Legado

A Oi encerrou o ano de 2022 com 2.434 mil UGRs de serviços legados relacionados ao cobre e telefones públicos, queda de 44,0% em relação ao ano de 2021. O serviço de cobre segue o processo de retração da demanda e sua crescente substituição pela telefonia móvel e por tecnologias de serviço residencial mais avançadas, com menor latência e maior confiança, como o caso da Fibra na banda larga.

Além do processo de redução da demanda, a Companhia reduziu o foco comercial nesses serviços desde 2020 e vem acelerando a substituição de serviços de cobre por fibra. Desta forma, foram redirecionados os esforços comerciais e financeiros para acelerar o projeto de FTTH, a fim de maximizar a geração de valor.

Mobilidade Pessoal

A Oi fechou a venda da Unidade Móvel em abril de 2022 com 38.846 mil UGRs no segmento de Mobilidade Pessoal, que atualmente está alocado no grupo de operações descontinuadas, apresentando um crescimento de 0,1% de quando comparado à dezembro de 2021 ou 46 mil adições líquidas, uma queda de 15 mil no Pré-pago e um crescimento de 60 mil no Pós-pago.

A queda do Pré-pago se deu pelo fechamento de canais de vendas no final de 2022 e pela manutenção do estímulo a migração para planos Pós e Controle, o que levou o segmento a fechar em abril de 2022 com 13.609 mil UGRs, crescimento de 0,4% em relação ao ano de 2021. Além da política de migração de cliente via canais digitais, simplificação de processos e otimização de despesas, hoje denominado "Oi Seu Negócio", a Companhia utiliza a estratégia de precificação e regularização com foco na Fibra usada no B2C, dadas às suas semelhanças de mercado. Como diferencial a "Oi Seu Negócio" oferece serviços que vão além da conectividade como a parceria com o PagBank PagSeguro, fechando o ano com penetração de 20% no gross.

8 - Desempenho Econômico-Financeiro

Com a conclusão da venda das UPLs, detalhadas nas seções anteriores, o resultado consolidado foi impactado até março de 2022 pelo segmento de mobilidade e até maio de 2022 pela operação de infraestrutura, a Vtal. Desta forma, a comparabilidade das informações, em relação ao ano anterior, possui um importante impacto decorrente das operações de desinvestimento concluídas em 2022.

A receita líquida das Operações Continuadas totalizou R\$ 10.485 milhões no ano de 2022 em linha com o ano de 2021. Desse montante, R\$ 10.371 milhões correspondem a Operação Brasileira, sendo R\$ 3.999 milhões referente a Fibra, R\$ 2.780 milhões referente a Oi Soluções, R\$ 3.188 milhões em Serviços de Legado e Outros serviços e a receita líquida das Operações Descontinuadas totalizou R\$ 2.119.

Há que se destacar o forte desempenho das receitas de Fibra durante o ano de 2022, sendo o principal responsável pelo *turnaround* operacional, já representando cerca de 44% do total das receitas da Nova Oi. No acumulado de 2022, as receitas de Fibra totalizaram aproximadamente R\$ 4,0 bilhões, apresentando um crescimento de 35,8% em relação ao ano de 2021.

Os custos e despesas operacionais (excluindo depreciação e amortização) totalizaram R\$ 23.948 milhões em 2022, sendo os principais custos: (i) R\$ 14.249 de perdas com imparidade, sendo R\$ 14.108 relativos a Operações de Serviços Legados e R\$ 141 relativos a Operações de TV; (ii) R\$ 3.670 milhões com serviços de terceiros; (iii) R\$ 3.130 milhões com aluguéis e seguros; (iv) R\$ 1.870 milhões com pessoal; (v) R\$ 476 milhões em serviço de manutenção da rede; (vi) R\$ 252 milhões com publicidade e propaganda e (vii) R\$ 138 milhões com custos de interconexão.

Em 2022, o EBITDA de rotina da Companhia totalizou em R\$ 2.204 milhões. Deste total, R\$ 2.173 milhões foram relativos as operações brasileiras, com uma margem de 17,5% e o prejuízo anual alcançou R\$ 19.266 milhões, foi impactado principalmente em função do da provisão para perda resultante dos testes de *impairment* de ativos, além da variação cambial resultante da desvalorização do Real frente ao dólar em 2022, bem como das atividades usuais da Companhia.

9 - Endividamento

Em 2022, a base de acessos dos serviços de TV por assinatura apresentou queda de 2,0 milhões de acessos, representando uma retração de 12,7% em relação ao ano de 2021. Ao fim de dezembro de 2022, os acessos de TV por assinatura totalizaram 14,0 milhões de assinantes. Considerando apenas os acessos do tipo "padrão" (contratação de plano mensal), houve queda de 72% (-1,0 milhão) no número de acessos quando comparado com dezembro de 2021. Tal cenário se repete para os acessos do tipo "Live Via Satélite" (aquisição do equipamento sem contrato plano mensal), com queda de 40,5% (-1,1 milhão).

A tecnologia mais representativa foi o DTH (*Direct to Home*), que teve queda de 13,8%, fechando o ano com 8,0 milhões de acessos (representando 57,0% dos acessos de TV por assinatura). Em seguida, a tecnologia cabo coaxial apresentou queda de 13,8%, fechando o ano com 4,7 milhões de acessos (representando 33,4% dos acessos de TV por assinatura). Já a tecnologia FTTH teve queda de 0,6%, fechando o ano com 1,3 milhão de acessos (representando 9,6% dos acessos de TV por assinatura).

A dívida bruta consolidada da Oi S.A. a valor justo encerrou o ano de 2022 com um saldo de R\$ 22.302 milhões, representando uma redução de 32,4% ou R\$ 10.688 milhões em relação ao registrado em dezembro de 2021. A redução anual é resultado, principalmente, da conclusão da venda da UPI Ativos Móveis em abril de 2022, onde houve o pré-pagamento das seguintes dívidas: BNDES, Debêntures 2ª emissão e *Bond Senior* em 2022, onde juntas totalizaram aproximadamente R\$ 11.311 milhões. Somado a isso, a valorização do Real vs Dólar de 6,5% no comparativo anual e das amortizações de dívidas (principalmente juros do *bond* 2025), no valor de R\$ 1.169 milhões no ano de 2022. Por outro lado, estes itens foram parcialmente compensados pelos usuais *accual* de juros no período, além da amortizado do ajuste a valor presente (AVP).

Em dezembro de 2022, a parcela da dívida em moeda estrangeira representava 68,1% da dívida a valor justo e o prazo médio consolidado estava em 5,6 anos no período. A Companhia encerrou o ano com caixa consolidado de R\$ 3.223 milhões, 3,5% superior ao registrado no ano anterior. Com isso, sua dívida líquida totalizou R\$ 19.079 milhões, 36,1% menor em relação ao registrado em dezembro de 2021, vis a vis a menor dívida bruta no período. A pequena redução no caixa anual, por sua vez, ocorreu, em função da manutenção de um Capex elevado, além do pagamento de obrigações pontuais, incluindo os pagamentos mencionados acima.

10 - Investimentos

Os investimentos realizados nas operações brasileiras ao longo de 2022 totalizaram R\$ 3.856 milhões, uma redução de 49% em relação ao ano de 2021, devido à venda da empresa Vtal que ocorreu no mês de maio. Cumpre ressaltar que a origem dos recursos aplicados aos investimentos refere-se à captação, venda de ativos e cessão de créditos. Mesmo um cenário de reduzida flexibilidade financeira e atuando com responsabilidade na gestão do caixa, a Oi investiu em infraestrutura e no core



OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

COMPANHIA ABERTA - CNPJ 76.535.764/0001-43

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Energia

A gestão energética está inserida no plano estratégico da Oi e busca diversificar a sua matriz de consumo, migrando para fontes renováveis com menor custo, além de contribuir com o meio ambiente, principalmente no combate às mudanças climáticas e redução das emissões de carbono.

A estratégia é pautada nos seguintes objetivos:

- Reduzir custos com energia;
- Planejar e controlar o gasto energético;
- Ampliar os projetos estruturantes de fontes alternativas;
- Criar na Companhia uma mentalidade de racionalização de consumo.

Atualmente 55% da matriz de energia elétrica da Oi é proveniente de fontes renováveis (biogás, solar e hídrica), a meta é atingir 100% até 2025. No ranking da CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) o grupo Oi aparece na 3ª posição como maior consumidor especial do Ambiente de Contratação Livre (ACL).

Em virtude da aceleração dos projetos estruturantes de energia, em 2022 totalizamos 390 unidades no ACL e uma projeção de migração de mais 139 unidades em 2023, totalizando 529 unidades no Mercado Livre de Energia.

Logística reversa

Com a logística reversa da Companhia, coletamos os materiais descartados por Operações para encaminhamento a reciclagem e fazemos a recuperação de equipamentos eletrônicos, após o encerramento de contratos com os clientes, para que novos usuários possam utilizá-los.

A recuperação de equipamentos para reuso gerou uma economia de capex de R\$ 6,3 milhões nos meses de outubro, novembro e dezembro, com 79 mil equipamentos de FTTH (ONT) e 2 mil equipamentos de dados geraram uma economia de Capex de R\$ 4,3 milhões, totalizando R\$ 10,6 milhões de *saving* na recuperação dos equipamentos de Fibra e Dados ao longo do ano de 2022.

SOCIAL

Desde 2001, o Oi Futuro – Instituto de Inovação e Criatividade para impacto social da Oi - é responsável pelo investimento social privado da Oi. Por meio de sua atuação, a Companhia reforça o seu compromisso com a construção de uma sociedade mais diversa e inclusiva, alinhada à agenda ESG (sigla em inglês para Ambiental, Social e Governança) e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) propostos pela ONU. Constituído legalmente como uma *Oscip* (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público), o Oi Futuro está presente em todas as regiões do país, trabalhando para impactar positivamente a vida das pessoas.

No ano de 2022, o instituto seguiu o seu propósito de conectar e impulsionar pessoas e organizações para o apoio e realização de projetos transformadores por meio do uso inovador e criativo das novas tecnologias. Com ações nas áreas de Cultura, Educação e Inovação Social, o Oi Futuro promoveu e democratizou a vida digital para a construção de novos futuros para todos e todas.

Ao longo do ano, o Oi Futuro desenvolveu e apoiou projetos culturais, educacionais e sociais, tratando de temas como igualdade de gênero e racial, neurodiversidade, saúde mental, sustentabilidade, empreendedorismo social, entre outros. Ao lado do público, de governos, organizações, empresas privadas e profissionais das mais diversas áreas, o instituto trabalhou no amplo acesso à arte, cultura e educação.

Foi também um ano de consolidação de sua estratégia de fortalecer a sua atuação por meio de parcerias sustentáveis e redes de colaboração com a missão de apoiar o seu impacto e iniciar novos ciclos de inovação das suas iniciativas. Para isso, estruturou o novo Comitê Estratégico formado por especialistas das áreas de Cultura e Educação para trabalhar a visão de futuro de seus principais programas: Nave (Núcleo Avançado em Educação) e Centro Cultural Oi Futuro, com o objetivo de implementar a experimentação de novas tecnologias, linguagens, formatos e interações com os diversos públicos.

Cultura

Mantendo o seu compromisso de democratização da produção, fruição e acesso à cultura a todos os públicos na era digital, o Oi Futuro se realinou como catalisador da experimentação e inovação por meio da arte.

O Centro Cultural Oi Futuro, referência na convergência entre a arte, ciência e a tecnologia, completou 17 anos, trazendo para o público as grandes questões sobre o futuro, provocando reflexões e antecipando tendências a partir de uma curadoria plural de sua programação.

A programação de peças e exposições foram sucesso de crítica e de público, juntamente com o Museu - Museu das Comunicações e Humanidades, receberam mais de 60 mil visitantes no ano passado e 23 mil visitas na plataforma de Acesso Digital Online. Com foco nas tecnologias de comunicação e como sua evolução impacta as relações humanas o Museu oferece uma experiência única a cada visita, com atrações interativas customizadas, ambientes imersivos e tecnologias de realidade virtual.

Ainda no campo de museus, o programa HUB+, em parceria com a Secretaria Estadual de Cultura do Rio de Janeiro, promoveu mentoria técnica e formação de 12 meses para profissionais de dez museus fluminenses selecionados por meio de edital. O pólo central do programa se originou do Museu e suas experiências em ações educativas, de acessibilidades e de preservação de acervo.

O Oi Futuro também apoiou oito festivais em todas as regiões do país alcançando um público de mais de 120 mil pessoas. Em 2022, o Programa Oi de Patrocínios Culturais Incentivados também anunciou o resultado de sua 17ª edição do edital de patrocínio para o apoio de 22 projetos culturais em nove estados do país.

O instituto também realizou editais para aceleração e capacitação de projetos e profissionais da economia criativa em parceria com instituições, governos e empreendedores. Destaque para o Cultura Circular, realizado em parceria com o British Council, que apresentou uma proposta inédita de levar as pautas da sustentabilidade e emergência climática para o centro do universo de seis festivais brasileiros e promover eventos com melhores práticas socioambientais em todas as suas etapas de criação e gestão.

Fiel ao propósito de construção de uma sociedade com mais diversidade e igualdade de oportunidades, o Oi Futuro lançou em 2022 a terceira edição do Arte Sônica Amplificada - ASA. Pela primeira vez, o ASA teve alcance nacional e reuniu 400 milhares profissionais da indústria da música e do som de 26 estados brasileiros no processo de qualificação profissional, desenvolvimento de carreira e criação de rede. O objetivo dessa iniciativa é impulsionar as mulheres no âmbito individual e coletivo, para que elas possam desenvolver suas próprias potencialidades e também transformar a vida de outras mulheres.

Educação

A partir do propósito de impulsionar a inovação no Ensino Médio por meio da experimentação de novas tecnologias, metodologias educacionais e empoderamento dos estudantes e educadores, o NAVE busca construir no dia-a-dia um ambiente escolar inovador, criativo e inclusivo no Brasil.

Com foco na formação dos jovens para a economia criativa e digital, o NAVE, programa de Educação de Ensino Médio Integrado ao Profissional, completou 16 anos em 2022 com mais de 3.600 estudantes formados - graduou 271 estudantes no 3º ano do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional. Além de preparar para o novo mundo do trabalho e para a vida digital, o NAVE forma cidadãos conscientes, autônomos e protagonistas dos seus projetos de vida.

Fruto da parceria público-privada com as secretarias de Estado de Educação de Pernambuco e do Rio de Janeiro, o NAVE Rio e o NAVE Recife oferecem cursos técnicos de Programação e Multimídia. Como marco nessa trajetória o NAVE Recife foi reconhecido em 2022 como a nona melhor escola pública estadual de todo Brasil pelo Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica). Outro momento importante foi a sua participação no Rio Innovation Week - maior encontro de tecnologia, inovação e negócios da América Latina, que se sediou a mesa "Educar para Inovar: o case NAVE" onde o público pôde conhecer detalhes do programa que associa educação e inovação.

No eixo de formação de educadores, em parceria com o British Council, o Oi Futuro criou a Órbita - Trajetórias Educacionais, plataforma que oferece cursos autoinstrucionais gratuitos e que tem a cultura digital como eixo integrador. No eixo de empreendedorismo e empregabilidade, o Geração Nave, programa de desenvolvimento e carreira voltado exclusivamente para os egressos do programa, teve como resultado a contratação de 15 ex-alunos no Oi e sete na Vega Soluções – empresa de tecnologia do setor do agronegócio.

Em parceria com o Conselho Nacional de Secretários de Educação e no âmbito da Frente Curriculo e Novo Ensino Médio, o Oi Futuro contribuiu para a atualização dos currículos dos Estados. Em 2022, todas as unidades da Federação passaram a ter seus referenciais curriculares alinhados à Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Ao longo de 2022, o Oi Futuro disponibilizou gratuitamente materiais de referência pedagógicos a partir dos NAVES - como e-books, guias, especiais e conteúdos audiovisuais - disseminando o conhecimento produzido pelo Programa, provocando reflexões e inspirando professores, escolas e redes de ensino. Somando todos os materiais publicados o Oi Futuro alcançou em 2022 mais de 85 mil usuários.

Inovação Social

Com foco no fomento e desenvolvimento do ecossistema da economia criativa e digital para impacto social, o Oi Futuro ofereceu programas de aceleração, workshops, capacitações e mentorias, contribuindo para a formação de centenas de empreendedores sociais e apoiando o desenvolvimento de negócios e organizações da sociedade civil.

Em maio de 2022, teve início a 4ª edição do Impulso, programa de Aceleração para Negócios de Impacto Social, Organizações da Sociedade Civil e Grupos Culturais que fazem parte da economia criativa do Rio de Janeiro. O programa selecionou 10 iniciativas para oferecer mentorias e capacitações ao longo de nove meses nas áreas de estratégia, gestão, comunicação, sistemas, entre outras.

O Move_MT, Programa de Aceleração para Negócios Criativos e de Impacto Sociocultural de Mato Grosso em parceria com a Secel/MT (Secretaria de Estado de Cultura, Esporte e Lazer do Mato Grosso) teve a sua primeira edição concluída em abril de 2022, com objetivo de impulsionar empreendedores sociais da economia criativa no Mato Grosso. No total 30 iniciativas foram selecionadas e 24 concluíram o programa e, mais de 245 empreendedores participaram de workshops online. Uma segunda edição do MOVE em parceria com a Secel/MT foi confirmada e anunciada para 2023.

GOVERNANÇA

O sistema de governança no qual a Companhia está inserida engloba seu estatuto social, estrutura societária, estrutura organizacional, políticas, procedimentos e práticas adotadas, com também as disposições previstas no PJI das Empresas Oi e em seu aditamento, homologado pelo Juízo da Recuperação Judicial em outubro de 2020.

O atual Estatuto Social da Companhia, aprovado em setembro de 2018 e alterado em 26 de abril de 2019, 16 de outubro de 2020, 19, 30 de abril de 2021 e 1 de dezembro de 2022 caracteriza-se pela adoção de elevados padrões de governança corporativa, que incluem, dentre outros pontos: (i) conversibilidade das ações preferenciais, quando e nas condições aprovadas pelo Conselho de Administração; (ii) mínimo de 20% de conselheiros independentes, nos termos do Regulamento do Novo Mercado; (iii) vedação à acumulação de cargos de Presidente do Conselho e Diretor Presidente ou principal executivo; (iv) obrigatoriedade do Conselho de Administração se manifestar sobre qualquer

oferta pública de aquisição de ações da Oi; (v) obrigatoriedade de realização de oferta pública de aquisição de ações em caso de cancelamento de registro de Companhia aberta ou saída do Nível 1 de Governança Corporativa, exceto em caso de ingresso no Nível 2 de Governança Corporativa ou no segmento do Novo Mercado; e (vi) obrigação de resolução de disputas e controvérsias por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado.

Atualmente, o Conselho de Administração da Companhia é composto integralmente por Conselheiros Independentes, em um total de 9, de acordo com o que estabelece o artigo 24 do Estatuto Social.

Com o objetivo de aperfeiçoar sua governança e alinhá-la aos desafios e necessidades que se apresentam, a Companhia possui atualmente quatro comitês de assessoramento ao Conselho de Administração, quais sejam: Comitê de Auditoria, Riscos e Controles ("CARC"); Comitê de Transformação, Estratégia e Investimentos ("CTEI"); Comitê de Meta, Nomeações e Governança ("CGNG"); e Comitê de Inovação e Transformação Digital ("CITD").

Cabe destacar que o CARC é um comitê estatutário, conforme Resolução CVM nº 23/21, composto por cinco conselheiros independentes; o CTEI é um comitê responsável por acompanhar e supervisionar a implementação e execução do plano estratégico de transformação aprovado pelo Conselho de Administração, definindo as respectivas metas e cronogramas; o CGNG é responsável por zelar pela contínua adoção das melhores práticas de governança corporativa e conduta empresarial, bem como supervisionar a estratégia de recursos humanos da Companhia; e o CITD é responsável por executar e desenvolver as políticas e estratégias de negócios e mercado do portfólio de negócios, analisar estratégias tecnológicas de transformação digital e acompanhar o ciclo de inovação e viabilidade de investimentos em novas linhas e oportunidades de negócio da Companhia. Em relação às suas Assembleias Gerais, a Oi vem, consistentemente, adotando a prática de estender o direito de voto aos titulares dos ADRs e a Companhia tomou a decisão de fazer as suas duas últimas Assembleias de forma 100% digital, visando facilitar e estimular a participação dos seus acionistas, bem como disponibiliza em seu website e no website da CVM e da B3, a cada convocação, um Manual para a participação dos acionistas nas Assembleias Gerais, que oferecem informações sobre as matérias a serem discutidas, modelos de procuração para os acionistas, dentre outras informações.

Gestão de riscos

A Oi acredita genuinamente na gestão de riscos como uma ferramenta indispensável para seu sucesso empresarial e atingimento de objetivos estratégicos. Trata-se de parte integrante e fundamental da governança necessária para o crescimento sustentável, rentabilidade, preservação e geração de valor para a empresa, acionistas e clientes, dado que este processo permite a identificação não somente de ameaças, como também de oportunidades.

Riscos são inerentes a qualquer atividade de negócio, por isso é preciso conhecê-los e gerenciá-los adequadamente. Um efetivo processo de gestão de riscos vai muito além de apenas estar aderente a normas e melhores práticas de mercado, é preciso ter como finalidade prevenir e gerenciar os riscos de maneira eficaz, permitindo que responsáveis, em todos os níveis da governança, tenham acesso tempestivo a informações suficientes relacionadas aos riscos aos quais estão expostos, de forma a suportar decisões e definir estratégias de mitigação que diminuam a probabilidade e minimizem eventuais impactos a níveis aceitáveis.

Neste sentido, ao longo de 2021 e 2022 foram inúmeras as medidas implementadas para aperfeiçoar e tornar ainda mais efetivo este processo na Companhia, entre elas destacamos:

- **Processo de risk assessment mais conectado a estratégia** - Riscos e fatores de riscos corporativos foram e são atualizados junto a Administração e Conselho com foco no plano estratégico da Nova Oi.
- **Criação de portfólios de riscos específicos** - Para além de riscos corporativos estratégicos também foram mapeados portfólios específicos com a finalidade de dar maior profundidade e atenção adequada a cada tema como, por exemplo, Portfólios de riscos de Integridade, Privacidade, ESG, Saúde e Segurança do Trabalho e Ambiental.
- **Empoderamento de risk owners e fortalecimento do accountability** - Para cada risco são designados executivos responsáveis e facilitadores que periodicamente prestam contas sobre a "jornada do risco" na Companhia.
- **Estabelecimento de comitês executivos especializados** - Estes comitês são compostos por times multidisciplinares de alto nível técnico para supervisão e assessoramento da Administração sobre riscos específicos conforme natureza e escopo de cada comitê e portfólio.
- **Monitoramento contínuo por fator de risco** - Por trás de cada risco existe uma camada de diversos fatores que são possíveis gatilhos para sua materialização. Diante disto, passamos a monitorar ações e indicadores não mais apenas por riscos, mas também por fatores de riscos com objetivo de ter uma resposta mais apropriada para cada caso.

• **Gestão de Riscos na Prática** - Acreditamos em um gerenciamento de riscos próximo as pessoas no dia a dia, presente em reuniões de trabalho e útil no processo de tomada de decisão, como uma ferramenta de gestão disponível. Para isto, investimos cada vez mais em treinamentos e comunicações internas que capacitem liderança, colaboradores e parceiros na gestão de riscos.

Este conjunto de iniciativas é regido pela Política de Gestão de Riscos revisada e aprovada periodicamente pelo Conselho de Administração e disponível no site de relações com investidores da Companhia, compondo um verdadeiro sistema de gerenciamento de riscos que inclui inter-relações entre riscos, estratégia, processos, pessoas, tecnologia e conhecimentos, visando a maior cobertura e abrangência possível para se antecipar e prevenir possíveis materializações e efeitos adversos.

Privacidade

O Programa Oi de Privacidade, lançado em 2021, foi inspirado no ideal de que "Pessoas vêm antes de Dados". Trata-se do manifesto e posicionamento da empresa sobre o tema, que compreende as ações voltadas à observância das leis de proteção de dados pessoais.

Ao longo de 2022 foram obtidos significativos avanços no Programa, dentre os quais destacamos:

- Contratação de ferramenta para gestão das demandas de privacidade, como, por exemplo, direitos dos titulares, registros de operação e avaliações de *Privacy by Design*;
- Reestruturação do Portal de Privacidade através da revisão do Aviso de Privacidade e criação de duas *landing pages*: página "Transparência" e "Seus Direitos".

• Ações voltadas à disseminação do conhecimento em privacidade tanto para o público interno como externo;

- Contribuição para o lançamento do Código de Boas Práticas setorial.

Cumpre destacar ainda que todo o trabalho do time de privacidade resultou na nota mais alta da Oi na história da Pesquisa "Quem Defende seus Dados", avaliação independente, promovida pelo InternetLab, das empresas provedoras de acesso à Internet que tem o objetivo de incentivar a adoção de melhores práticas de privacidade pelo mercado.

Conformidade

Em 2022, a Oi com o apoio de ferramentas e com foco em prevenção, detecção, remediação e monitoramentos realizou a melhoria contínua do Programa de Conformidade, destacamos abaixo algumas ações:

- **Educação:** Lançamento do *e-learning* "Conformidade na sua mão" com a adesão de 5.052 colaboradores;
- **Comunicação:** Campanhas diversas foram realizadas para disseminar a cultura de conformidade dentro da Companhia, tratando de temas como o Programa de Conformidade, Análise de integridade de terceiro, Comitê de Integridade, entre outros;
- **Canal de Denúncias:** Foram recebidas 353 denúncias através do canal e 30% dessas denúncias foram classificadas com procedente, resultando em aplicação de 48 medidas disciplinares;
- **Diligência de Terceiros:** A Política de Análise de Integridade foi revisada, uma das alterações relevantes foi a realização de diligência para todas as novas contratações da Oi. Desta forma, foram realizadas mais de 1.700 análises ao longo de 2022;

• **Monitoramento:** Reforçamos os controles e trabalhamos na implementação de monitoramento de ações do Programa de Conformidade. Ainda, fizemos o acompanhamento de *red flags* de conformidade automatizados que visam dar maior eficiência ao processo.

Nossa reputação é um dos nossos maiores ativos, e para garantir que ela seja preservada contamos com direcionadores que orientam a conduta dos nossos colaboradores, terceiros, parceiros de negócio e fornecedores, reforçando o compromisso ético da Oi em todas as relações, promovendo a transparência e o fortalecimento de nossos valores organizacionais.

Sistema de Gestão de Continuidade de Negócios

Diretamente conectado ao gerenciamento de riscos, o Sistema de Gestão de Continuidade de Negócios (SGCN) da Oi visa a prevenção e tratamento de eventos que possam afetar a continuidade dos seus negócios e operações, preservando ativos e a prestação dos serviços para o que temos de mais valioso, nossos clientes.

A metodologia do SGCN Oi é baseada na ISO 22301, o melhores práticas de mercado e requisitos regulatórios, e consiste no desenvolvimento de planos estruturados multidisciplinares e integrados em um ciclo composto das etapas de Planejamento, Preparação, Resposta, Retomada e Melhoraria Contínua, incluindo para além de medidas preventivas, protocolos de gerenciamento de crises e tempestivo tratamento de eventos de risco de modo a assegurar o prosseguimento dos processos de negócio mais críticos, evitando que eles sofram danos significativos e provoquem perdas.

Vale destacar ainda que em 2021 a Oi iniciou amplo processo plurianual de fortalecimento do seu SGCN baseado no driver "SABER AGIR", que consiste em um conjunto de iniciativas que visam não apenas aprimorar planos de continuidade e contingências, mas preparar todos (liderança, colaboradores e parceiros) para melhor prevenção e pronta resposta em eventuais crises e incidentes.

É nisto que acreditamos e no que estamos engajados, em um SGCN que proteja acima de tudo, nossos clientes e garanta bases sólidas para nossas operações no presente e no futuro.

13 - Colaboradores

A Oi possui 6.558 colaboradores, 68 estagiários e 55 aprendizes. A idade média é de 43 anos, com tempo médio de casa de 10 anos. Do total, 61% são homens e 39% mulheres e, nos cargos executivos, 64% são homens e 36% mulheres. A Oi possui ainda 52.228 terceiros, divididos nas funções de *call center* (11.253), vendas (14.775), implantação e manutenção de rede (20.907) e administrativas (5.293). Desses, 17.622 pertencem ao Grupo Oi (Serede e Taht).

Concluímos a contratação de 976 vagas na Oi: 3% de gestão e 97% de profissionais disso, sendo 89% recrutamento externo. Além disso, elevávamos 17 estagiários e realizamos 464 promoções. Além disso, implementamos uma nova estratégia de remuneração para a carreira de tecnologia, para garantir maior competitividade de atração e retenção de talentos, visando buscar melhor aderência ao Plano de Transformação da Companhia.

Como o desafio de pavimentar uma nova cultura, a Oi vem promovendo o alinhamento de toda a Companhia em busca dos objetivos de negócio, adotando o Modelo de Gestão abrangendo (KPIs e OKRs) que confere clareza de objetivos e responsabilidades, reforçando o comprometimento com os resultados da Companhia.

Entendemos que a Liderança é um importante pilar de transformação cultural da cia. Assim, em 2022, reforçamos as práticas das competências dos líderes, conectados aos desafios do negócio, no formato de aprendizagem coletiva,

num portfólio exclusivo sobre liderança humanizada, analítica e clientecêntrica. Com inscrições voluntárias, tivemos 88% de adesão, em pelo menos um treinamento disponível. Foram solicitadas 159 sessões de mentoria externa, realizadas por 85 lideranças. Realizamos 31 turmas no ano, com 2.894 participações. As avaliações dos *workshops* - realizados com parceiros externos referências no mercado - registraram NPS 90 e 100% dos respondentes afirmaram que o conteúdo tem aplicação imediata e provoca transformações na forma de pensar e agir.

Ações de desenvolvimento e capacitação em novas competências apoiaram a nossa transformação, suportadas por um programa contínuo de alinhamento e feedback, diversas opções de aprendizagem (Universidade Oi Educa e parceiros), palestras (Momento Conhecimento) e projetos multidisciplinares. Nossa proposta, programas de *Upskilling* e *Reskilling* foram usados para preencher gaps de formação, mudança de carreira e preenchimento de vagas, totalizando 167 mil capacitações (28 mil em tecnologia e inovação), com mais de 200 mil horas de desenvolvimento interno. Além disso, por meio de programas especializados, formamos 81 Facilitadores de Gestão, 3 *Master Black Belts*, 22 *Black Belts*, 107 *Green Belts*, 729 *Yellow Belts* e 788 *White Belts*.

Em Saúde e Segurança do Trabalho, nossa boa performance tem sido sustentada pelas melhores práticas preventivistas, alinhadas às tendências de mercado, e na definição de métodos e gestão de processos, com foco em um ambiente de trabalho seguro. Assim, em 2022, tivemos uma redução de 49,6% (nas ocorrências). Além disso, tivemos o Programa Conexão Saúde e Segurança, com a participação de mais de 1.750 colaboradores em palestras sobre o tema e tempo investido, significativamente, em treinamentos práticos e simulados frequentes de preparação e resposta a crises, sendo responsáveis pelo comitê de gestão voltado à continuidade do Negócio (preservação do patrimônio, dos negócios e das pessoas).

Oleocemos benefícios de assistência médica, hospitalar e odontológica, e auxílio-medicamentos aos empregados e seus dependentes. Além disso, monitoramos a condição laboral através de exames médicos (admissional, periódico, mudança de função, retorno ao trabalho e demissional), e diversas ações e programas de cuidado, entre eles: 1) Vida, com: programa baseado em 6 dimensões (Física, postural, nutricional, mental, Social e Segurança) que visa a melhoria da satisfação, clima organizacional, saúde e qualidade de vida, redução do absenteísmo, aumento da produtividade e do valor da marca empregadora e que teve mais de 6300 participações no ano; 2) Regras de Ouro: visa a proteção da vida dos colaboradores e redução das ocorrências de maior gravidade no trabalho, com um robusto e confiável Programa de Toxicologia e treinamentos sobre as 5 Regras: álcool e drogas, serviços em eletricidade, trabalho em altura, serviços a quente e veículos.

Finalizamos o ano com todos os acordos coletivos de trabalho aprovados e assinados pelos 28 sindicatos, sem nenhuma paralisação com efeito relevante.

O ano de 2022 marcou o começo de uma nova Oi, pois tivemos avanços significativos no Plano Estratégico com a conclusão dos M&A, especialmente com o encerramento da venda da Móvel e de parte do controle da Vtal, o que impulsionou um novo posicionamento de marca, agora 100% focada nas ofertas de fibra e soluções digitais. Além disso, formalizamos o modelo de trabalho remoto como prioritário, fato que também impactou o processo de comunicação com o público interno. Os esforços com o público interno envolveram manter a mobilização operacional, alinhada com o direcionamento estratégico, assegurar percepção de cuidado com as pessoas, fortalecer a cooperação estratégica, impulsionar a agenda ESG e ser transparente sobre a reestruturação organizacional. A comunicação interna continuou incentivando novos comportamentos e a adoção de uma mentalidade mais ágil, analítica e clientecêntrica, para pautar o novo modelo de trabalho da Companhia (mais colaborativo), que será motor de uma nova atuação no mercado. Para criar novos futuros, temos investido em iniciativas que preparam o público interno para realidades cada vez mais digitais. A visão analítica faz parte desse conjunto de habilidades que precisamos desenvolver. Desde julho, temos mobilizado a Companhia para priorizar o uso de dados na tomada de decisões. Contamos com *workshops/palestra* sobre o tema e os colaboradores tiveram acesso a uma série especial de conteúdos.

Reforçamos e humanizamos a estratégia através dos alinhamentos corporativos e executivos e mensagens do presidente. Além disso, também construímos páginas específicas e comunicados segmentados com orientações para os processos de reorganização societária que afetam o público interno, como foi o caso da conclusão da operação de venda da unidade de telefonia móvel e o fechamento da operação de alienação parcial da Vtal. Durante o período de transição dos clientes Oi Móvel para as outras operadoras, mantivemos o público interno informado e munimos os colaboradores com materiais que pudessem ajudar seus amigos/eu familiares em caso de dúvidas durante a operação. No caso da Vtal, durante a separação estrutural, desdobramos para os colaboradores uma campanha com dicas para que todos pudessem compreender a importância da isonomia, independência, neutralidade e confidencialidade no relacionamento entre a Oi e a Vtal.

Apresentamos o nosso novo posicionamento de marca, gerando um grande movimento de engajamento interno, com base no nosso propósito que cria novos futuros, levando a vida digital para todos, atribuímos aos colaboradores a missão de ser um time de criadores de futuros. Para tornar tangível essa nova identidade, abrimos espaço para nossos profissionais contarem histórias pessoais sobre tornar realidade um novo plano no universo digital. Além disso, fortalecemos a estratégia de fibra, destacando a virada de rota no residencial e as vantagens competitivas do produto e ampliamos o conhecimento sobre a nova atuação da Oi no mercado, destacando as novas verticais de atuação, e, em alguns casos, os colaboradores foram coautores desses projetos, participando ativamente da idealização e/ou testes antes dos produtos irem ao mercado.

Neste ano completamente digital, dada a predominância do trabalho remoto, nossas iniciativas promoveram o engajamento interno, com o objetivo de manter a conexão entre o colaborador e a Oi. Para isso, aproveitamos as datas comemorativas e nossos eventos patrocinados para fortalecer esse relacionamento, como foi o caso do Dia das Mães, o Bolão da Copa do Mundo e oficinas do Dia das Crianças. Outro evento que colocou o time Oi em conexão foi o Momento Conhecimento. A iniciativa em 2022 contou com 60 edições e mais de 8,6 mil participações em palestras de diversos temas como inovação, diversidade, tecnologia, habilidades humanas e tendências, além de abordar temáticas conectadas à estratégia de transformação da Companhia.

Já na frente de Diversidade, avançamos em uma agenda estruturada em parceria com a CKZ Consultoria para manutenção e progresso do tema na Oi. Realizamos um diagnóstico individual para termos uma amostragem do entendimento do tema com grupos de colaboradores, incluindo a alta liderança. Aplicamos o segundo Censo na Companhia, dessa vez de forma mais abrangente, mapeando não somente o perfil dos colaboradores, como também a percepção de engajamento com o tema, o nível de equidade e o senso de pertencimento. Continuamos promovendo o aprendizado contínuo com palestras e comunicações que abordam as nuances de Diversidade e Inclusão sob o ponto de vista de negócio e impacto social. As pautas de Diversidade e Inclusão foram discutidas de forma mais transversal e integrada com outras áreas da Companhia, através do lançamento do Grupo Multifuncional de Diversidade e Inclusão, garantindo uma narrativa forte e consistente como, por exemplo, nas campanhas do Dia Internacional do Orgulho LGBTQI+, Dia dos Pais, Dia Nacional da Dia de Pessoa com Deficiência, Dia do Empreendedorismo Feminino, Dia da Consciência Negra e mais. Como reflexo dos esforços da Companhia e reconhecimento, a Oi ficou entre as 5 melhores empresas do Brasil no quesito Comunicação Inclusiva, movimento promovido pela consultoria Blend Eye.

Seguimos trabalhando para aumentar a representatividade nos cargos de liderança da Companhia, a prova disso foi o início da segunda turma do Programa Liderança Feminina, uma jornada de autoconhecimento em parceria com a Lee Hecht Harrison Consultoria, para provocar o empoderamento das mulheres em cargos de gestão na Oi. Por fim, cabe mencionar a realização de pesquisas internas, canais diretos com os colaboradores que permitem mapear ações e direcionar esforços alinhados com a visão do público interno. Nesse sentido, a Pesquisa de Engajamento para construção da nova Oi teve como objetivo captar percepções sobre o ambiente interno e foi realizada em duas ondas, uma em maio e outra em novembro, por meio de formulário online e seus itens foram organizados em pilares que refletem as novas atitudes essenciais. Ao comparar os resultados obtidos entre a 1ª e a 2ª onda, tivemos um salto considerável dos índices relacionados à atuação dos líderes, evidenciando os avanços no modelo de liderança da Companhia: mais analítico, clientecêntrico e humano, e menos hierárquico, de comando e controle.

No ano de virada da Nova Oi, mantivemos nossa atuação em patrocinios, com foco em projetos relacionados a esporte e games. O destaque foi o Oi Rio Pro. Fomos responsáveis pelos links de dados para operar o evento, além do Oi WiFi para a área VIP. Entre os projetos de Games, destaca-se o MEG, do qual fomos patrocinadora máster. Também vale citar a volta da CCXP física. No Prêmio eSports, realizamos a estreia de *live party* para o público remoto.

Já nas redes sociais destaque para conteúdos com influenciadores de Esportes, Games, Fita e Diversidade, trazendo importantes mensagens ligadas ao negócio e a reputação da marca Oi. No Oi Rio Pro, levamos a Nova Oi e a força da torcida aos conteúdos. No STU Open Rio, amplificamos a democratização e experiência do evento, reforçando os territórios de tecnologia, entretenimento e social da marca.

Durante o MEG, o vídeo cast no Youtube Garotas no Controle trouxe a temática da diversidade, abordando a pauta de mulheres no game.

Para fortalecer a reputação de marca, atuamos para naturalizar a diversidade de forma transversal, realizando campanhas como Orgulho LGBTQIAP+, o Mês da PCD, e Consciência Negra. Ainda na estratégia ESG, comunicamos iniciativas e resultados do Oi Futuro, como a classificação do NAVE Recife como o 9º melhor colocada no Índice. A Marca Empregadora também foi fortalecida com campanhas como Vagas Tech e programa de estágio.

Como suporte para todos os conteúdos e comunicações da companhia, lançamos em maio de 2022 o blog Oi, e, que atuou como suporte na estratégia de vendas da Oi, trazendo como diferencial conteúdos que aumentaram a percepção de valores da marca. Todas as iniciativas contribuíram para uma melhoria na saúde da marca da Oi, atingindo uma média de 85% de comentários positivos sobre os temas postados, valor 7pp acima da mesma média de 2021.

14 - Auditoria Externa

Nos termos da Instrução CVM nº 381/2003, informamos que a Oi S.A. e suas controladas contrataram a PriceWaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. para a prestação de serviços de auditoria de suas Demonstrações Financeiras, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Em 2022, não foram contratados serviços de não auditoria com a PriceWaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.

A política da Companhia quanto à contratação de serviços não relacionados aos de auditoria se fundamenta nos princípios de independência e transparência do auditor externo. Estes princípios consistem em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

Em cumprimento à Instrução CVM 381, a Oi informa que, em 2022, a PriceWaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. e suas partes relacionadas, não prestaram serviços que pudessem afetar sua independência, ratificada por meio de Carta de Independência apresentada periodicamente à Companhia.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma				
	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021 Reapresentado	2022	2021 Reapresentado
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	8	2.579.846	769.582	3.005.731	2.912.251
Aplicações financeiras	8	207.258	185.307	207.258	188.566
Instrumentos financeiros derivativos		833	7.175	833	7.175
Créditos com partes relacionadas	26	30.942	2.616.447		
Contas a receber	9	1.841.982	2.894.493		



OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

COMPANHIA ABERTA - CNPJ 76.535.764/0001-43

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021 Reapresentado	2022	2021 Reapresentado
Prejuízo do exercício	(19.268.496)	(10.431.444)	(19.265.934)	(10.407.785)
Itens a serem posteriormente reclassificados para o resultado				
Resultado na contabilidade de "hedge"	(150)	3.343	(150)	3.343
Variação cambial de investimentos no exterior	3.274	(6)	822	(9.390)
	3.124	3.337	672	(6.047)
Itens que não serão reclassificados para o resultado				
Remensuração de obrigações de benefícios pós-emprego	(18.005)	(15.873)	(18.005)	(15.873)
Resultado abrangente de operações continuadas	(14.881)	(12.536)	(17.333)	(21.920)
Total do resultado abrangente do exercício	(19.283.377)	(10.443.980)	(19.283.267)	(10.429.705)
Resultado abrangente atribuído ao acionista controlador	(19.283.377)	(10.443.980)	(19.283.377)	(10.443.980)
Resultado abrangente atribuído ao acionista não controlador			110	14.275

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021 Reapresentado	2022	2021 Reapresentado
Atividades operacionais de operações continuadas				
Prejuízo antes das tributações	(2.173.453)	(13.417.826)	(2.162.503)	(13.506.292)
Itens de resultado que não afetam o caixa				
Encargos, rendimentos financeiros, atualizações monetárias e cambiais	1.403.007	2.861.968	1.713.606	6.578.083
Operação com instrumentos financeiros derivativos (Nota 6)	115.742	(10.198)	115.742	(10.198)
Depreciação e amortização (Nota 5)	3.859.882	2.672.703	4.222.914	4.125.292
Perdas esperadas em contas a receber de clientes	737.929	471.492	748.291	1.882.843
Perda (Reversão) ao valor recuperável dos ativos (Nota 5)	14.249.077	(101.750)	14.249.077	(641.371)
Provisões (Reversões) (Nota 21)	228.766	(123.329)	313.464	195.554
Provisões de obrigações contratuais	1.140.869	1.132.243	1.140.869	1.505.642
Equivalência patrimonial (Nota 5)	29.215	8.291.118	2.970	3.203
Resultado com alienações e baixa de ativos	27.993	(231.162)	73.381	(1.046.814)
Taxa de prorrogação do contrato de concessão - ANATEL	112.635	87.398	118.574	158.386
Participação de empregados e administradores	129.957	20.167	176.416	50.850
Recuperação de tributos	(118.999)	(41.441)	(125.109)	(79.891)
Atualização monetária de provisões/reversões (Nota 21)	296.234	336.007	378.526	726.789
Outros	(46.900)	5.228	(236.334)	125.970
	431.555	1.036.208	1.268.884	108.206
Mutações patrimoniais				
Contas a receber	(349.864)	(391.089)	(318.040)	(367.430)
Estoques	1.753	(6.006)	48.865	7.582
Tributos	347.754	876.805	554.928	941.206
Acrescimos/décimos em aplicações financeiras	6.755	15.887	6.793	18.627
Fornecedores	(436.126)	230.339	(592.190)	142.426
Salários, encargos sociais e benefícios	27.512	(100.176)	(111.556)	(260.398)
Autorizações e concessões		(34.556)		(53.673)
Provisões	(912.235)	(32.466)	(975.441)	(559.323)
Variação de ativos e passivos mantidos para venda		34.338		294.676
Outras contas ativas e passivas	(563.094)	51.853	(687.924)	16.305
Encargos financeiros pagos - Dívida	(1.877.545)	344.930	(2.074.565)	1.048.080
Encargos financeiros pagos - Arrendamentos	(242.669)	(141.196)	(243.160)	(188.971)
Imposto de renda e contribuição social pagos - Empresa			(4.167)	(5.858)
Imposto de renda e contribuição social pagos - Terceiros	(31.115)		(32.415)	(72.937)
	(1.569.158)	(1.018.579)	(1.782.740)	(1.515.846)
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais - Operações continuadas	(3.015.148)	382.559	(2.588.421)	(1.298.152)
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais - Operações descontinuadas				1.187.522
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(3.015.148)	382.559	(2.588.421)	(110.630)
Atividades de investimentos - operações continuadas				
Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível	(1.410.472)	(1.824.724)	(1.437.545)	(3.499.879)
Créditos com partes relacionadas - Recebimentos/Liberações	2.658.448	(22.647)		
Aumento de capital em controladas	(5.085.972)	(684.090)		
Recursos obtidos na venda de investimentos e ativos fixos	28.999	528.849	28.333	1.239.713
Depósitos e bloqueios judiciais	(598.008)	(400.778)	(784.341)	(523.333)
Resgates de depósitos e bloqueios judiciais	688.397	524.014	706.274	776.796
Caixa e equivalentes de caixa adquiridos por incorporação	1.241.411	725.084		
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimentos - Operações continuadas	(2.477.197)	(1.154.292)	(1.482.079)	(2.066.713)
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos - Operações descontinuadas (Notas 1 e 2)	18.906.077	18.906.077	18.906.077	(2.790.927)
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos	16.428.880	(1.154.292)	17.418.798	(4.797.640)
Atividades de financiamentos				
Captações líquidas de custos				6.412.426
Pagamentos de principal de empréstimos e financiamentos	(10.976.347)	(2.029)	(10.976.471)	(3.512.716)
Recebimentos (Pagamentos) de operações de instrumentos financeiros derivativos	(124.791)	10.666	(124.791)	10.666
Programa de refinanciamento fiscal	(83.969)	(68.212)	(84.546)	(81.064)
Arrendamentos	(457.472)	(326.567)	(514.379)	(580.674)
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos - Operações descontinuadas	(11.642.579)	(386.142)	(11.700.187)	2.248.618
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos - Operações descontinuadas (Notas 1 e 2)				(3.154.756)
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos	(11.642.579)	(386.142)	(11,642,579)	3.782.624
Variação cambial sobre equivalentes de caixa	39.111	(5.223)	113.046	(65.044)
Fluxo de caixa do exercício	1.810.264	(1.183.098)	88.480	(1.190.890)
Caixa e equivalentes de caixa				
Saldo inicial	2.579.846	769.582	3.005.731	2.917.251
Saldo final	769.582	1.952.680	2.917.251	4.107.941
Variação no exercício	1.810.264	(1.183.098)	88.480	(1.190.890)

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021 Reapresentado	2022	2021 Reapresentado
Receitas				
Vendas de serviços e mercadorias	13.203.134	8.182.287	14.182.485	14.781.167
Descontos incondicionais e devoluções	(1.220.598)	(19.085)	(1.379.852)	(1.406.693)
Perdas esperadas em contas a receber de clientes	(73.160)	(15.701)	(83.529)	(60.843)
Outras receitas	1.452.207	1.491.387	1.477.718	3.033.121
	13.361.583	9.638.888	14.196.228	16.316.752
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos com interconexão	(153.426)	(155.877)	(138.471)	(143.979)
Materiais e energia	(709.980)	(817.984)	(680.762)	(1.119.024)
Custos de mercadorias vendidas			(22.973)	(8.281)
Serviços de terceiros	(5.085.194)	(2.505.646)	(4.464.146)	(4.808.932)
Outros	(103.013)	(94.763)	(124.999)	(175.869)
	(6.051.613)	(3,574,270)	(6,431,351)	(6,256,085)
Valor adicionado bruto	7.309.970	6.064.618	8.764.877	10.060.667
Retenções				
Depreciação e amortização	(3.859.482)	(2,672,703)	(4,222,914)	(4,125,292)
Provisões/Reversões (Inclui atualização monetária)	(326.083)	(212,678)	(493,073)	(922,323)
(Perda) / Reversão ao valor recuperável dos ativos	(14,249,077)	1,017,506	(14,249,077)	641,371
Resultado de operações descontinuadas	4,958,597	1,062,298	4,958,597	1,062,298
Outras despesas	(1,621,942)	(2,105,316)	(1,678,588)	(4,238,243)
	(15,097,987)	(2,910,893)	(15,685,055)	(7,582,189)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	(7,788,017)	3,153,725	(6,920,178)	2,478,478
Valor adicionado recebido em transferência				
Equivalência patrimonial	(29,215)	(8,291,118)	(2,970)	(3,203)
Receitas financeiras	4,052,282	1,226,423	3,577,196	287,059
	4,023,067	(7,064,695)	3,574,226	283,856
	(3,764,950)	(3,764,950)	(3,345,952)	2,762,334
Valor adicionado total a distribuir				
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta	(559,759)	(406,997)	(1,167,594)	(1,171,047)
Benefícios	(167,160)	(145,447)	(356,616)	(346,305)
FGTS	(23,543)	(21,183)	(113,461)	(99,703)
Outros	(15,468)	(11,664)	(34,731)	(37,348)
	(765,930)	(585,291)	(1,672,402)	(1,654,403)
Impostos e taxas				
Federais	(2,408,384)	1,835,802	(2,833,432)	1,607,600
Estaduais	(1,669,009)	(1,093,685)	(1,761,207)	(2,377,155)
Municipais	(101,590)	(60,906)	(203,334)	(248,551)
	(4,178,983)	681,211	(4,798,173)	(1,018,106)
Remuneração de capital de terceiros				
Juros e demais encargos financeiros	(7,035,968)	(5,410,716)	(6,683,290)	(9,129,496)
Aluguéis, arrendamentos e seguros	(3,522,665)	(1,205,678)	(2,766,117)	(1,368,114)
	(10,558,633)	(6,616,394)	(9,449,407)	(10,497,610)
Remuneração de capitais próprios				
Participações de acionistas não controladores	19,268,496	10,431,444	19,268,496	10,431,444
Prejuízos retidos	19,268,496	10,431,444	19,265,934	10,407,785
	3,764,950	3,910,970	3,345,952	(2,762,334)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021 Reapresentado	2022	2021 Reapresentado
Receitas				
Vendas de serviços e mercadorias	13.203.134	8.182.287	14.182.485	14.781.167
Descontos incondicionais e devoluções	(1.220.598)	(19.085)	(1.379.852)	(1.406.693)
Perdas esperadas em contas a receber de clientes	(73.160)	(15.701)	(83.529)	(60.843)
Outras receitas	1.452.207	1.491.387	1.477.718	3.033.121
	13.361.583	9.638.888	14.196.228	16.316.752
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos com interconexão	(153.426)	(155.877)	(138.471)	(143.979)
Materiais e energia	(709.980)	(817.984)	(680.762)	(1.119.024)
Custos de mercadorias vendidas			(22.973)	(8.281)
Serviços de terceiros	(5,085,194)	(2,505,646)	(4,464,146)	(4,808,932)
Outros	(103,013)	(94,763)	(124,999)	(175,869)
	(6,051,613)	(3,574,270)	(6,431,351)	(6,256,085)
Valor adicionado bruto	7,309,970	6,064,618	8,764,877	10,060,667
Retenções				
Depreciação e amortização	(3,859,482)	(2,672,703)	(4,222,914)	(4,125,292)
Provisões/Reversões (Inclui atualização monetária)	(326,083)	(212,678)	(493,073)	(922,323)
(Perda) / Reversão ao valor recuperável dos ativos	(14,249,077)	1,017,506	(14,249,077)	641,371
Resultado de operações descontinuadas	4,958,597	1,062,298	4,958,597	1,062,298
Outras despesas	(1,621,942)	(2,105,316)	(1,678,588)	(4,238,243)
	(15,097,987)	(2,910,893)	(15,685,055)	(7,582,189)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	(7,788,017)	3,153,725	(6,920,178)	2,478,478
Valor adicionado recebido em transferência				
Equivalência patrimonial	(29,215)	(8,291,118)	(2,970)	(3,203)
Receitas financeiras	4,052,282	1,226,423	3,577,196	287,059
	4,023,067	(7,064,695)	3,574,226	283,856
	(3,764,950)	(3,764,950)	(3,345,952)	2,762,334
Valor adicionado total a distribuir				
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta	(559,759)	(406,997)	(1,167,594)	(1,171,047)
Benefícios	(167,160)	(145,447)	(356,616)	(346,305)
FGTS	(23,543)	(21,183)	(113,461)	(99,703)
Outros	(15,468)	(11,664)	(34,731)	(37,348)
	(765,930)	(585,291)	(1,672,402)	(1,654,403)
Impostos e taxas				
Federais	(2,408,384)	1,835,802		

→ continuação



OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

COMPANHIA ABERTA - CNPJ 76.535.764/0001-43

de dívida a serem firmados durante a recuperação judicial, visando à obtenção de novos recursos, mediante (a) a implementação de eventuais aumentos de capital por meio de subscrição pública ou privada; e (b) contratação de novas linhas de crédito, financiamentos ou outras formas de captação como forma de redução da dívida total da Companhia e o seu refinanciamento; e (iv) potencial alienação de bens do ativo permanente das Recuperandas, sob a forma de UPs ou não, observadas e/ou obtidas eventuais exigências, autorizações ou limitações regulatórias necessárias. Para um maior detalhamento dos termos e condições do Novo PRJ, bem como para esclarecer dúvidas, favor consultar o documento disponibilizado no "site" da Oi (<https://rejud.com.br>). No que tange ao mencionado no item (i) acima, foram previstas no Novo PRJ as seguintes condições de reestruturação e pagamento de Créditos Concursais.

Créditos Trabalhistas – Classe I

Observado o disposto no art. 45, §3º da LRF, os créditos trabalhistas, incluindo os créditos trabalhistas de titularidade dos credores com ações com depósitos judiciais efetuados e da Fundação Atlântico, não serão afetados e reestruturados nos termos Novo PRJ e as respectivas condições de pagamento permanecerão idênticas àquelas atualmente existentes, conforme o caso, nos termos (i) novados por força do PRJ da 1ª Recuperação Judicial ou (ii) de decisão judicial e/ou administrativa oriunda da Justiça do Trabalho, conforme aplicável, relativa ao pagamento do respectivo crédito trabalhista. Os Créditos Trabalhistas ainda não reconhecidos ou habilitados na data da homologação judicial do Novo PRJ serão pagos após o trânsito em julgado da decisão que encerrar o respectivo processo e homologar o valor devido, com um período de carência de 180 dias corridos, a contar a data do trânsito em julgado da referida decisão, em cinco parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira parcela após o prazo de carência em questão e as demais no mesmo dia dos meses subsequentes.

Créditos Quirografários – Classe III

Cada credor quirografário titular de créditos da classe III, com exceção daqueles que, nos termos do art. 45, §3º da LRF, não serão afetados e reestruturados nos termos do Novo PRJ, poderá optar, à sua discricionariedade, por ter a totalidade de seus respectivos créditos da classe III pagos ou reestruturados conforme abaixo, sem possibilidade de divisão voluntária do valor do crédito entre as referidas opções e observados os respectivos limites de créditos quirografários.

Os credores quirografários titulares de créditos da classe III no valor total de até R\$ 5.000,00 poderão optar, de acordo com os termos e prazo previstos, pelo recebimento integral do valor do seu respectivo crédito prioritariamente mediante o levantamento do valor de depósito judicial (em caso de processos judiciais envolvendo as Requerentes em cujos autos tenham sido realizados depósitos judiciais), no prazo de 30 dias corridos contados da data da homologação judicial do Novo PRJ, ou em uma única parcela por meio de depósito a ser realizado pelas Requerentes, em moeda corrente nacional, em conta bancária no Brasil a ser indicada pelo respectivo credor quirografário, no prazo máximo de 30 dias corridos contados da data da homologação judicial do Novo PRJ.

Os credores quirografários titulares de créditos da classe III em valor superior a R\$ 5.000,00 também poderão optar, de acordo com os termos e prazo previstos, pelo recebimento do valor total de R\$ 5.000,00, compreendendo, quando for o caso, as custas e despesas processuais incorridas pelo credor quirografário em questão, sendo certo que, ao realizar essa opção, o respectivo credor renunciará automaticamente ao direito de receber o pagamento do valor de seu crédito quirografário que exceder R\$ 5.000,00 e outorgará às Requerentes, no mesmo momento da realização da opção, a mais ampla, rasa, irrevogável e irretroatável quitação pelo recebimento do valor integral dos seus respectivos créditos quirografários. Além disso, o Novo PRJ prevê duas opções de reestruturação dos créditos da classe III, quais sejam, as Opções de Reestruturação I e II, resumidas abaixo:

Opção de Reestruturação I: Aplicável aos credores quirografários titulares de créditos da classe III que (i) estejam adimplentes com o Compromisso de Não Litigar, conforme definido e previsto no Novo PRJ; e (ii) concordem em participar de novo empréstimo extraconcursal superioritário nos termos do art. 67 da LRF, no valor total de R\$ 4.000.000,00 ou USD 750.000,00, o que for maior, mediante o envio de termo de adesão ("Novo Empréstimo DIP").

A reestruturação dos créditos classe III nos termos da Opção de Reestruturação I envolverá a emissão de um novo instrumento de dívida no valor total de até R\$ 10.750.000 ("Divida Roll-Up"), nos termos e condições previstos no Novo PRJ, bem como uma capitalização dos créditos classe III dos credores quirografários que escolherem a Opção de Reestruturação I, após o pagamento de parte de seus créditos mediante a entrega do novo instrumento de dívida emitido. A referida capitalização de créditos ocorrerá no contexto de um aumento de capital da Companhia, por subscrição privada de novas ações de emissão da Companhia, de acordo com os termos e condições previstos no Novo PRJ.

Opção de Reestruturação II: Alternativamente, os credores quirografários titulares de créditos da classe III que não desejarem assumir o Compromisso de Não Litigar, conforme definido e previsto no Novo PRJ e não quiserem participar do Novo Empréstimo DIP poderão optar por reestruturar seus respectivos créditos classe III nos termos da Opção de Reestruturação II, cujas condições principais são as seguintes ("Divida A&E Reinstated"): (i) 30% do valor total dos referidos créditos classe III alocados nesta opção serão reestruturados mediante a emissão de um novo instrumento de dívida, nos termos e condições previstos no Novo PRJ; e (ii) o saldo remanescente dos referidos créditos classe III alocados nesta opção serão capitalizados no contexto de um aumento de capital da Companhia, por subscrição privada de novas ações de emissão da Companhia, de acordo com os termos e condições previstos no Novo PRJ. O Aumento de Capital a ser realizado no contexto das Opções de Reestruturação I e II envolverá a emissão de novas ações que representarão até 80% do capital social total da Oi, cujo preço de emissão será oportunamente calculado e definido pelas Requerentes, observados os parâmetros, termos e condições previstos na Lei nº 6.474/1976 ("Lei das S.A."), em especial seu art. 170.

Além disso, ambos os novos instrumentos de dívida a serem emitidos no contexto das Opções de Reestruturação I e II serão garantidos por bens e ativos da Oi indicados nos respectivos Anexos constantes do Novo PRJ.

Créditos de Fornecedores

Observado o disposto no art. 45, §3º da LRF, os credores fornecedores que tiverem seus respectivos créditos classe III novados nos termos do PRJ da 1ª Recuperação Judicial não serão afetados e seus respectivos créditos classe III não serão reestruturados nos termos do Novo PRJ, sendo certo que as suas condições de pagamento permanecerão idênticas àquelas atualmente existentes e aplicáveis a tais créditos classe III, conforme novados por força do PRJ da 1ª Recuperação Judicial.

Créditos de Fornecedores Parceiros

Os credores fornecedores parceiros que mantenham o fornecimento às Requerentes de bens, conteúdos, direitos e/ou serviços, conforme aplicável, sem alteração injustificada dos termos e condições praticados até a data do pedido da Nova RJ pelos respectivos credores fornecedores em relação às Requerentes ("Credores Fornecedores Parceiros"), serão pagos na forma abaixo:

(a) Os Credores Fornecedores Parceiros que forem titulares de créditos classe III até o valor total de R\$ 100.000,00 (ou o equivalente em Dólares ou Euros convertidos pela Taxa de Câmbio Conversão), receberão o pagamento da totalidade de seus créditos classe III em uma única parcela, no prazo de 45 dias corridos do término do prazo de escolha da opção de pagamento de crédito estabelecida na forma da cláusula 4.13 do Novo PRJ.

(b) Os Credores Fornecedores Parceiros que forem titulares de créditos classe III em valor superior a R\$ 100.000,00 até o limite de R\$ 1.000.000,00 (ou o equivalente em Dólares ou Euros convertidos pela Taxa de Câmbio Conversão) serão pagos em 12 parcelas mensais, iguais e sucessivas, sendo o pagamento da primeira parcela dos respectivos pagamentos no 25º dia do mês subsequente ao desembolso do Novo Empréstimo DIP (conforme definido no Novo PRJ) e as demais parcelas no mesmo dia e mês dos anos subsequentes.

(c) Os Credores Fornecedores Parceiros que forem titulares de créditos classe III em valor superior a R\$ 1.000.000,00 até o limite de R\$ 10.000.000,00 (ou o equivalente em Dólares ou Euros convertidos pela Taxa de Câmbio Conversão) terão seus créditos pagos em 4 parcelas trimestrais iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira parcela no 15º dia do 3º mês subsequente ao desembolso do Novo Empréstimo DIP (conforme definido no Novo PRJ) e as demais parcelas no mesmo dia dos períodos subsequentes.

(d) Já os Credores Fornecedores Parceiros que tenham créditos acima de R\$ 10.000.000,00 (ou o equivalente em Dólares ou Euros convertidos pela Taxa de Câmbio Conversão) serão pagos em 4 parcelas semestrais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira no dia 28 do 6º mês subsequente ao desembolso do Novo Empréstimo DIP (conforme definido no Novo PRJ) e demais parcelas no mesmo dia dos períodos subsequentes.

Além disso os Credores Fornecedores Parceiros que foram titulares de créditos acima de R\$ 100.000,00 (ou o equivalente em Dólares ou Euros convertidos pela Taxa de Câmbio Conversão) poderão optar, no momento da escolha da opção de pagamento, por receber a totalidade do saldo remanescente de seus respectivos créditos com um desconto de 25% em até 60 dias corridos após o desembolso do Novo Empréstimo DIP. Sem prejuízo do disposto acima, caso determinado Credor Fornecedor Parceiro deseje receber o pagamento do saldo remanescente de seus Créditos Classe III especificamente em uma das formas previstas nos itens (a) a (d) acima, mas o montante do saldo remanescente de seus Créditos Classe III seja superior ao limite previsto na forma de pagamento desejada, tal Credor Fornecedor Parceiro deverá optar expressamente, de acordo com os termos e prazo previstos na Cláusula 4.13 do Novo PRJ, pelo recebimento do valor total do limite previsto na forma de pagamento desejada, sendo certo que, ao realizar a opção, o respectivo Credor Fornecedor Parceiro renunciará automaticamente ao direito de receber o pagamento do valor de seu Crédito Classe III que exceder o limite previsto na forma de pagamento desejada e outorgará às Recuperandas, no mesmo momento da realização da opção, a mais ampla, rasa, irrevogável e irretroatável quitação pelo recebimento do valor integral dos seus respectivos Créditos Classe III.

Créditos Transacionados de Fornecedores

Os Créditos Transacionados (conforme definido no Novo PRJ) de titularidade dos Credores Fornecedores serão pagos nos termos, condições e prazos atualmente existentes e originalmente negociados e acordados com as Requerentes nos respectivos instrumentos de transação, sem a aplicação de qualquer multa ou penalidade às Requerentes. Eventuais parcelas de pagamentos devidos pelas Requerentes a esses credores que não sejam Créditos Transacionados e que tenham se tornado devidas e não tenham sido pagas pelas Requerentes entre a data do pedido e a data da homologação judicial do Novo PRJ serão pagas tal como os créditos de fornecedores parceiros.

Créditos de Fornecedores "Take or Pay"

Os Créditos "Take or Pay" com Garantia (conforme definido no Novo PRJ) de titularidade dos Credores Fornecedores serão pagos com um deságio de 50%, em uma única parcela, no último dia útil de fevereiro de 2025 na forma do Novo PRJ.

Já os Créditos "Take or Pay" sem Garantia (conforme definido no Novo PRJ) de titularidade dos Credores Fornecedores serão pagos com um deságio de 50%, nos prazos de pagamento previstos no contrato original de fornecimento celebrado com os respectivos Credores Fornecedores.

Modalidade de Pagamento Geral

Observado o disposto no artigo 45, §3º da LRF, os credores quirografários que tiverem seus respectivos créditos classe III novados nos termos da modalidade de pagamento geral prevista no PRJ da 1ª Recuperação Judicial não serão afetados e seus respectivos créditos classe III não serão reestruturados nos termos do Novo PRJ, sendo certo que as suas condições de pagamento permanecerão idênticas àquelas atualmente existentes e aplicáveis a tais créditos classe III, conforme novados por força do PRJ da 1ª Recuperação Judicial. Sem prejuízo do disposto aqui, os créditos classe III (ou os respectivos e eventuais saldos remanescentes) de determinados credores quirografários que se enquadram nas condições previstas na referida Cláusula da Modalidade de Pagamento Geral prevista no Novo PRJ serão pagos em 5 parcelas anuais, iguais e sucessivas, sendo a primeira parcela paga em 5 de fevereiro de 2038, corrigidas pela TR, caso sejam referidos classe III em Reais, ou sem incidência de juros, caso sejam créditos classe III em Dólares ou em Euros.

Créditos "Intercompany"

As Requerentes poderão convencionar forma alternativa de extinção dos créditos "intercompany" nos seus termos e condições originalmente contratados, incluindo encontro de contas na forma da lei, e desde que não envolva desembolso de caixa pelas Requerentes. Referidos créditos remanescentes serão quitados a partir de 20 anos após o término do pagamento dos créditos na Modalidade Geral de Pagamento descrita acima, em 5 parcelas anuais, iguais e sucessivas.

Créditos Concursais Agências Reguladoras

Observado o disposto no art. 45, §3º da LRF, os créditos concursais não tributários de titularidade de agências reguladoras ou decorrentes de obrigações impostas em razão de deliberação de agências reguladoras inscritos em dívida ativa da União não serão afetados e reestruturados nos termos deste Novo PRJ e terão os seus créditos pagos nas formas e condições originais negociados com a Oi e nos termos da legislação pertinente, conforme previsto no PRJ da 1ª Recuperação Judicial. Na hipótese de superveniência de norma legal ou decisão judicial ou arbitral que estabeleça forma alternativa para a quitação dos referidos créditos, as Recuperandas poderão aderir ao novo regime.

Créditos Microempresa – Classe IV

Observado o disposto no artigo 45, §3º da LRF, os créditos concursais detidos por microempresas ou empresas de pequeno porte, conforme valores indicados na Relação de Credores, não serão afetados e reestruturados nos termos deste Novo PRJ e as respectivas condições de pagamento permanecerão idênticas àquelas atualmente existentes, conforme o caso, nos termos (i) novados por força do PRJ da 1ª Recuperação Judicial ou (ii) originalmente negociados e acordados com as Requerentes.

Por fim, o Novo PRJ prevê o Novo Empréstimo DIP, no valor total de R\$ 4.000.000,00 ou USD 750.000,00, o que for maior, a ser contratado pela Companhia para viabilizar o pagamento de parte das dívidas das Requerentes imediatamente após a Homologação Judicial do Plano e/ou para manutenção das atividades durante o período de implementação do Novo PRJ. O Novo Empréstimo DIP poderá ser concedido em Real ou em Dólar, por credores quirografários, participantes ou não do Financiamento DIP, bem como por terceiros adquirentes de créditos oriundos do Financiamento DIP, sendo certo que os credores quirografários ou terceiros adquirentes de créditos oriundos do Financiamento DIP poderão assumir, a seu exclusivo critério, o compromisso firme de desembolsar ou de obter compromissos firmes de garantia de desembolso do valor total do Novo Empréstimo DIP, nos termos e condições previstos no Contrato de "Backstop" a ser oportunamente divulgado pela Companhia. O Novo Empréstimo DIP deverá ser

amortizado no dia 30 de junho de 2027, em uma única parcela. A Companhia irá oferecer bens e ativos em garantia no contexto do Novo Empréstimo DIP, conforme descrito no respectivo Anexo do Novo PRJ, sendo certo que os demais termos e condições do Novo Empréstimo DIP estão descritos no Novo PRJ disponibilizado no "link" indicado acima.

As iniciais e a íntegra das decisões judiciais proferidas pelo Juízo da Recuperação Judicial, pelo Juízo de Falências dos Estados Unidos e pelo Juízo da Inglaterra e País de Gales, sejam relativas à Tutela de Urgência e à Recuperação Judicial, encontram-se à disposição dos acionistas da Companhia em seu "website" (www.oi.com.br/ri), bem como no "website" da recuperação judicial (www.rejud.com.br).

Continuidade das operações

As Demonstrações Financeiras, individuais e consolidadas, do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia e na observância dos requisitos legais aplicáveis, com base na avaliação da Administração sobre a probabilidade (i) de êxito na conclusão de um acordo de apoio à reestruturação e de "lockup"-RSA, com a maioria dos Credores Financeiros no processo de recuperação judicial em curso no Juízo da Recuperação Judicial e (ii) da aprovação e homologação do Novo Plano de Recuperação Judicial, apresentado no âmbito da Nova Recuperação Judicial pela Companhia em 19 de maio de 2023.

A Nova Recuperação Judicial, em curso na vigente data, tem por objetivo assegurar a continuidade de suas operações. Tal continuidade foi reforçada em virtude dos seguintes eventos: (i) negociação em curso de um acordo de apoio à reestruturação e de "lockup" com a maioria dos Credores Financeiros, para facilitar a implementação da Proposta de Reestruturação sobre os principais temas comerciais e financeiros para a reestruturação das dívidas financeiras, o que reduz de forma significativa as incertezas quanto a potenciais alterações nos valores e condições de pagamento considerados no Novo Plano de Recuperação Judicial; e (ii) contratação junto aos principais Credores Financeiros de financiamento emergencial na modalidade DIP ("debtor-in-possession") no valor de US\$ 275 milhões, com vencimento de 15 meses, que contribuirá para que a Companhia tenha capacidade financeira para honrar com pagamentos no curto prazo; e, (iii) a Companhia se encontra em fase final de negociação com Credores Financeiros para que novos recursos no montante aproximado de R\$ 4.000.000 sejam providos até o fim de 2023, e com prazo de vencimento até 30 de junho de 2027, o que contribuirá para que a Companhia tenha capacidade financeira para quitar o DIP, bem como pagamentos das dívidas e demais passivos no médio prazo.

O fato da Companhia estar em Recuperação Judicial, bem como as incertezas ainda remanescentes quanto ao êxito no cumprimento dos requerimentos necessários para o fim desse processo, que incluem eventos futuros que estão considerados pela Companhia em suas projeções de fluxo de caixa e que podem ser realizados por valores e em momento distinto dos esperados, resultando em potenciais mudanças significativas dos valores projetados de fluxo de caixa para o médio e longo prazo, indicam a existência de incertezas relevantes que poderão suscitar dúvidas sobre a capacidade de continuar em operação.

Encerramento da 1ª Recuperação Judicial

Em 14 de dezembro de 2022, o Juízo da Recuperação Judicial proferiu, nos termos do art. 63 da LRF, Sentença de Encerramento.

A Companhia divulgou, então, Fato Relevante informando que a concessão da 1ª Recuperação Judicial representou importante marco para a transformação das operações das Empresas Oi, em busca de sua sustentabilidade de longo prazo, por meio da implementação do seu Plano Estratégico, com foco em (i) aceleração das receitas dos negócios "core" e busca e criação de novas fontes de receita; (ii) readequação da sua estrutura de custos; (iii) equacionamento dos passivos operacionais e regulatórios da concessão de telefonia fixa e suas operações legadas; e (iv) provimento de soluções digitais e conexões de fibra ótica que visam melhorar a vida das pessoas e empresas em todo o país.

Ademais, esclareceu que a Sentença de Encerramento atestou o cumprimento das obrigações assumidas no Plano Original e no Aditamento ao PRJ.

No contexto da 1ª Recuperação Judicial, mais de 35 mil credores tiveram seus créditos integralmente quitados pelas Empresas Oi. Além desses credores, também quitaram, por meio da sistemática de pagamentos estabelecida pelo Juízo da Recuperação Judicial, todo o estoque de créditos extraconcursais, cujos pedidos de pagamento haviam sido encaminhados ao administrador judicial.

Em 26 de dezembro de 2022, a Companhia divulgou Fato Relevante informando aos seus acionistas e mercado em geral que concluiu as validações necessárias para o cálculo da Receita Líquida dos Eventos de Liquidez, conforme definido e previsto no Aditamento ao PRJ, para fins de pré-pagamento e desconto de 55% do valor dos créditos concursais dos Credores Quirografários das Opções de Reestruturação I e II, não tendo sido alcançado valor positivo no cálculo da Receita Líquida dos Eventos de Liquidez. Portanto, não foram atendidos os requisitos previstos no Aditamento ao PRJ para realização de tal pré-pagamento, cujo prazo se encerrou no último dia útil do exercício fiscal de 2022. Com isto, a Companhia informou que não realizará o pré-pagamento, permanecendo os créditos concursais dos Credores Quirografários das Opções de Reestruturação I e II reestruturados na forma e nos termos do Plano Original.

Desde o ajuizamento da 1ª Recuperação Judicial, as Empresas Oi implementaram diversas medidas para a reestruturação da sua dívida financeira e para implementação do seu novo plano estratégico de negócios, dentre elas: (i) a implementação de aumentos de capital previstos no PRJ; (ii) a alienação de parte dos seus ativos "non core"; e (iii) a alienação de bens do seu ativo não circulante.

Em relação aos principais acontecimentos ocorridos no exercício de 2022, no âmbito da alienação dos ativos não circulante, destacamos os seguintes:

Alienação da UPI Ativos Móveis

Em 20 de abril de 2022, ocorreu o fechamento da Operação UPI Ativos Móveis entre a Companhia e as operadoras Telefônica Brasil S.A. ("Vivo"), TIM S.A. ("TIM") e Claro S.A. ("Claro") e, em conjunto com Vivo e Tim, Compradoras). Mediante o fechamento, a totalidade das ações de emissão da (i) Cozani RJ Infraestrutura e Redes de Telecomunicações S.A. ("Cozani") foi transferida para a Tim; (ii) Garilva RJ Infraestrutura e Rede de Telecomunicações S.A. ("Jonava") foi transferida para a Claro.

O preço de fechamento ajustado da Operação UPI Ativos Móveis foi de R\$ 15.922.236, correspondendo ao preço base da Operação UPI Ativos Móveis de R\$ 15.744.000, acrescido de ajustes positivos de R\$ 178.236 ("Preço de Fechamento Ajustado da Operação UPI Ativos Móveis"), na forma do Contrato UPI Ativos Móveis, para refletir, entre outros, o montante da dívida líquida e do capital de giro de cada uma das UPIs Móveis transferidas às Compradoras, bem como a redução ou acréscimo, conforme o caso, de valores individualmente acordados entre a Companhia e as Compradoras.

Com o fechamento da Operação, as Compradoras realizaram, na referida data, o pagamento em dinheiro de um montante, em conjunto, de R\$ 14.744.760 ("Preço da Operação" - valor recebido no fechamento) equivalente ao Preço de Fechamento Ajustado da Operação menos o valor de R\$ 1.447.476 ("Valor Retido"), equivalente a 10% do Preço da Operação, retido pelas Compradoras por até 120 dias, na forma do Contrato, para possíveis compensações de valores que a Oi pudesse ter que vir a pagar às Compradoras em função de eventuais ajustes pós-fechamento e de outras obrigações de indenização previstas no Contrato. Como resultado da operação da alienação da UPI Ativos Móveis a Companhia reconheceu um ganho de R\$ 7908.853 no resultado de operações descontinuadas (Nota 28 (a)).

Adicionalmente ao Preço de Fechamento Ajustado da Operação UPI Ativos Móveis, a Companhia poderá fazer jus, ainda, a um valor contingente adicional líquido de até R\$ 294.608 a ser recebido em caso de atingimento de determinadas metas de migração de bases de clientes e frequências dos quais R\$ 169.680 líquidos já foram recebidos até 31 de dezembro de 2022 e mais R\$ 15.000 até a data da emissão dessas demonstrações financeiras, restando pendente apenas R\$ 110.000 a ser pago pela TIM.

As Compradoras também pagaram, na mesma data, o preço de R\$ 586.000, referente aos serviços de transição, que foram prestados pela Companhia, nos termos dos respectivos contratos de prestação de serviços de transição ("Contratos de Prestação de Serviços de Transição"), os quais já refletem o acordo entre a Companhia e as Compradoras para a retirada de determinados custos relacionados aos serviços de transição do escopo dos Contratos de Prestação de Serviços de Transição. O valor recebido foi reconhecido em Demais obrigações (Nota 22) e é apropriado ao resultado pelo prazo contratual.

Em 17 de setembro de 2022, após as partes concordarem com a prorrogação do prazo para o envio das notificações relativas ao cálculo do Preço de Fechamento, a Companhia recebeu das Compradoras notificação contendo um demonstrativo de cálculo para um ajuste de preço a R\$ 3.186.922 negativo (valor este, superior ao total do Valor Retido).

A Companhia divulgou Fato Relevante em 19 de setembro de 2022 informando que discordava venientemente do ajuste de preço sustentado pelas Compradoras, por apresentar erros procedimentais e técnicos, havendo equívocos na metodologia, nos critérios, nas premissas e na abordagem adotados pelas Compradoras e seu assessor econômico KPMG Assessors Ltda. ("KPMG"). Além disso, a Companhia notificou as Compradoras apontando o não cumprimento dos termos e condições dos documentos da Operação UPI Ativos Móveis, uma vez que as Compradoras deixaram de apresentar documentos e informações obrigatórios para a notificação de Ajuste Pós-Fechamento, como expressamente exigidos nos documentos da Operação UPI Ativos Móveis.

Adicionalmente, ainda em 17 de setembro de 2022, a Companhia informou que também recebeu das Compradoras, uma Notificação de Indenização, na qual as Compradoras alegam um Valor Global das Perdas Conhecidas para fins de Indenização de Revisão dos Inventários Móveis, no montante de R\$ 353.269, com o qual a Companhia discordou. Em 30 de setembro de 2022, a Companhia contranotificou as Compradoras sua discordância integral quanto ao pedido de Indenização de Revisão dos Inventários Móveis, detalhando seus fundamentos e justificativas para tanto, sustentando não haver qualquer Valor Global das Perdas Conhecidas a ser retido, compensado ou pago.

A partir de 5 de outubro de 2022, as Partes iniciaram reuniões com vistas a alcançar uma solução amigável a respeito das Perdas notificadas pelas Compradoras por meio da Notificação de Indenização de 17 de setembro de 2022, contestadas integralmente pela Companhia, conforme notificação enviada no dia 30 de setembro de 2022.

A requerimento da Companhia, o Juízo da 7ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro deferiu o pedido cautelar requerido pela Oi, determinando a intimação das Compradoras para o depósito do valor de R\$ 1.527.801, sendo R\$ 515.565 pela Telefônica, R\$ 342.705 pela Claro e R\$ 669.530 pela Tim, em conta vinculada ao processo de recuperação judicial ("Decisão Cautelar").

O Juízo da Recuperação Judicial também determinou a imediata instauração de procedimento de mediação, com vista à tentativa de composição amigável do litígio entre a Oi e as Compradoras, o que foi rejeitado pelas Compradoras por meio de petição apresentada em 20 de outubro de 2022.

Após uma série de recursos por parte das Compradoras infrutíferos, em 19 de outubro de 2022 a Tim depositou em juízo o montante de R\$ 669.530, em 20 de outubro de 2022 a Telefônica depositou em juízo o montante de R\$ 515.565, e em 25 de outubro de 2022 a Claro depositou em juízo o montante de R\$ 342.705, todos referentes ao Valor Retido.

Nada obstante o prazo e procedimentos previstos em contrato para que as partes tentassem alcançar, de boa-fé, um acordo quanto ao tratamento a ser dado em relação ao ajuste pós-Fechamento e à Perda notificada, em 3 de outubro de 2022, as Compradoras apresentaram requerimento de instauração de procedimento de arbitragem em face da Oi, na Câmara de Arbitragem do Mercado, sob alegação de suposto descumprimento contratual por parte da Companhia no que se refere aos procedimentos de ajuste de preço previstos no Contrato UPI Ativos Móveis. Em 20 de outubro de 2022, a Companhia apresentou Resposta ao Requerimento de Instauração de Arbitragem, aceitando a instauração da mediação e apresentando seus pedidos contrapostos. Atualmente as partes seguem implementando os procedimentos preliminares para a instauração de arbitragem, sendo certo que, até o momento, o Tribunal Arbitral ainda não foi constituído.

Com base na avaliação da Companhia e de seus consultores jurídicos, dado o estágio preliminar, a expectativa de perda deste processo é classificada como possível (Nota 21 – Passivo contingente).

• Dívidas liquidadas por conta do fechamento da Operação UPI Ativos Móveis

Em 20 de abril de 2022, foi concluída a venda da UPI Ativos Móveis. Como parte do recebimento desses recursos, e conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial da Companhia, na mesma data foi realizada a quitação integral de suas dívidas junto ao BNDES, no valor de R\$ 4.640 milhões. Adicionalmente, em linha com o previsto na escritura das debêntures segunda emissão da Oi Móvel foi feito o pagamento antecipado desta dívida, no valor de R\$ 2.356 milhões. Por fim, também nesta data foi encerrada a oferta pública mandatória para o "Bond" sênior 2026, conforme previsto em sua "indenture", com adesão de 98,71% do total do principal em circulação, o que representa cerca de US\$ 869 milhões de principal (R\$ 4.109 milhões).

• Celebração de "Term Sheet": Transferência da Base DTH ("Direct To Home") e Utilização da Infraestrutura IPTV ("Internet Protocol Television")

O Aditamento ao PRJ previu a alienação de ativos, passivos e direitos relacionados ao negócio de TV por assinatura, descritos no seu Anexo 5.3.5, estabelecendo, ainda, a possibilidade de alienação dos referidos ativos de forma conjunta mediante constituição da UPI TVCo ou por outra modalidade prevista na Lei nº 11.101/2005, nos termos da Cláusula 5.1 do Aditamento ao PRJ.

Em 28 de abril de 2022, a Companhia celebrou com a Sky Serviços de Banda Larga Ltda. ("Sky") "Term Sheet" ("Instrumento") para (i) permitir eventual transferência da integralidade da base de clientes pós-pagos de DTH, em continuidade à sua estratégia de desinvestimento do negócio de TV por assinatura com base na tecnologia DTH; e (ii) a utilização da infraestrutura de IPTV da Oi e a prestação de serviços com relação a essa infraestrutura pela Sky, com o compartilhamento das receitas auferidas entre Oi e Sky ("Operação TVCo").

De acordo com o Instrumento, e sujeito ao implemento das condições precedentes para o fechamento da Operação TVCo, as quais serão previstas nos Contratos Definitivos da Operação TVCo ("CPs TVCo"), a Sky se comprometeu a adquirir a Base DTH da Oi e Oi concordou em transferir a Base DTH para a Sky, bem como concordou em prestar à Sky os serviços relacionados à Infraestrutura IPTV. Os termos e condições exatos da Operação TVCo estarão contidos nos contratos definitivos a serem discutidos entre a Oi e a Sky.

Em 1 de setembro de 2022, o Juízo da Recuperação Judicial autorizou a venda direta da Operação TVCo para a Sky, sem a formatação de UPI tal como originalmente proposta na Cláusula 5.3.5 do Aditamento ao PRJ, livre de todo modo de quaisquer ônus e sem sucesso do adquirente nas obrigações das Empresas Oi, nos termos do art. 66, § 3º, e 142, V, da Lei nº 11.101/2005.

A efetiva conclusão da Operação TVCo está sujeita, ainda, à obtenção de aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, bem como ao cumprimento das CPs TVCo.

Instrumento de Repactuação e Transação Celebrado com a ANATEL

Em 31 de maio de 2022, a Companhia celebrou com a ANATEL, um instrumento de repactuação e transação acerca de débitos não tributários, inscritos em dívida ativa da União até a data de celebração do instrumento, no valor de R\$ 20.237.715, nos termos da Lei nº 13.988/2020 combinada com a Lei nº 14.112/2020, incluindo multas, encargos e juros de mora aplicáveis.

O instrumento de repactuação e transação, que abrange tanto o saldo dos débitos não tributários, objeto do termo de transação assinado em 27 de novembro de 2020, quanto a repactuação dos novos débitos junto à ANATEL, prevê desconto de 54,99% sobre o valor de cada um desses débitos, incluindo o valor do principal devido, de forma que o débito total a ser pago pela Companhia passa a ser de R\$ 9.109.202. Do referido valor será deduzido o montante quitado pela Companhia por meio dos depósitos judiciais já convertidos em renda e apropriados pela ANATEL, resultando no saldo devedor de R\$ 7.335.223, que deverá ser quitado em 126 parcelas não lineares, a primeira delas com vencimento no mês da assinatura do acordo e a segunda após o decurso o período de 6 meses de carência. Com isso, o vencimento da última parcela ocorrerá em abril de 2033, representando um alongamento significativo do prazo de pagamento estabelecido na transação anterior, que chegaria ao final em outubro de 2027. O valor a pagar a ANATEL está registrado em Demais obrigações (Nota 22), descontado a valor presente a taxa de desconto de 17,07% a.a.

Mediante o pagamento das parcelas, a ANATEL conferirá à Companhia ampla, completa, geral, rasa e irrevogável quitação em relação aos débitos não tributários nos pagos e/ou objeto das execuções fiscais, conforme listados no instrumento de repactuação e transação.

O referido instrumento representa o cumprimento de mais uma importante etapa do Plano de Recuperação Judicial da Companhia, viabilizando o encerramento de um grande número de processos judiciais e administrativos.

Alienação Parcial UPI InfraCo - Celebração de Acordo de Investimento e Outras Avenças

Em 9 de junho de 2022, ocorreu o fechamento da operação de alienação parcial da UPI InfraCo para a Globenet Cabos Submarinos S.A. ("Globenet" ou "Investidor"), com a intervenção da Vtal, BTG Pactual Infraco Master Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia e BTG Pactual Infraco Co-Investors Fund LP, na qualidade de acionistas do Investidor ("Operação UPI InfraCo"). O fechamento da Operação UPI InfraCo contemplou, na data de fechamento, a contribuição das seguintes parcelas:

(i) **Parcela Primária:** em 9 de junho de 2022, houve a subscrição e integralização pelo Investidor de 1.031.715.633 ações ordinárias representativas do capital social votante da Vtal, mediante contribuição de um montante em dinheiro de R\$ 1.776.100.

(ii) **Parcela Secundária:** em 9 de junho de 2022, houve a aquisição pelo Investidor de 4.653.030.940 ações ordinárias detidas pela Oi representativas do capital social votante da Vtal, mediante pagamento de um montante em dinheiro de R\$ 8.010.200, a ser pago pelo Investidor em até 3 parcelas, sendo R\$ 4.261.709, pagos naquela data e o restante a ser pago até 2023, nos termos previstos no Acordo de Investimento da Operação UPI InfraCo. Conforme o referido acordo, o pagamento da segunda e terceira parcela do componente secundário do preço de aquisição ocorreu em 2 de dezembro de 2022 e 17 de janeiro de 2023, respectivamente, com a compensação de parte do passivo relativo ao acordo de fornecimento de capacidade de transmissão com a Vtal.

Destá forma, na data de fechamento, a Globenet passou a deter 51% das ações representativas do capital social total da Vtal, e a Oi, 49%, das mesmas ações.

Numa segunda etapa, após o fechamento, foram realizadas ainda, as seguintes contribuições adicionais à Vtal pela Globenet, tal como previstas no Contrato UPI InfraCo:

(iii) **Parcela Primária Adicional – I:** em 13 de junho de 2022, houve subscrição e integralização pela Globenet de 730.895.780 ações ordinárias, representativas do capital social votante da Vtal, mediante contribuição de um montante em dinheiro de R\$ 1.258.238;



OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

COMPANHIA ABERTA - CNPJ 76.535.764/0001-43

Os ativos adquiridos e os passivos assumidos da Oi Móvel em 22 de fevereiro de 2022 decorrentes da incorporação, estão resumidos abaixo:

Caixa e equivalentes de caixa	1.229.055
Aplicações financeiras	10.086
Contas a receber	2.603.897
Estoques	27.007
Tributos a recuperar	659.633
Dividendos e juros sobre capital próprio	802.916
Depósitos e bloqueios judiciais	287.596
Despesas antecipadas	757.734
Investimentos	2.578.476
Imobilizado	2.411.716
Intangível	481.121
Empréstimos e financiamentos	(9.252.113)
Fornecedores	(3.075.758)
Tributos a recolher	(1.622.956)
Arrendamentos a pagar	(239.481)
Provisões	(1.061.165)
Outros ativos e passivos	(2.796.056)
Acerto líquido incorporado	(1.198.292)

A incorporação da Oi Móvel na controladora não afeta as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

Incorporação das empresas Paggo Administradora, BrT Card, e Bérghamo Participações Ltda. ("Bérghamo") pela Companhia

Em 1 de dezembro de 2022, foi realizada AGE da Oi, na qual foram aprovadas as operações de incorporação das empresas Paggo Administradora, BrT Card, e Bérghamo pela Companhia, sendo as incorporações da BrT Card e Paggo Administradora com eficácia imediata e a incorporação da Bérghamo com eficácia a partir de 2 de janeiro de 2023.

Os ativos líquidos das respectivas empresas, conforme laudo de avaliação de seu patrimônio líquido contábil, foram incorporados ao patrimônio da Companhia. Por se tratarem de subsidiárias integrais da Oi, as referidas incorporações não resultaram em aumento do patrimônio líquido da Companhia. As mutações patrimoniais ocorridas no período compreendido entre a data do balanço que serviu de base para a determinação dos acertos líquidos e a data da aprovação das operações foram apropriadas pela Companhia, conforme Protocolo e Justificação.

Os ativos adquiridos e os passivos assumidos decorrentes das incorporações, ocorridas em 1 de dezembro de 2022, estão resumidos abaixo:

	Paggo Administradora	BrT Card
Caixa e equivalentes de caixa	11.805	551
Contas a receber	329.877	
Estoques	29.393	
Tributos a recuperar	23.751	163
Depósitos e bloqueios judiciais	7.528	
Imobilizado	1.141	
Fornecedores	(860.824)	
Tributos a recolher	(3.146)	(3)
Provisões	(12.892)	
Outros ativos e passivos	(150.962)	(206)
Acerto líquido incorporado	(624.329)	505

Os ativos adquiridos e os passivos assumidos da Bérghamo serão reconhecidos por incorporação na Companhia em 2 de janeiro de 2023, e estão resumidos abaixo:

	Bérghamo
Imobilizado	1.402.749
Intangível	19.870
Acerto líquido incorporado	1.422.619

Empresas subsidiárias da Companhia

As participações detidas no capital das subsidiárias da Companhia, estão demonstradas abaixo:

Empresa	Atividade	País sede	Direta	Indireta	Direta	Indireta
			2022	2022	2021	2021
Oi Holanda	Obratação de fundos no mercado internacional	Holanda	100%	100%		
PTIF	Obratação de fundos no mercado internacional	Holanda	100%	100%		
CVTEL BV	Gestão de investimentos	Holanda	100%	100%		
Carrians Finance S.à.r.l.	Gestão de investimentos	Luxemburgo	100%	100%		
Rio Alto Gestão de Créditos e Participações S.A. ("Rio Alto")	Gestão de carteira de direitos creditórios e participação em outras sociedades	Brasil	100%	100%		
Oi Serviços Financeiros S.A. ("Oi Serviços Financeiros")	Serviços financeiros	Brasil	100%	100%		
Oi Soluções S.A.	Prestação de serviço de telecomunicações e serviço de tecnologia da informação, no Brasil e no exterior	Brasil	100%	99,80%	0,20%	
Paggo Empreendimentos S.A.	Sistemas de pagamentos e de crédito	Brasil	100%	100%		
Paggo Acquirer Gestão de Meios de Pagamentos Ltda.	Sistemas de pagamentos e de crédito	Brasil	100%	100%		
Paggo Administradora Ltda.	Sistemas de pagamentos e de crédito	Brasil	100%	100%		
Sereide - Serviços de Rede S.A. ("Sereide")	Serviços de rede	Brasil	100%	99,12%	0,88%	
Brasil Telecom Call Center S.A. ("Tahiti")	Serviços de centrais de atendimento e telemarketing	Brasil	100%	100%		
BrT Card Serviços Financeiros Ltda.	Serviços financeiros	Brasil	99,99%	0,01%		
Pointer Networks S.A. ("Pointer")	Internet Wifi	Brasil	100%	100%		
Lerning RJ Infraestrutura e Redes de Telecomunicações S.A.	Infraestrutura passiva própria para exploração de serviços de telecomunicações por terceiros	Brasil	100%	0,05%	99,95%	
Bérghamo Participações Ltda. (*)	Prestação de serviços de telecomunicações e participação em outras sociedades	Brasil	100%			
VEX Venezuela CA	Internet Wifi	Venezuela			100%	
VEX USA Inc.	Internet Wifi	Estados Unidos da America			100%	
VEX Ukraine LLC	Internet Wifi	Ucrânia	40%		40%	
PT Participações, SGPS, S.A. ("PT Participações")	Gestão de participações sociais	Portugal	100%	100%		
Oi Investimentos Internacionais S.A. ("Oi Investimentos")	Serviços de consultoria e gestão de negócios, elaboração de projetos e estudos econômicos	Portugal	100%	100%		
Africatel GmbH & Co.KG.	Gestão de investimentos	Alemanha	100%	100%		
Africatel GmbH	Gestão de investimentos	Alemanha	100%	100%		
Africatel Holdings, BV	Gestão de investimentos	Holanda	86%	86%		
TPT - Telecomunicações Publicas de Timor, S.A. ("TPT")	Prestação de serviços e compra e venda de produtos de telecomunicações, multimídia e tecnologias de informação em Timor	Portugal	76,14%		76,14%	
Timor Telecom, S.A. (*)	Concessionária dos serviços de telecomunicações em Timor	Timor	44%		44%	

*Vide Nota 1.
**Vide Nota 29.

Empresas/Negócios classificados como ativos mantidos para venda e relacionadas às operações descontinuadas

Empresa	Atividade	País sede	Direta	Indireta	Direta	Indireta
			2022	2022	2021	2021
Oi Móvel (*)	Telefonia móvel - Região I, II e III	Brasil			100%	
Brasil Telecom Comunicação Multimídia S.A.	Telecomunicações em geral	Brasil			68,34%	31,66%
Cozani RJ Infraestrutura e Redes de Telecomunicações S.A.	Serviços de manutenção e locação de infraestrutura e prestação de serviços de telecomunicações	Brasil			0,01%	99,99%
Jonava RJ Infraestrutura e Redes de Telecomunicações S.A.	Serviços de manutenção e locação de infraestrutura e prestação de serviços de telecomunicações	Brasil			0,01%	99,99%
Gariava RJ Infraestrutura e Redes de Telecomunicações S.A.	Serviços de manutenção e locação de infraestrutura e prestação de serviços de telecomunicações	Brasil			0,01%	99,99%

(*) Exclusivamente, os negócios de Mobilidade (UPI Ativos Móveis) As participações em negócios em conjunto e participação em coligadas são avaliadas por equivalência patrimonial e estão demonstradas abaixo:

Empresa	Atividade	País sede	Direta	Indireta	Direta	Indireta
			2022	2022	2021	2021
Vital - Rede Neutra de Telecomunicações S.A.	Telecomunicações em geral	Brasil	34,12%			
Companhia AIX de Participações ("AIX")	Execução, conclusão e exploração comercial de redes subterráneas de dutos para fibras óticas, nos termos do Contrato de Consórcio Refibra	Brasil	50%		50%	
Companhia ACT de Participações ("ACT")	Assessoria técnica e fiscalização das atividades vinculadas ao Consórcio Refibra	Brasil	50%		50%	
Paggo Soluções e Meios de Pagamento S.A. ("Paggo Soluções")	Financeira	Brasil	50%		50%	

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

Declaração de conformidade

As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Companhia ("Demonstrações Financeiras") foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pela CVM e que estão em conformidade com as IFRS - "International Financial Reporting Standards" emitidas pelo IASB - "International Accounting Standards Board". Todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado ("DVA"), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas, de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração.

(a) Base de elaboração

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito no item (b) das políticas contábeis a seguir.

A preparação das Demonstrações Financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo Oi. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas estão divulgadas no item (c).

(b) Principais políticas contábeis

Críticos de consolidação das controladas pelo método integral

A consolidação integral foi elaborada de acordo com o IFRS 10 / CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e incluem as demonstrações financeiras das controladas diretas e indiretas da Companhia. Os principais procedimentos de consolidação são:

- soma dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a natureza contábil;
- eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos, bem como as receitas e despesas relevantes, entre as empresas consolidadas;
- eliminação dos investimentos e correspondentes participações no patrimônio líquido das empresas controladas;
- destaque das participações dos acionistas não controladores no patrimônio líquido e no resultado do exercício; e
- consolidação dos fundos de investimentos exclusivos (Nota 8).

Moeda funcional e de apresentação

A Companhia e suas controladas atuam, principalmente, como operadoras no setor de telecomunicações no Brasil, Europa e Ásia e em atividades correlacionadas ao respectivo setor. Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo Oi são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e a moeda de apresentação da Companhia.

Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando qualificadas como contabilidade de "hedge" ("hedge accounting") e, portanto, diferidos no patrimônio líquido como operações de "hedge" de fluxo de caixa.

Empresas do Grupo Oi com moeda funcional diferente

Os resultados e a posição financeira de todas as entidades do Grupo Oi, nenhuma das quais tem moeda de economia hiperinflacionária, cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

- os ativos e passivos são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço;
- receitas e despesas da demonstração do resultado são convertidas pelas taxas médias de câmbio;
- todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado do patrimônio líquido em outros resultados abrangentes; e
- ágio e ajustes de valor justo, decorrentes da aquisição de uma entidade no exterior são tratados como ativos e passivos da entidade no exterior e convertidos pela taxa de fechamento.

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para Reais, principalmente, utilizando as seguintes taxas de câmbio:

Moeda	Fechamento		Média	
	2022	2021	2022	2021
Euro	5,5694	6,3210	5,4420	6,3784
Dólar Norte Americano	5,2177	5,5805	5,1655	5,3956

Informações por segmentos

O Conselho de Administração da Companhia, que é o principal tomador de decisões operacionais, de alocação de recursos e de avaliação de desempenho, utiliza as informações por segmentos de negócios para a tomada de decisões. A Companhia identificou apenas um segmento operacional que exclui as operações descontinuadas e que corresponde aos negócios de Telecomunicações no Brasil.

Além dos negócios de Telecomunicações no Brasil, a Companhia tem outros negócios que não cumprem individualmente ou em conjunto nenhum dos indicadores quantitativos que demandam divulgação como segmento de negócio reportável. Estes negócios relacionam-se essencialmente às empresas Companhia Santomense de Telecomunicações, S.A. R.L. ("CSSTT"), empresa alienada em novembro de 2021 e Timor Telecom S.A., as quais prestam serviços de telecomunicações fixas e móveis.

A geração de receita é avaliada pelo Conselho de Administração na visão segmentada por cliente nas seguintes categorias: Oi Fibras, com foco na venda de serviços de banda larga, voz fixa e IPTV, para clientes residenciais e pequenas empresas; Oi Soluções, que incluem soluções empresariais para nossos clientes corporativos de médio e grande porte, além dos serviços Digitais e de TI; e Serviços Legados, que incluem os serviços relacionados à tecnologia de cobre, TV DTH e serviços regulados de atacado. Informações sobre os segmentos são apresentados na Nota 25.

Caixa e equivalentes de caixa

Este grupo é representado pelos saldos de numerários em espécie no caixa e em fundo fixo, contas bancárias e aplicações financeiras de curtíssimo prazo, de alta liquidez (normalmente com vencimento inferior a três meses), prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, sendo demonstrados pelo valor justo nas datas de encerramento dos exercícios apresentados e não superam o valor de mercado, cuja classificação é determinada conforme abaixo (Nota 8).

Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados de acordo com a sua finalidade em: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e (iii) valor justo por meio do resultado.

A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias de mensuração: (1) ativos mensurados ao custo amortizado - ou seja, ativos financeiros que atendem às seguintes condições: (i) o modelo de negócios sob o qual os ativos financeiros são mantidos para obter fluxos de caixa contratuais e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas especificadas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto (contas a receber, empréstimos e equivalentes de caixa). O custo amortizado é reduzido por perdas por "impairment"; (2) ativos financeiros valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Os rendimentos de juros são calculados utilizando o método de juro efetivo, ganhos e perdas cambiais e "impairment" são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes. No desreconhecimento, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado; e (3) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido diretamente no resultado.

Contas a receber

As contas a receber decorrem, principalmente, de serviços prestados de telecomunicações faturados e de serviços prestados a clientes não faturados até a data de encerramento dos exercícios, classificadas como ao custo amortizado e não diferem de seus valores justos, líquidas da provisão para perdas esperadas. A Companhia reconhece provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes baseada na experiência de perda de crédito histórica de acordo com dados observáveis para refletir os efeitos das condições atuais e futuras, desde que tais dados estejam disponíveis sem custo ou esforços excessivos. A Companhia presume risco de crédito de um ativo financeiro desde o seu reconhecimento inicial quando os pagamentos contratuais ainda não estão vencidos, exceto quando informações razoáveis e sustentáveis disponíveis demonstrarem o contrário.

Ativos não circulantes mantidos para venda e operações descontinuadas

Os ativos não circulantes são classificados como ativos mantidos para venda quando seu valor contábil for recuperável, principalmente, por meio de uma venda e quando essa venda for altamente provável. Estes ativos são avaliados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda. Qualquer perda por redução ao valor recuperável sobre um grupo de ativos mantidos para venda é inicialmente alocada ao ágio, e, então, para os ativos e passivos remanescentes em base pró-rata.

Operação descontinuada é um componente ou uma unidade de negócio que compreende operações e fluxos de caixa que podem ser claramente distinguidos operacionalmente do restante da Companhia. A classificação de operação descontinuada ocorre mediante a alienação, ou quando a operação atende aos critérios para ser classificada como mantida para venda.

Os ativos e os passivos diretamente associados que atendem aos critérios de reconhecimento como ativos mantidos para venda e operações descontinuadas são apresentados na Nota 28.

Investimentos

Nas Demonstrações Financeiras Individuais da controladora as informações financeiras de controladas e controladas em conjunto, assim como as coligadas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são registrados pelo custo de aquisição e deduzidos de provisão para ajuste ao valor de realização, quando aplicável.

As demonstrações financeiras de controladas são consolidadas integralmente nas Demonstrações Financeiras Consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. Os investimentos em controladas em conjunto são reconhecidos nas Demonstrações Financeiras Consolidadas pelo método de equivalência patrimonial.

As políticas contábeis de controladas e controladas em conjunto estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia (Nota 15).

Imobilizado

O imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada. Os custos históricos incluem gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos. Incluem ainda determinados gastos com instalações, quando é provável que futuros benefícios econômicos associados a esses gastos fluirão para a Companhia e os custos com desmontagem, remoção e restabelecimento de ativos. Os ativos qualificáveis são aqueles que necessariamente demandam um tempo substancial para ficarem prontos para uso.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil conforme apropriado, somente quando esses ativos geram benefícios econômicos futuros e possam ser medidos de forma confiável. O saldo residual do ativo substituído é baixado. Os gastos com manutenção e reparo são registrados ao resultado durante o período em que ocorrem, entretanto são capitalizados somente quando representam claramente aumento da capacidade instalada ou da vida útil econômica.

Os bens atrelados a contratos de arrendamento mercantil financeiro são registrados no imobilizado pelo valor justo ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil, na data inicial do contrato.

A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com a expectativa de vida útil econômica dos bens, a qual a Companhia revisa anualmente (Nota 16).

Intangível

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. As licenças regulatórias associadas a mais valia incorporada, são amortizadas pelo prazo da concessão do STFC (Nota 17).

Redução ao valor recuperável de ativos de longa duração

Os ativos de longa duração são revisados para a verificação quanto ao valor recuperável de ativos "impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma eventual perda é reconhecida por um montante pelo qual o saldo contábil do ativo excede seu montante recuperável, de acordo com as melhores previsões a respeito de seu desempenho futuro. O valor recuperável é o maior valor entre valor justo do ativo menos o custo de vender e seu valor em uso.

Para o propósito de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados ao menor nível para o qual existam UGC - Unidades Geradoras de Caixa.

Em 2021, a Companhia agrupava seus ativos em 3 (três) UGCs: (i) Ativos Móveis, (ii) Infra e (iii) Ativos de operações continuadas. Em 2022, com as alienações das importantes linhas de negócios (Ativos Móveis e Infra) e com o reposicionamento da Nova Oi, envolvendo a definição específica de metas estratégicas por UGCs com objetivos e acompanhamento segregados, a Companhia passou a agrupar as unidades geradoras de caixa em três novas UGCs: (i) Oi Fibras/Oi Soluções, (ii) Oi Serviços Legados e (iii) Serviços de Manutenção de Rede (Sereide), que anteriormente eram parte da UGC Ativos de operações continuadas.

Em 2022, os ativos das referidas UGCs passaram assim a incluir:

- Oi Fibras e Oi Soluções - ativos secundários de infraestrutura instalados nas dependências dos clientes e interligados a rede externa de fibra da coligada Vital, para provimento de serviços de dados em alta velocidade, serviços digitais e serviços de TI.
- Serviços Legados - ativos de infraestrutura para o provimento de serviços de telecomunicações aos clientes de voz e dados decorrentes do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC).
- Serviços de Manutenção de Rede - ativos necessários ao provimento da prestação de serviços de operações de manutenção e instalação de campo pela controlada Sereide.

Os cálculos requerem o uso de julgamentos, estimativas e premissas significativas que podem ser influenciados por diferentes fatores externos e internos, como tendências econômicas, tendências da indústria, taxas de juros do setor, mudanças nas estratégias de negócios e mudanças no tipo de serviços e produtos fornecidos pela Companhia para o mercado. A Administração utiliza o orçamento aprovado pela Companhia como ponto de partida para elaboração do modelo de cálculo. As premissas utilizadas no cálculo estão sujeitas a riscos e incertezas e podem mudar as projeções da Companhia e, portanto, podem afetar o valor recuperável dos ativos.

Para fins de teste de redução ao valor recuperável dos ativos, a Companhia considerou o valor em uso através do cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros relacionados a cada UGC, considerando premissas em bases nominais. A taxa de desconto utilizada no fluxo de caixa corresponde ao custo médio ponderado de capital de 17,77%. A taxa de desconto equivalente para o mesmo valor em uso, sem o efeito de fluxo de pagamento de imposto sobre a renda, é de 26,92%.

Após a aplicação dos critérios de avaliação das três UGCs, foi verificado um indicativo de que o valor recuperável dos ativos relacionados a UGC Oi Serviços Legados poderia estar inferior ao seu valor contábil.

No que se refere a UGC Oi Serviços Legados, a Companhia considerou a projeção até 2025, de acordo com o prazo da concessão do STFC.

As demais principais premissas utilizadas neste teste estão relacionadas a queda nas receitas de concessão de telefonia fixa associada com as despesas fixas elevadas da operação.

O resultado desse teste de "impairment" indicou a necessidade de provisão para perdas no valor integral dos ativos relacionados à esta UGC no valor de R\$ 14,108 milhões, tanto na controladora quanto no consolidado. Este montante foi reconhecido na demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 como ("Perda") / Reversão ao valor recuperável dos ativos.

A Companhia também realizou testes de "impairment" para as UGCs Oi Fibras/Oi Soluções, e Serviços de Manutenção de Rede, seguindo os mesmos critérios de avaliação. Por se tratarem de negócios sem expectativa de término, o fluxo foi estimado em sua perpetuidade baseada, principalmente, nas expectativas e projeções de crescimento dos negócios para os próximos anos. As demais premissas utilizadas nestes testes estão relacionadas principalmente ao crescimento das receitas e margem de lucro. O resultado desse teste de "impairment" não indicou nenhuma necessidade de provisão para perdas para essas UGCs.

A Companhia reconheceu também uma perda com "impairment" para os ativos mantidos para venda

relacionados as Operações de TV no valor de R\$ 141 milhões, que estão reconhecidos ao valor justo, líquido das despesas de venda. Informações adicionais nas Notas 5, 16 e 17.

Ajuste a valor presente

A Companhia efetua avaliação dos seus ativos e passivos financeiros para identificar a ocorrência da aplicabilidade do ajuste ao valor presente. Para fins de registro, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e taxas de juros explícita, e em certos casos implícita dos passivos.

Em aspectos gerais, quando aplicável a taxa utilizada é a média de retorno de investimentos ou de captação global da Companhia, dependendo se o instrumento financeiro é ativo ou passivo, respectivamente. A contrapartida contábil é o ativo ou passivo que tenha dado origem ao instrumento financeiro, quando aplicável, e os encargos financeiros presumidos são apropriados ao resultado da Companhia pelo prazo da operação.

Nos termos e condições do PRJ Original e do Aditamento ao PRJ, certos saldos de fornecedores e processos judiciais no âmbito da ANATEL, de acordo com o instrumento de repactuação e transação celebrado com a ANATEL (Nota 1), foram ajustados ao valor justo na data da novação dos passivos concursais e na data da celebração do acordo, respectivamente, de acordo os requerimentos previstos no IFRS 9 / CPC 48, equivalente ao valor presente à época, calculado com base em avaliação interna que levou em consideração os fluxos de caixa desses passivos e premissas relacionadas às taxas de desconto, consistentes com o vencimento e a mo

continuação



OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

COMPANHIA ABERTA - CNPJ 76.535.764/0001-43

acordo com os resultados dessas revisões. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos (Nota 7).

Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia, dividido pela média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41 / IAS 33 (Nota 23 (d)).

(c) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes, bem como requer julgamentos relacionados a esses assuntos. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais. As estimativas e julgamentos contábeis críticos que possuem maior risco de causar ajustes materiais sobre os saldos contábeis dos ativos e passivos estão relacionados a seguir:

Reconhecimento de receita e contas a receber

A política de reconhecimento de receita da Companhia é significativa em razão de ser componente relevante dos resultados operacionais. A determinação do valor e do momento do reconhecimento da receita pela administração, capacidade de cobrança e os direitos a receber de certas receitas pelo uso da rede se baseiam em julgamentos relacionados à natureza da tarifa cobrada pelos serviços prestados, o preço de certos produtos e o poder de cobrar essas receitas. Se mudanças nas condições fizerem com que a Administração julgue que esses critérios não estão sendo atendidos em certas operações, o valor das contas a receber pode ser afetado. Além disso, a Companhia depende de diretrizes de medição para determinadas receitas de acordo com as regras definidas pela ANATEL.

Perdas esperadas em contas a receber de clientes

O reconhecimento de perdas esperadas em contas a receber de clientes leva em consideração as medidas implementadas para restringir a prestação de serviços a clientes com contas em atraso e para cobrar clientes inadimplentes, bem como, o risco de crédito de forma individual e coletiva. A estimativa de perda esperada em contas a receber de clientes é reconhecida em um montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses recebíveis, com base em taxas históricas de inadimplência e em informações prospectivas, como projeções de condições futuras que impactam as cobranças. Há situações de acordos com certos clientes para cobrar contas em atraso, inclusive acordos que permitem aos clientes quitar suas contas inadimplentes em parcelas. Os montantes que efetivamente deixamos de receber para essas contas podem ser diferentes do valor da provisão estabelecida e provisões adicionais podem ser necessárias.

Depreciação e amortização de ativos com vida útil definida

Os ativos de vida útil definida do imobilizado e do intangível são depreciados e amortizados, respectivamente, usando o método linear no decorrer da vida útil dos respectivos ativos. As taxas de depreciação e de amortização dos ativos mais relevantes estão demonstradas na Nota 16 e 17, respectivamente.

A Companhia revisa anualmente as vidas úteis de seus ativos.

Redução ao valor recuperável de ativos de longa duração

Os valores recuperáveis dos ativos de longa duração são determinados com base na comparação entre os cálculos do valor em uso e do valor de venda. Esses cálculos exigem o uso de julgamentos, estimativas e premissas significativas que podem ser influenciados por diferentes fatores externos e internos, tais como tendências econômicas, tendências da indústria e taxas de juros, mudanças nas estratégias de negócios e mudanças no tipo de serviços e produtos que a Companhia fornece ao mercado. As premissas utilizadas no cálculo estão sujeitas a riscos e incertezas e podem mudar as projeções da Companhia e, portanto, afetar o valor recuperável dos ativos.

Arrendamentos

As premissas relativas às taxas de desconto apropriadas usadas no cálculo do valor presente dos pagamentos dos arrendamentos estão sujeitas a flutuações significativas devido a diferentes fatores externos e internos, incluindo tendências econômicas e desempenho financeiro da Companhia. O uso de diferentes premissas para mensurar o valor presente de nossos arrendamentos poderia ter um efeito material sobre o valor presente estimado do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento no balanço patrimonial.

Valor justo de passivos financeiros

As premissas sobre taxas de desconto utilizadas no cálculo do valor justo de nossos passivos financeiros estão sujeitas a flutuações significativas devido a diferentes fatores externos e internos, incluindo tendências econômicas e o desempenho financeiro da Companhia. O uso de diferentes premissas para mensurar o valor justo dos passivos financeiros pode ter um efeito material sobre o valor justo estimado desses passivos financeiros e os valores registrados como empréstimos e financiamentos no balanço patrimonial, bem como os valores registrados no resultado.

Provisões

A Companhia reconhece, nos termos do CPC 25 / IAS 37, provisões para contingências originadas essencialmente na esfera jurídica e administrativa, com natureza trabalhista, tributária e cível, conforme detalhado na Nota 21.

Dependendo da natureza da contingência, a Administração da Companhia faz uso de metodologia de avaliação estatística ou avaliação individual no cálculo de provisões para contingências. Em qualquer uma das metodologias a Companhia usa um conjunto de premissas, informação, avaliação de risco interna e externa e modelos estatísticos que entende serem adequadas, incluindo a implementação com sucesso do Plano de Recuperação Judicial, no entanto é possível que as mesmas se alterem no futuro, podendo resultar em mudanças nas futuras provisões para perdas.

Reconhecimento de passivo oneroso

A Companhia reconhece, consoante o CPC 25/IAS 37, passivo oneroso quando as obrigações dos contratos excedem os benefícios econômicos que se espera receber ao longo do contrato e os custos são inevitáveis. A obrigação onerosa é mensurada ao menor custo líquido de saída dos contratos trazidos a valor presente.

Os cálculos de onerosidade contratual exigem o uso de estimativas e premissas. O uso de diferentes estimativas e premissas podem afetar de maneira significativa os resultados da Companhia.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia reconhece e liquida os tributos sobre a renda com base nos resultados das operações apurados de acordo com a legislação societária brasileira, considerando os preceitos da legislação fiscal, que são significativamente diferentes dos valores calculados para os CPCs e as IFRSs. De acordo com o CPC 32 / IAS 12, a Companhia reconhece os ativos e passivos tributários diferidos com base nas diferenças existentes entre os saldos contábeis e as bases tributárias dos ativos e passivos.

A Companhia revisa regularmente os ativos de tributos diferidos quanto à recuperabilidade e reconhece provisão para redução ao valor recuperável caso seja provável que esses ativos não sejam realizados, baseada no lucro tributável histórico, na projeção de lucro tributável futuro e no tempo estimado de reversão das diferenças temporárias existentes. Esses cálculos exigem o uso de estimativas e premissas. O uso de diferentes estimativas e premissas poderiam resultar em provisão para redução ao valor recuperável de todo ou de parte significativa do ativo de tributos diferidos.

Benefícios e empregados

A avaliação atuarial é baseada em premissas e estimativas com relação a taxas de juros, retorno de investimentos, níveis de inflação para períodos futuros, índices de mortalidade e projeção de níveis de emprego relacionada aos passivos com benefícios de aposentadoria. A precisão dessas premissas e estimativas determinará a criação de reservas suficientes para custos com pensões acumuladas e planos de saúde e o valor a ser fornecido a cada ano como custos com benefícios de aposentadoria. Tais premissas e estimativas estão sujeitas a flutuações significativas devido a diferentes fatores internos e externos, como tendências econômicas, indicadores sociais, nossa capacidade para criar novos empregos e de reter nossos empregados. Todas as premissas são revisadas a cada data base. Se essas premissas e estimativas não forem precisas, pode haver a necessidade de revisão das provisões para benefícios de aposentadoria, que poderiam afetar de maneira significativa os resultados da Companhia.

d) Representação do período comparativo relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 Após a autorização para a emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Administração da Companhia identificou incorreções relativamente a exercícios anteriores (item i), bem como efetuou reclassificações de certas rubricas contábeis com objetivo de melhorar a comparabilidade e compreensão das transações, em atendimento às normas contábeis (itens ii, iii e iv). A descrição dos ajustes ao período anterior, provenientes da correção de erro e reclassificações, são apresentados a seguir:

(i) Ajustes para retificação de erro sobre os saldos de contas a receber

A Companhia identificou incorreções de exercícios anteriores em suas demonstrações financeiras em decorrência de processo de conciliação dos saldos de contas a receber com seus respectivos controles físicos. Tal processo de conciliação foi iniciado no decorrer de 2021 e finalizado em 2022 e contou com a criação de grupo interno interdisciplinar, além de apoio de consultoria externa independente. O "status" do trabalho bem como a evidência de deficiência de controle foi divulgado no Formulário de Referência do ano de 2022. A Companhia procedeu com todos os esforços para reunir as informações necessárias para ajustar os períodos anteriores, mas foi impraticável, principalmente devido às limitações sistêmicas, determinar o montante a ser ajustado aos saldos de contas a receber em 1 de janeiro de 2021, que possam ter afetado a apuração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, bem como as correspondentes demonstrações do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa deste mesmo exercício de 2021, apresentados para fins comparativos, bem como aos exercícios anteriores. Dessa forma, a retificação de erro foi realizada de forma acumulada ao final do exercício de 2021, que é o período mais antigo praticável a representação retrospectiva, conforme determinado no item 44 do CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro. Portanto, a controladora reconheceu: (a) uma baixa líquida no contas a receber de R\$ 455.791, sendo R\$ 794.656 referente ao contas de receber incorráveis e R\$ 338.865 referente a reversão da provisão para créditos de liquidação duvidosa, e (b) uma redução de R\$ 1.336.209 no investimento, classificado como provisão para patrimônio líquido negativo, em contrapartida ao ajuste da respectiva equivalência patrimonial, proveniente da baixa do contas a receber da subsidiária Oi Móvel (incorporada na Oi em fevereiro de 2022). No consolidado foi reconhecida uma baixa líquida do contas a receber de R\$ 1.792.000, sendo R\$ 1.980.027 referente ao contas a receber incorráveis e R\$ 188.027 referente a reversão da provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Os ajustes decorrentes do processo de conciliação de contas a receber não impactaram a receita operacional líquida e a posição financeira de caixa e equivalentes de caixa da Companhia.

(ii) Em 2022, dado que a Companhia decidiu por não mais seguir com o plano de venda de equipamentos de transmissão ópticos ("Optical Network Terminal" - ONT), da controlada Bérngamo, sendo os mesmos reclassificados de ativos mantidos para venda para investimento e imobilizado/intangível, na controladora e no consolidado, respectivamente. Os correspondentes ajustes de equivalência patrimonial e despesa de depreciação/amortização, na controladora e no consolidado, respectivamente, foram reconhecidos no resultado de operações continuadas de 31 de dezembro de 2021, no montante de R\$ 123.259, conforme determinado pelo CPC 31/IFRS 5.

(iii) Despesas financeiras reconhecidas para despesas com vendas de R\$ 28.890 na controladora e R\$ 70.066 no consolidado.

(iv) Na demonstração dos fluxos de caixa da controladora, o valor de caixa e equivalentes de caixa adquiridos por incorporação foi reclassificado das atividades de financiamento para as atividades de investimento no valor de R\$ 725.084.

Os efeitos dos referidos ajustes e reclassificações são demonstrados nos quadros abaixo:

Balanço patrimonial

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO			
	2021		2021			
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Anteriormente apresentado	Ajustes		
Contas a receber (i)	3.350.284	(455.791)	2.894.493	4.264.954	2.472.954	
Ativo circulante	13.843.107	(455.791)	13.387.316	46.426.067	44.634.067	
Investimentos (ii)	6.231.635	(123.259)	6.108.376	27.072	27.072	
Imobilizado (ii)	13.937.490	13.937.490	16.192.523	(119.296)	16.073.227	
Intangível (ii)	3.527.387	3.527.387	4.005.385	(3.963)	4.001.422	
Ativo não circulante	43.282.961	(123.259)	43.159.702	31.524.409	(123.259)	31.401.150
Total do ativo	57.126.068	(579.050)	56.547.018	77.950.476	(191.259)	76.305.217
Passivo circulante	6.948.000	6.948.000	26.397.031	26.397.031	26.397.031	
Provisão para patrimônio líquido negativo (i)	8.522.071	1.336.209	9.858.280			
Passivo não circulante	50.933.742	1.336.209	52.269.951	52.276.426	52.276.426	
Prejuízos acumulados (i) e (ii)	(36.774.102)	(1.915.259)	(38.689.361)	(36.774.102)	(1.915.259)	
Passivo a descoberto	(755.674)	(1.915.259)	(2.670.933)	(722.981)	(1.915.259)	(2.638.240)
Total do passivo	57.126.068	(579.050)	56.547.018	77.950.476	(1,915.259)	76.305.217

Demonstração de resultados

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO			
	2021		2021			
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Anteriormente apresentado	Ajustes		
Receitas de vendas e/ou serviços	6.632.549	6.632.549	10.483.479	10.483.479		
Custo dos bens e/ou serviços vendidos (i)	(6.865.357)	(6.865.357)	(9.924.345)	(123.259)	(10,047.604)	
Lucro (Prejuízo) bruto	(232.808)	(232.808)	559.134	(123.259)	435.875	
Receitas (despesas) operacionais						
Resultado de equivalência patrimonial (i) e (ii)	(6.831.650)	(1.459.468)	(8.291.118)	(3.203)	(3.203)	
Despesas com vendas (i) e (iii)	(1.020.197)	309.975	(710.222)	(2.308.050)	117.961	(2.190.089)
Despesas gerais e administrativas	(1.205.148)		(1.205.148)	(2.333.204)	(2.333.204)	
Outras receitas/(despesas) operacionais, líquidas (i)	2.273.929	(794.656)	1.479.273	2.048.184	(1.980.027)	68.157
Prejuízo antes do resultado financeiro e dos tributos	(7.015.874)	(1.944.149)	(8.960.023)	(2.037.139)	(1.985.325)	(4.022.464)
Resultado financeiro (iii)	(4.486.693)	28.890	(4.457.803)	(9.553.894)	70.066	(9.483.828)
Prejuízo antes das tributações	(11.502.567)	(1.915.259)	(13.417.826)	(11.591.033)	(1,915.259)	(13,506.292)
Imposto de renda e contribuição social	1.924.084		1.924.084	2.036.209	2.036.209	
Prejuízo das operações continuadas	(9.578.483)	(1.915.259)	(11.493.742)	(9,554.824)	(1,915.259)	(11,470.083)
Resultado líquido de operações descontinuadas (líquidos de impostos)	1.062.298		1.062.298	1.062.298	1.062.298	
Prejuízo do exercício (i) e (ii)	(8.516.185)	(1,915.259)	(10.431.444)	(8.492.526)	(1,915.259)	(10,407.785)
Prejuízo básico e diluído por ação:						
Ações ordinárias e preferenciais - básicas e diluídas (R\$)	(1,43)	(0,32)	(1,75)	(1,43)	(0,32)	(1,75)
Ações ordinárias e preferenciais - básicas e diluídas (R\$)	(1,61)	(0,32)	(1,93)	(1,61)	(0,32)	(1,93)

Demonstração do resultado abrangente

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO			
	2021		2021			
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Anteriormente apresentado	Ajustes		
Prejuízo do exercício (i) e (ii)	(8.516.185)	(1,915.259)	(10.431.444)	(8.492.526)	(1,915.259)	(10,407.785)
Total do resultado abrangente do período (i) e (ii)	(8.528.721)	(1,915.259)	(10.443.980)	(8,514.446)	(1,915.259)	(10,429.705)

Demonstração dos fluxos de caixa

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO			
	2021		2021			
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Anteriormente apresentado	Ajustes		
Prejuízo antes das tributações (i) e (ii)	(11.502.567)	(1,915.259)	(13.417.826)	(11.591.033)	(1,915.259)	(13,506.292)
Depreciação e amortização (ii)	2.672.703		2.672.703	4.002.033	123.259	4.125.292
Equivalência patrimonial (i) e (ii)	6.831.650	1.459.468	8.291.118	3.203	3.203	
Perdas esperadas em contas a receber de clientes (i)	15.701	455.791	471.492	90.843	1.792.000	1.882.843
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	362.559		362.559	(110.630)		(110.630)
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos (iv)	(1.879.376)	725.084	(1.154.292)	(4.797.640)		(4,797.640)
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos (iv)	338.942	(725.084)	(386.142)	3.782.624		3,782.624

Demonstração do valor adicionado

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO			
	2021		2021			
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Anteriormente apresentado	Ajustes		
Serviços de terceiros (iii)	(2.473.185)	(32.461)	(2.505.646)	(4.730.205)	(78.727)	(4.808.932)
Depreciação e amortização (ii)	2.672.703		2.672.703	4.002.033	(123.259)	4.125.292
Outras despesas (i)	(1.649.525)	(455.791)	(2.105.316)	(2.446.244)	(1.792.000)	(4.238.244)
Equivalência patrimonial (i) e (ii)	6.831.650	(1,459.468)	(8,291.118)	(3,203)	(3,203)	
Valor adicionado total a distribuir	(1.963.250)	(1,947.720)	(3,910.970)	(4,756.319)	(1,993.985)	(2,762.334)
Impostos e taxas - Federais (iii)	1.832.231		1.835.802	1.598.940	8.660	1.607.600
Juros e demais encargos financeiros (iii)	(5.439.806)	28.890	(5.410.916)	(9.199.362)	70.066	(9.129.496)
Prejuízos (Lucros) retidos (i) e (ii)	8.516.185	1,915.259	10.431.444	8.516.185	1,915.259	10,431.444
Valor adicionado distribuído	1.963.250	1,947.720	3,910.970	(4,756.319)	1,993.985	(2,762.334)

(e) Novas normas, alterações e interpretações de normas

(e.1) As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1 de janeiro de 2022:

- Alteração ao IAS 16/CPC 27 "Ativo Imobilizado";
- Alteração ao IAS 37/CPC 25 "Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes";
- Alteração ao IFRS 3/CPC 15 "Combinação de Negócios";
- Aprimoramentos anuais - ciclo 2018-2020:

(i) IFRS 9/CPC 48 - "Instrumentos Financeiros";

(ii) IFRS 16/CPC 06 - "Arrendamentos";

(iii) IFRS 1/CPC 37 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros";

(iv) IAS 41/CPC 29 - "Ativos Biológicos".

As alterações nas referidas normas não tiveram impactos nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

(e.2) Novas normas, interpretações e emendas emitidas pelo IASB que são efetivas em períodos contábeis futuros e que a Companhia decidiu por não adotar antecipadamente são os seguintes, válidas para períodos iniciados a partir de 1 de janeiro de 2023:

Normas e emendas a normas	Aplicações obrigatórias com início em ou após:
IAS 1 Classificação de passivos como circulante ou não circulante.	1 de janeiro de 2023
IAS 8 Aspectos a serem considerados na definição de estimativas contábeis	1 de janeiro de 2023
Aspectos a serem considerados como imposto diferido relacionado a ativos e passivos	
IAS 12 decorrentes de uma única transação.	1 de janeiro de 2023
IFRS 17 Nova norma para Contratos de Seguros em substituição do IFRS 4	1 de janeiro de 2023
IAS 1 Aspectos de divulgação de passivo não circulante com "Covenants"	1 de janeiro de 2024
Aspectos a serem considerados para tratamento de uma transferência de ativo com venda	
IFRS 16 em operação de retroajustamento.	1 de janeiro de 2024

A Companhia não espera ter impacto relevante nas Demonstrações Financeiras em razão dessas alterações nas normas contábeis.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia.

3. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E ANÁLISE DE RISCOS

3.1. Mensuração do valor justo

O CPC 46 / IFRS 13 define valor justo como o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço a um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas a dados sem transparência (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a empresa considere todos os aspectos de riscos de não desempenho ("non performance risk"), incluindo o próprio crédito da Companhia, ao mensurar o valor justo de um passivo.

O CPC 40 / IFRS 7 estabelece uma hierarquia de três níveis a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no menor nível de "input" significativo para sua mensuração. Abaixo está demonstrada uma descrição dos três níveis de hierarquia:

Nível 1 — Os "inputs" são preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data da mensuração.

Nível 2 — Os "inputs" são diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1, sendo informações observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. Os "inputs" do Nível 2 incluem preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos similares, preços praticados em um mercado inativo para ativos ou passivos idênticos; ou "inputs" que são observáveis ou que possam corroborar na observação de dados de um mercado por correlação ou de outras formas para, substancialmente, toda parte do ativo ou passivo.

Nível 3 — Os "inputs" para o ativo ou passivo não são baseados em variáveis observáveis de mercado. Esses "inputs" representam as melhores estimativas da Administração da Companhia, geralmente mensurados utilizando

continuação



OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

COMPANHIA ABERTA - CNPJ 76.535.764/0001-43

Análise de sensibilidade de risco cambial

De acordo com o CPC 40 (R1) / IFRS 7, na data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Administração estimou cenários de desvalorização do Real frente a outras moedas no encerramento do exercício.

No cenário provável foram utilizadas as taxas de câmbio de fechamento de dezembro de 2022. As taxas prováveis foram então desvalorizadas em 25% e 50%, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente, como apresentado a seguir:

Descrição	Taxa	
	2022	Desvalorização
Cenário Provável		
Dólar	5,2177	0%
Euro	5,5694	0%
Cenário Possível		
Dólar	6,5221	25%
Euro	6,9618	25%
Cenário Remoto		
Dólar	7,8266	50%
Euro	8,3541	50%

Os efeitos de exposição cambial nos saldos das dívidas denominadas em moeda estrangeira com terceiros, considerando derivativos e caixa "offshore", nos cenários de sensibilidade estimados pela Companhia, estão demonstrados na tabela a seguir (exclui saldos com empresas do Grupo Oi):

Descrição	Risco individual	2022					
		Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	19.986.903	24.983.628	29.980.354	20.797.312	25.996.640	31.195.968
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(60.985)	(76.231)	(91.477)	(165.273)	(206.591)	(247.910)
Dívidas em Euro	Alta do Euro	22.715	28.643	34.157	3.329.771	4.162.214	4.994.657
Caixa em Euro	Queda do Euro	(49.255)	(61.569)	(73.882)	(289.879)	(362.349)	(434.819)
Ajuste a Valor Justo da Dívida	Queda do Dólar/Euro	(5.933.016)	(7.416.269)	(8.899.523)	(8.927.569)	(11.159.461)	(13.391.353)
Total Ativo/ Passivo atrelado ao câmbio		14.171.362	17.714.202	21.257.044	14.744.362	18.430.453	22.116.543
Variação frente ao cenário provável		3.542.840	7.085.682	3.686.091	7.372.181		

(b) Risco de taxa de juros

Ativos financeiros

Os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras em moeda local são mantidos, substancialmente, em fundos de investimento, geridos exclusivamente pela Companhia e suas controladas, e aplicações em títulos privados, emitidos por instituições financeiras de primeira linha. A maior parte da carteira dos fundos exclusivos é composta de Operações Compromissadas com remuneração atrelada à taxa SELIC. O risco de taxa de juros vinculados aos ativos decorre da possibilidade de ocorrerem queda nessas taxas e, consequentemente, na remuneração desses ativos.

Passivos financeiros

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia e suas controladas possuem empréstimos e financiamentos sujeitos a taxa de juros flutuantes com base no CDI e na Taxa Referencial, para as dívidas expressas em Reais. A Companhia não possui empréstimos e financiamentos sujeitos a taxa de juros flutuantes expressas em moeda estrangeira.

Em 31 de dezembro de 2022, aproximadamente 31,8% (2021 – 31,6%) da dívida consolidada contratada, estava sujeita a taxas flutuantes. A exposição mais relevante à taxa de juros para o endividamento da Companhia e de suas controladas é o CDI. Portanto uma elevação sustentada desta taxa impactaria negativamente os pagamentos futuros de juros.

Esses ativos e passivos estão assim representados no balanço:

Ativos financeiros	2022				2021			
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Equivalentes de caixa	2.226.923	2.226.923	571.977	571.977	2.226.923	2.226.923	571.977	571.977
Aplicações financeiras	217.424	217.424	187.919	187.919	217.424	217.424	187.919	187.919
Créditos com partes relacionadas	90.690	90.690	2.582.937	2.582.937	90.690	90.690	2.582.937	2.582.937
Passivos financeiros								
Empréstimos e financiamentos (Nota 19)	7.086.241	7.086.241	8.976.796	8.976.796	7.086.241	7.086.241	8.976.796	8.976.796
CONSOOLIDADO								
Valor contábil								
Valor justo								

Ativos financeiros	2022		2021	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Equivalentes de caixa	2.286.013	2.286.013	1.532.849	1.532.849
Aplicações financeiras	217.424	217.424	197.989	197.989
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos (Nota 19)	7.086.241	7.086.241	12.605.425	12.605.425

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

A Administração considera que o risco mais relevante de variações nas taxas de juros advém do passivo vinculado ao CDI. O risco está associado à elevação desta taxa. Cabe ressaltar que, com a conclusão da venda da UPI Ativos Móveis no dia 20 de abril de 2022, as dívidas indexadas à TJLP foram integralmente quitadas, não representando, portanto, risco de taxa de juros para a Companhia desde então. Quanto ao CDI, este indexador vem apresentando sucessivas altas desde março de 2021, após um longo período de estabilidade em 1,90% a.a. Depois de sete aumentos sucessivos, o CDI encerrou o ano de 2021 em 9,15% a.a. Posteriormente, de janeiro a março de 2022, a taxa foi elevada para 11,65% a.a., em maio, o CDI encontrava-se em 12,65% a.a. e em junho a taxa elevou-se mais uma vez, para 13,15% a.a. Em agosto, após uma trégua na inflação, houve o último aumento no CDI no ano, quando elevou-se para 13,65% a.a. e, assim permaneceu até o encerramento de 2022.

De acordo com o CPC 40 (R1) / IFRS 7, na data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Administração estimou cenários de variação na taxa CDI. Para o cenário provável, foram utilizadas as taxas vigentes na data de encerramento do exercício.

As taxas foram stressadas em 25% e 50%, servindo de parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente.

Cenário provável	2022		Cenário remoto
	CDI	CDI	
	13,65%	17,06%	20,48%

A análise de sensibilidade considera fluxos de pagamentos de dívidas com terceiros em datas futuras. Assim, o somatório global dos valores em cada cenário não equivale ao valor justo, ou ainda, ao valor justo desses passivos.

Os efeitos de exposição à taxa de juros, nos cenários de sensibilidade estimados pela Companhia, estão demonstrados na tabela a seguir:

Descrição	Risco individual	2022					
		Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Dívidas em CDI	Alta do CDI	8.636.693	10.684.854	12.692.823	8.636.693	10.684.854	12.692.823
Total Passivo atrelado a taxa de juros		8.636.693	10.684.854	12.692.823	8.636.693	10.684.854	12.692.823
Variação frente ao cenário provável		2.048.161	4.056.130	2.048.161	4.056.130		

3.2.2. Risco de crédito

A concentração do risco de crédito associado às contas a receber de clientes não é relevante em função da pulverização da carteira. As perdas esperadas em contas a receber de clientes estão adequadamente protegidas por provisão para fazer face à eventuais perdas nas suas realizações.

As operações com instituições financeiras (aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos) são distribuídas em substituições de primeira linha, evitando risco de concentração. O risco de crédito das aplicações financeiras é avaliado através do estabelecimento de limites máximos de aplicação nas contrapartes, considerando os "ratings" publicados pelas principais agências de risco internacionais para cada uma destas contrapartes. Em 31 de dezembro de 2022, aproximadamente 86,94% das aplicações financeiras consolidadas estavam em contrapartes de "rating" AAA, AA, A e de risco soberano.

3.2.3. Risco de liquidez

O risco de liquidez surge da possibilidade da Companhia não honrar com as suas obrigações contratadas nas datas previstas e necessidades de caixa devido às restrições de liquidez do mercado. Após a conclusão da venda da UPI Ativos Móveis e UPI InfraCO, a Administração utiliza seus recursos, principalmente, com foco na Fibra e em soluções digitais, priorizando a qualidade da base entrante, aliada a um volume saudável de crescimento visando a rentabilidade do produto.

A Administração da Companhia monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais e custear gastos de capital para modernização e ampliação da rede.

Conforme já detalhado na Nota 1, em 20 de abril de 2022, foi concluída a venda da UPI Ativos Móveis com pré-pagamento das seguintes dívidas: (i) BNDES, no valor de R\$ 4.640 milhões; Debêntures e 2ª emissão no valor de R\$ 2.356 milhões e "Bond" sênior 2026 com adesão de 98,71% do total principal em circulação, o que representa cerca de US\$ 869 milhões de principal (R\$ 4.109 milhões). Tais pré-pagamentos dão início da redução da alavancagem da Companhia, em linha com o que consta no Aditamento ao Plano de Recuperação Judicial, transformando sua estrutura de capital e perseguindo a sustentabilidade financeira da Nova Oi.

Em 9 de junho de 2022, ocorreu o fechamento da operação de alienação parcial da UPI InfraCO para a Globenet, com a intervenção da Vtal, BTG Pactual e outros fundos na qualidade de investidores. Com a conclusão da operação, ocorreu na mesma data a quitação integral de todos os compromissos das debêntures conversíveis em ações preferenciais para colocação privada, da 1ª emissão da Vtal, no valor total atualizado de R\$ 3.526 milhões, em linha com o disposto na Escritura de Emissão das Debêntures. O processo de recuperação judicial da Companhia foi encerrado no final de 2022, após seis anos de negociações com credores, em cumprimento das obrigações assumidas junto ao PRJ (Nota 1 – Recuperação Judicial anterior).

Em fevereiro de 2023, a Companhia e suas subsidiárias e controladas PTIF e Oi Coop requerem ao Juízo da 7ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, no contexto das discussões e tratativas com credores da Oi envolvendo uma potencial renegociação de certas dívidas da Companhia, o pedido de tutela de urgência cautelar.

No entanto, em 1 de março de 2023, a Companhia e suas subsidiárias ("Requerentes") ajuizaram um novo pedido de recuperação judicial e, no Fato Relevante divulgado em 2 de março de 2023, conforme mencionado na Nota 1, as Requerentes esclareceram que em razão de diversos fatores, incluindo (a) a aproximação da data de encerramento dos efeitos da Tutela de Urgência; (b) as negociações ainda em andamento com os referidos Credores Financeiros da Companhia; (c) o cenário econômico-financeiro em que se encontram a Companhia e suas Subsidiárias; e (d) necessidade de manutenção da proteção legal contra potenciais execuções de credores e outras medidas contra a Companhia e suas subsidiárias, o pedido de Nova Recuperação Judicial demonstrou-se a medida mais adequada para a Companhia. O pedido tem por objetivo suspender a exigibilidade de certas obrigações, visando a proteção de seu caixa e, consequentemente, a continuidade das negociações com os seus credores de forma equilibrada e transparente, garantindo a otimização da liquidez e do perfil de endividamento da Companhia e de suas subsidiárias.

Gestão de capital

A Companhia administra sua estrutura de capital de acordo com melhores práticas de mercado. O objetivo da gestão de capital é de assegurar níveis de liquidez e alavancagem financeira que possibilitem o crescimento sustentado do Grupo Oi, plano de investimentos estratégicos e retorno aos acionistas. A Companhia poderá alterar sua estrutura de capital, de acordo com as condições econômico-financeiras de forma a otimizar sua alavancagem financeira e gestão da dívida.

Os indicadores utilizados para monitorar o endividamento da Companhia são: (i) Dívida Bruta sobre o EBITDA, (ii) Dívida Líquida sobre o EBITDA e (iii) EBITDA sobre o Serviço da Dívida. O EBITDA é o acumulado nos últimos 12 meses e representa o lucro líquido antes dos juros (resultado financeiro), impostos, depreciações e amortizações. Já o Serviço da Dívida significa a soma dos juros da dívida pagos nos quatro últimos e consecutivos trimestres.

Por último, conforme fato relevante divulgado no dia 2 de março de 2023, a Companhia vem empreendendo esforços, em conjunto com seus assessores financeiros e jurídicos, mediante a condução de negociações com alguns Credores Financeiros, com vistas à repactuação de dívidas financeiras, o fortalecimento da sua estrutura de capital, a otimização de sua liquidez e perfil de endividamento.

4. RECEITAS DE VENDAS E/OU SERVIÇOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2022	2021	2022	2021
Receita operacional bruta	13.203.134	8.182.287	14.182.485	14.781.167
Deduções da receita bruta	(3.398.549)	(1.549.738)	(3.697.255)	(4.297.688)
Tributos	(2.177.951)	(1.530.653)	(2.317.403)	(2.890.995)
Outras deduções	(1.220.598)	(19.085)	(1.379.852)	(1.406.693)
Receita operacional líquida	9.804.585	6.632.549	10.485.230	10.483.479

5. RESULTADOS POR NATUREZA

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2022	2021	2022	2021
Receita operacional líquida	9.804.585	6.632.549	10.485.230	10.483.479
Recargas (despesas) operacionais:				
Intercorrência	(153.426)	(155.877)	(138.471)	(143.979)
Pessoal	(886.538)	(681.099)	(1.870.115)	(1.842.350)
Serviços de terceiros	(3.878.902)	(1.822.402)	(3.643.309)	(4.113.618)
Serviço de manutenção da rede	(924.149)	(930.271)	(476.567)	(437.636)
Custo de aparelhos e outros	(20.216)	(20.216)	(7.287)	(7.287)
Publicidade e propaganda	(239.609)	(58.607)	(252.387)	(363.368)
Aluguéis e seguros	(3.522.665)	(1.205.678)	(2.766.117)	(1.368.116)
(Provisões) / Reversões	(29.849)	123.329	(114.547)	(195.554)
Perdas esperadas em contas a receber de clientes	(73.160)	(15.701)	(83.523)	(90.843)
(Perda) / Reversão ao valor recuperável dos ativos (i)	(14.249.077)	101.750	(14.249.077)	641.371
Tributos e outras receitas (despesas) (ii)	1.035.422	(7.566.398)	71.226	86.275
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas (iii)	(1.596.890)	(1.624.671)	(1.630.091)	(2.545.546)
Despesas operacionais excluindo depreciação e amortização	(24.518.843)	(12.919.869)	(24.527.194)	(10.380.651)
Depreciação e amortização	(3.859.482)	(2.672.703)	(4.222.914)	(4.125.292)
Total das despesas operacionais	(28.378.325)	(15.592.572)	(28.750.108)	(14.505.943)
Prejuízo antes do resultado financeiro e dos tributos	(18.573.740)	(8.960.023)	(18.264.878)	(4.022.464)
Resultado financeiro:				
Receitas financeiras	4.052.282	1.226.423	3.577.196	287.059
Despesas financeiras	(7.211.995)	(5.684.226)	(6.935.821)	(9.770.887)
Total do resultado financeiro	(3.159.713)	(4.457.803)	(3.358.625)	(9.483.828)
Prejuízo antes das tributações	(21.733.453)	(13.417.826)	(21.623.503)	(13.506.292)
Imposto de renda e contribuição social	(2.493.640)	1.924.084	(2.601.028)	2.036.209
Prejuízo do exercício das operações continuadas	(24.227.093)	(11.493.742)	(24.224.531)	(11.470.083)
Operações descontinuadas				
Resultado líquido de operações descontinuadas (líquidos de impostos) (Nota 28)	4.958.597	1.062.298	4.958.597	1.062.298
Prejuízo do exercício	(19.268.496)	(10.431.444)	(19.265.934)	(10.407.785)
Prejuízo atribuído aos acionistas controladores	(19.268.496)	(10.431.444)	(19.268.496)	(10.431.444)
Lucro atribuído aos acionistas não controladores		2.562		23.659
Despesas operacionais por função:				
Custos dos bens e/ou serviços vendidos	(10.862.774)	(6.865.357)	(10.683.493)	(10.047.604)
Despesas com vendas	(2.115.448)	(710.222)	(2.040.862)	(2.190.089)
Despesas gerais e administrativas	(1.623.473)	(1.205.148)	(1.951.377)	(2.333.204)
Outras receitas operacionais	1.634.178	1.562.795	1.665.231	3.127.328
Outras despesas operacionais	(1.132.516)	(1.101.028)	(1.523.560)	(3.700.452)
(Perda) / Reversão ao valor recuperável dos ativos	(14.249.077)	101.750	(14.249.077)	641.371
Resultado de equivalência patrimonial	(29.215)	(8.291.118)	(2.970)	(3.203)
Total das despesas operacionais	(28.378.325)	(15.592.572)	(28.750.108)	(14.505.943)

(i) Em 2022, refere-se principalmente a: (a) provisão para perda pela não recuperabilidade de ativos ("impairment") de vida útil definida, relativamente a UGC Oi Serviços Legados, devido, principalmente, a queda nas receitas de concessão de telefonia fixa associada com despesas fixas elevadas da operação, sendo R\$ 11.448 milhões de perda reconhecida no imobilizado (Nota 16) e R\$ 2.660 milhões de perda reconhecida no intangível (Nota 17), e (b) perda com imparidade de ativos ao valor justo, líquido das despesas de venda, vinculadas as Operações de TV de R\$ 141 milhões de perda reconhecida no ativo mantido para venda (Nota 2 (b)).

(ii) Inclui resultado de equivalência patrimonial.

(iii) Em 2022, no consolidado, é representado principalmente pelo reconhecimento de provisão de obrigação onerosa, relacionada aos contratos de capacidade de satélites, no montante de R\$ 995.282, vide Nota 22 (i), e reconhecimento de despesa decorrente do processo de conciliação de contas a receber, no montante de R\$ 694.273. Em 2021, no consolidado, é representado principalmente por ganho na alienação da UPI Torres no montante de R\$ 986.196, pelo reconhecimento de provisão de obrigação onerosa adicional, relacionada ao contrato de capacidade de cabos submarinos, no montante de R\$ 1.505.642, vide Nota 22 (i), e reconhecimento de despesa decorrente do processo de conciliação de contas a receber, no montante de R\$ 1.792.000, vide Nota 2 (d).

6. RESULTADO FINANCEIRO

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2022	2021	2022	2021
Receitas financeiras	895.782	100.435	922.309	183.038
Rembolsos de aplicações financeiras	285.920	376.43	298.794	85.665
Juros sobre empréstimos com partes relacionadas	1.065.688	1.025.181	22.791	
Outras receitas	75.763	63.164	76.993	18.356
Total	2.323.153	1.226.423	1.320.887	287.059
Despesas financeiras e outros encargos				
a) Despesas com empréstimos e financiamentos				
Amortização do desconto de dívidas com terceiros	(887.188)	(768.667)	(1.039.538)	(1.095.580)
Amortização de desconto de dívidas com partes relacionadas	(619.543)	(527.778)		
Juros sobre empréstimos com terceiros	(1.661.026)	(1.4		



OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

COMPANHIA ABERTA - CNPJ 76.535.764/0001-43

	PASSIVO			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2022	2021	2022	2021
ICMS	192.436	155.852	195.257	331.320
ICMS Convênio nº 69/1998	27.435	65.146	28.728	139.110
PIS e COFINS (iii)	94.718	68.520	139.668	145.443
FUST/FUNTEL/Rádiodifusão (iv)	705.157	574.926	705.200	675.550
Fistel (v)	1.233.687	2.883	1.233.687	974.374
Outros (vi)	430.349	64.170	455.103	202.727
Total	2.683.782	931.497	2.757.643	2.468.524
Circulante	455.870	285.756	493.991	1.538.180
Não circulante	2.227.912	645.741	2.263.652	930.344

(i) O ICMS a recuperar é decorrente, em sua maior parte, das antecipações e dos créditos constituídos na aquisição de bens do imobilizado, cuja compensação com as obrigações fiscais desse imposto ocorre em até 48 meses, de acordo com a Lei Complementar nº 102/2000.

(ii) A Companhia mantém ações judiciais em que reivindicam o direito à exclusão dos valores relativos ao ICMS das bases de cálculo da contribuição do PIS e da COFINS, bem como a recuperação dos valores indevidamente recolhidos a tal título, observado o prazo prescricional.

Em 2019, transitarão em julgamento nos Tribunais Regionais Federais das 1ª e 2ª Regiões (Brasília e Rio de Janeiro) decisões favoráveis proferidas nos três principais processos da Companhia relativos à discussão sobre a não incidência do PIS e da COFINS sobre o ICMS.

Referidos créditos foram habilitados para compensação pela Secretaria da Receita Federal entre maio e outubro de 2019, de modo que a Companhia vem utilizando-o para quitar tributos federais vincendos desde junho de 2019. O montante total apurado do crédito foi de aproximadamente R\$ 3 bilhões, somados os três processos.

(iii) Representado, principalmente, pela tributação do Programa de Integração Social e Contribuição para Seguridade Social sobre faturamento, receita financeira e outras receitas.

(iv) A Companhia e a Oi Móvel ajuizaram ações para discutir o correto cálculo da Contribuição destinada ao FUST e realizaram ao longo das ações depósitos judiciais a fim de suspender a exigibilidade da cobrança. Como tais discussões ainda serão apreciadas pelos tribunais superiores, eventual transformação em pagamento definitivo dos valores depositados não deverá ocorrer dentro de 2 anos, dado que os recursos ainda pendem de julgamento desde sua autuação em 2021.

(v) A Companhia em conjunto com outras empresas do setor, ajuizaram ação objetivando afastar a obrigatoriedade ao recolhimento das Taxas de Fiscalização de Instalação (TFI) e de Funcionamento (TFF). Foi proferida sentença que indeferiu os pedidos, ocasionando a interposição de recurso. Com relação a TFF relativa ao ano de 2020 e a pendência de julgamento do mencionado recurso, foi formulado pedido de antecipação de tutela recursal, deferido em 18 de março de 2020, para suspender a exigibilidade da TFF referente ao ano de 2020, pedido esse renovado para o exercício de 2021 ou até o final da ação, e deferido por decisão proferida em março de 2021, para manter a suspensão da exigibilidade, ano após ano, até o julgamento do mérito do recurso de apelação. Atualmente, o processo aguarda julgamento do mencionado recurso de apelação e do agravo interno interposto pela ANATEL em face ao deferimento das tutelas recursais.

(vi) Representado, principalmente, por atualização monetária sobre exigibilidade suspensa, além de imposto retido sobre operações de mútuo e JSCP.

12. DEPÓSITOS E BLOQUEIOS JUDICIAIS

Em algumas situações, por exigência legal ou determinação judicial, ou ainda, por decisão da Companhia pela apresentação de garantias, são efetuados depósitos judiciais para garantir a continuidade dos processos em discussão. Esses depósitos judiciais podem ser exigidos para processos cuja probabilidade de perda foi avaliada pela Companhia, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos, como provável, possível ou remota. A Companhia reconhece no ativo circulante o valor que se esperada ser resgatado de depósitos judiciais ou valor que se espera ser compensado de depósitos judiciais contra provisões nos próximos doze meses.

Conforme estabelecido pelas respectivas legislações, os depósitos judiciais são atualizados monetariamente.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2022	2021	2022	2021
	Cíveis	2.081.666	2.274.259	2.082.566
Tributárias	1.987.588	1.848.773	1.989.757	1.926.137
Trabalhistas	759.928	673.637	976.545	895.767
Subtotal:	4.829.182	4.796.669	5.048.868	5.283.842
Perda estimada	(99.796)	(47.927)	(108.135)	(63.472)
Total	4.729.386	4.748.742	4.940.733	5.220.370
Circulante	510.140	933.644	651.593	1.181.457
Não circulante	4.219.246	3.815.098	4.289.140	4.038.913

13. DESPESAS ANTECIPADAS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2022	2021	2022	2021
	Custos incorridos no cumprimento de contratos (IFRS 15) (i)	1.745.938	337.886	1.665.322
Seguros	30.155	31.573	30.159	38.307
Fiança bancária	44.588	30.695	44.588	34.760
Outras	93.653	286.465	129.136	123.467
Total	1.914.334	686.619	1.869.205	920.501
Circulante	957.910	548.157	912.781	577.803
Não circulante	956.424	138.462	956.424	342.698

(i) Representado por custos incrementais para obtenção de contrato com cliente (custos de cumprimento de contrato), substancialmente, comissões sobre vendas e taxas de habilitação de clientes de Fibra (FTTH - "Fiber To The Home"), cujo diferimento ao resultado é efetuado de acordo com o prazo médio de permanência do cliente na base da Companhia. As movimentações ocorridas no exercício são as seguintes:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2022	2021	2022	2021
	Saldo em 01/01/2021	187.927	592.543	187.927
Incorporação Telemar	639.197	323.446	557.387	124.156
Custos incorridos	639.197	395.449	334.932	316.935
Apropriação ao resultado	(256.269)	(953.242)	(256.269)	(953.242)
Saldo em 2021	337.886	723.967	337.886	723.967
Incorporação Oi Móvel	1.241.696		1.241.696	
Custos incorridos	1.105.396		1.405.037	
Apropriação ao resultado	(939.040)		(1.012.434)	
Outros movimentos (ii)			548.752	
Saldo em 2022	1.745.938	1.665.322	1.745.938	1.665.322

(ii) Representado por valores que eram, até a data da venda do controle da Vtal, eliminados para fins de consolidação. Com a alteração da participação do investimento na Vtal de controlada para coligada (Notas 1 e 15), os valores relativos aos custos incrementais com taxas de habilitação de clientes de Fibra, advindo de contrato comercial entre a Companhia e a Vtal, passaram a ser parte integrante do saldo patrimonial do consolidado, da data da venda do controle em diante.

14. DEMAIS ATIVOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2022	2021	2022	2021
	Valores a receber (i)	639.197	323.446	557.387
Adiantamentos e valores a recuperar de fornecedores (*)	605.229	395.449	334.932	316.935
Valores a receber com venda de imobilizado	252.727	223.019	252.727	223.019
Creditos a receber (ii)	204.316		204.440	
Valores a receber de alienação de investimento (iii)	90.112	46.302	90.112	85.319
Adiantamentos a empregados	33.174	29.188	50.623	53.259
Outros	121.903	113.057	154.507	143.743
Total	1.787.342	1.334.777	1.440.288	1.150.871
Circulante	1.288.673	875.092	1.051.932	736.670
Não circulante	498.669	459.685	388.356	414.201

(*) Representados na controladora, substancialmente, por transações com partes relacionadas.

(i) Representado principalmente por R\$ 286.447 a receber das empresas que compõem as UPI Ativos Móveis decorrentes de obrigação de pagamento proporcional da Taxa de Fiscalização de Funcionamento ("TFF") do exercício de 2022.

(ii) Em 2021, os créditos a receber da Fundação Sistel eram decorrentes da participação da Companhia na distribuição do Superávit do plano PBS-A, devidamente aprovada pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc). Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possui parcelas a receber.

(iii) Valores a receber oriundos da alienação da UPI Data Center, que serão liquidados até março de 2026.

15. INVESTIMENTOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2022	2021	2022	2021
	Investimentos em controladas e coligadas	9.668.228	6.086.237	7.971.258
Negócios em conjunto	18.739	22.139	18.739	22.139
Outros investimentos			15.991	4.933
Total	9.686.967	6.108.376	8.005.988	27.072

Resumo das movimentações dos saldos de investimento

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2022	2021	2022	2021
	Saldo em 01/01/2021	7.353.440	123.579	7.353.440
Equivalência patrimonial	(3.272.355)		(3.272.355)	
Aumento de capital - Vtal	7.855.043		7.855.043	
Incorporação Telemar	(2.246.708)		(2.246.708)	
Dividendos	(7.151)		(7.151)	
Redução de investimentos	(116.250)		(116.250)	
Reclassificação para mantidos para venda	(3.457.643)		(3.457.643)	
Saldo em 2021 - Representado	6.108.376	27.072	6.108.376	27.072
Incorporação de controladas (i)	7.577.971		7.577.971	
Investimento em coligada (ii)	8.249.521		8.249.521	
Investimento em controlada (iii)	1.538.763		1.538.763	
Aumento de capital Oi Soluções	40.000		40.000	
Custo de alienação (Nota 28 (a))	(12.822.506)		(12.822.506)	
Redução de participação em investimentos Vtal	(53.726)		(53.726)	
Reclassificação de/para ativos mantidos para venda	(907.751)		(907.751)	
Lucro não realizado			(386.967)	
Dividendos	(3.759)		(3.759)	
Equivalência patrimonial (iv)	(39.922)		(39.922)	
Saldo em 2022	9.686.967	116.362	9.686.967	116.362

(i) A Companhia incorporou as suas controladas Oi Móvel, em 22 de fevereiro de 2022, Paggo Administradora e Brt Card, em 1 de dezembro de 2022 (Nota 1).

(ii) Participação de 34,12% do capital social votante e total da Vtal em 31 de dezembro de 2022. O investimento inclui: (a) aumento de capital na referida subsidiária pela Oi, anteriormente à alienação parcial da UPI InfraCo, em 9 de junho de 2022, de R\$ 4.886 milhões; (b) contribuição de ativos associados as operações de fibra de R\$ 3,5 milhões; e (c) aumento de capital pela recomposição da participação na Vtal, em 29 de julho de 2022 de R\$ 159 milhões, conforme destacado na Nota 1 relativamente as etapas de fechamento da operação de alienação da UPI InfraCo.

(iii) Reclassificação de ativos mantidos para venda para investimentos, relativamente ao investimento na controlada Bérnago, detentora de ativos de equipamentos de transmissão óptica ("Optical Network Terminal" - ONT), no qual a Administração da Companhia decidiu por não mais seguir com os planos de venda destes ativos. Anteriormente, esses ativos faziam parte do grupo de ativos a serem vendidos como parte da UPI InfraCo e, portanto, por não mais atenderem aos critérios de reconhecimento como de ativos mantidos para venda, foram reclassificados para o investimento pelo seu valor contábil antes do ativo ser classificado como mantido para venda, ajustado pela depreciação deste período que foi reconhecida no resultado das operações continuadas de 2022 no valor de R\$ 36.258 (2021 - R\$ 123.259), conforme previsto no CPC 31/IFRS 5.

(iv) Composição apresentada abaixo.

Os principais dados relativos às participações diretas em controladas, ajustados para fins de aplicação da equivalência patrimonial, são os seguintes:

Controladas, Coligadas e Negócios em conjunto	CONTROLADORA			
	2022		2021	
	Quantidade em milhares	de ações Ordinárias	Participação - % Capital total	Capital votante
Vtal	21.876.784	(834.887)	16.380.773	34,12
Bérnago	1.422.619	(116.144)	1.538.763	100
PT Participações	312.769	(2.897)	1.000.000	100
Oi Soluções	37.225	(1.131)	40.000	100
PTIF	(4.817.772)	(138.635)	2.201	100
Oi Holanda	(2.393.924)	(27.185)	100	100
Serede	(661.557)	(312.011)	139.502	100
Oi Móvel (i)	(120.703)			100
Outros	70.243	(61.487)		

(i) A Oi Móvel foi incorporada na Companhia em fevereiro de 2022.

Controladas e Negócios em conjunto	CONTROLADORA			
	2021		Reapresentado	
	Patrimônio líquido	Prejuízo do exercício	Quantidade em milhares de ações Ordinárias	Participação - % Capital total
Vtal	10.723.666	(842.404)	2.066.887	68,34
PT Participações	404.797	90.508	1.000.000	100
PTIF	(4.673.136)	(748.760)	0,042	100
Oi Holanda	(2.366.739)	(320.851)	100	100
Oi Móvel	(2.413.808)	(6.782.257)	14.209.581	100
Serede	(349.545)	(98.134)	24.431.651	99,12
Telemar		(1.666.575)		
Outros	(32.618)	(11.882)		

Controladas, Coligadas e Negócios em conjunto	Equivalência patrimonial		Valor do investimento		Provisão para patrimônio líquido negativo	
	2021	Reapresentado	2021	Reapresentado	2022	Reapresentado
	Vtal	(723.404)	206.111	8.358.224	7.289.529	661.557
Serede	(311.908)	(55.164)			4.811.772	4.673.136
PTIF	(138.635)	(748.760)			2.413.808	
Oi Móvel (i)	(210.703)	(5.847.356)				
Bérnago	(116.144)		1.422.619			
Oi Holanda	(27.185)	(320.851)			2.393.924	2.366.739
PT Participações	(2.897)	90.508	312.769	404.797		
Oi Soluções	(1.131)		37.225			
Telemar		(618.123)				
Outros	33.576	(6.923)	25.406	28.934	(45.117)	58.127
Resultado não realizado com investidas	(85.344)	(128.262)	(469.276)	(212.487)		
Equivalência de ativos mantidos para venda	848.664					
Resultado de operações descontinuadas	615.896	(1.062.298)				
Equivalência de operação continuada no resultado (Nota 5)	(29.215)	(8.291.118)				
Variação cambial sobre equivalência patrimonial	(95.470)	84.822				
Equivalência patrimonial sobre provisão para patrimônio líquido negativo (ii)	613.100	3.546.753				
Equivalência reflexa sobre outros resultados abrangentes	47.022	324.890				
Resultado de operações descontinuadas	(615.896)	1.062.298				
Reclassificação para ativos mantidos para venda				(1.402.397)		
Outros	40.537					
Total	(39.922)	(3.272.355)	9.686.967	6.108.376	7.822.136	9.858.280

(i) A Oi Móvel foi incorporada na Companhia em fevereiro de 2022.

(ii) Representado por equivalência patrimonial nas subsidiárias Oi Holanda, PTIF, CVTEL, Tahto e Serede.

Controladas, Coligadas e Negócios em conjunto	2022		2021		2022		2021	
	Ativos	Passivos	Ativos	Passivos	Ativos	Passivos	Ativos	
	Vtal	35.201.098	13.324.314	32.012.225	2.409.449	66.639.703	1.620.734	
Oi Holanda (1)	3.306.522	5.700.446						
PTIF (1)	2.345.099	7.156.871						
Oi Soluções	50.286	13.061			7.542			



OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

COMPANHIA ABERTA - CNPJ 76.535.764/0001-43

	CONSOLIDADO				
	Intangível em formação	Sistemas de processamento de dados	Licenças regulatórias	Outros	Total
Custo do intangível (valor bruto)					
Saldo em 01/01/2021	9.111	7.469.397	14.672.893	1.020.832	23.172.233
Adições	161.728	31.898	6.539	200.165	
Baixas		(36.455)	(17)	(12.225)	(48.697)
Transferências	(168.539)	169.683		(1.144)	
Transferência para ativos mantidos para venda	(84)	(262.861)	26.553	23.972	(212.420)
Saldo em 2021 - Reapresentado	2.216	7.371.662	14.699.429	1.037.974	23.111.281
Adições	90.452	1.796	(2.605.788)	(54.530)	(2.609.070)
Perda por imparidade (Nota 2)					(2.660.318)
Baixas		(65.351)		(1.049)	(66.400)
Transferências	(89.844)	90.005	68.337	(68.498)	
Transferências de ativos mantidos para venda		29.792			29.792
Saldo em 2022	2.824	7.427.904	12.161.978	1.025.631	20.618.337
Amortização acumulada					
Saldo em 01/01/2021		(6.952.295)	(11.693.579)	(828.459)	(19.474.333)
Despesas de amortização		(289.361)	(597.258)	(17.874)	(904.493)
Reversão de perda por imparidade			1.017.506		1.017.506
Baixas		37.732		10.237	47.969
Transferência para ativos mantidos para venda		245.409	(26.463)	(15.454)	203.492
Saldo em 2021 - Reapresentado	(6.958.515)	(11.299.794)	(851.550)	(19.109.859)	
Despesas de amortização		(214.740)	(862.184)	(36.119)	(1.113.043)
Baixas		46.992		1.039	48.031
Transferências de ativos mantidos para venda		(5.452)			(5.452)
Saldo em 2022	(7.131.715)	(12.161.978)	(886.630)	(20.180.323)	
Intangível líquido					
Saldo em 2021 - Reapresentado	2.216	413.147	3.399.635	186.424	4.001.422
Saldo em 2022	2.824	296.189	139.001	139.001	438.014
Taxa anual de amortização (média)		20%	20%	23%	

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2022	2021	2022	2021
18. FORNECEDORES				
Serviços	3.788.649	2.397.377	3.716.189	3.014.446
Materiais de infraestrutura, rede e manutenção da planta	242.277	209.659	242.308	739.290
Aluguel de postes e direito de passagem	358.746	383.629	358.747	492.124
Outros	254.648	105.189	285.272	327.856
Ajuste a valor presente (*)	(447.437)	(361.715)	(465.785)	(456.804)
Total	4.196.883	2.734.139	4.136.371	4.116.912
Circulante	3.807.462	2.524.735	3.727.918	3.807.053
Não circulante	389.421	209.404	408.453	309.859

* Estes montantes incluem saldos com partes relacionadas conforme Nota 26 e incorporação da controladora Telemar em maio de 2021 e da controladora Oi Móvel em fevereiro de 2022.

(*) O cálculo considera os fluxos contratuais previstos no PRJ, descontados por taxas que variam entre 14,6% a.a. e 16,4% a.a. considerando as maturidades dos passivos.

19. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2022	2021	2022	2021
Empréstimos e financiamentos por natureza				
"Senior Notes" moeda estrangeira	9.083.847	9.664.934	9.083.847	14.876.979
Debêntures				
Públicas	8.258.024	7.522.196	8.258.024	7.522.196
Privadas				
Instituições financeiras				
Moeda nacional				
BNDES	3.232.633		4.586.453	
Outros	2.379.449	1.989.169	2.379.449	2.170.694
Moeda estrangeira	9.179.182	9.644.474	9.179.182	9.644.474
Financiamento multilateral				
moeda estrangeira	556.679	561.244	556.679	561.244
Oferta Geral				
Moeda nacional	208.153	207.006	208.153	207.035
Moeda estrangeira	1.394.909	1.506.797	5.307.374	5.894.241
Mútuo com controladas (Nota 26)	31.452.306	25.201.896		
Subtotal	62.512.549	59.530.349	34.972.708	47.663.198
Custo de transação incorrido	(9.594)	(11.031)	(9.594)	(115.024)
Desconto das dívidas (*)	(37.866.514)	(34.086.096)	(12.660.623)	(14.565.056)
Total	24.636.441	25.433.222	22.302.491	32.983.118
Circulante	1.623.554	436.240	1.623.554	2.900.410
Não circulante	23.012.887	24.996.982	20.678.937	30.082.708

(*) O cálculo considera os fluxos contratuais previstos no PRJ, descontados por taxas que variam entre 12,6% a.a. e 16,4% a.a. a depender das respectivas maturidades e moeda de cada instrumento.

Custos de transações por natureza

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2022	2021	2022	2021
Instituições financeiras	9.109	10.506	9.109	94.568
Debêntures	485	525	485	20.456
Total	9.594	11.031	9.594	115.024
Circulante	1.757	1.386	1.757	39.550
Não circulante	7837	9.645	7837	75.474

Composição da dívida por moeda

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2022	2021	2022	2021
Euro	2.489.739	1.435.361	778.607	735.717
Dólar Norte Americano	15.034.617	15.014.918	14.411.799	19.615.115
Reais	7.112.085	8.982.943	7.112.085	12.632.286
Total	24.636.441	25.433.222	22.302.491	32.983.118

Composição da dívida por indexador

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2022	2021	2022	2021
Taxa pré-fixada	1,75% a.a. - 13,61% a.a.	13.973.673	14.083.749	13.973.673
CDI	80% CDI	7.037.957	5.705.664	7.037.957
TJLP	2,95% a.a. + TJLP	3.232.139	3.232.139	4.585.465
TR	0% a.a. - 1,484%	48.284	38.992	48.284
Outros	0% a.a.	3.576.527	2.372.678	12.422.577
Total		24.636.441	25.433.222	22.302.491

Cronograma de vencimento da dívida de longo prazo e cronograma de apropriação do custo de transação

	Dívida de longo prazo		Custo de transação		Desconto das dívidas	
	CONTROLADORA	CONSOLIDADO	CONTROLADORA	CONSOLIDADO	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
2024	789.481	789.477	2.286	2.286	1.554.351	1.057.299
2025	9.444.555	9.444.513	1.444	1.444	1.480.388	983.337
2026	862.392	862.389	537	537	1.374.944	877.893
2027	836.002	835.998	400	400	1.376.129	879.078
2028 e exercícios seguintes	48.954.808	21.415.020	3.170	3.170	32.080.702	8.863.016
Total	60.887.238	33.347.397	7837	7837	37.866.514	12.860.623

Movimentação dos empréstimos e financiamentos

	CONSOLIDADO					
	2021	Amortização cambial	Amortização do desconto principal	Pagamento de juros e outros	Transferências e outros	2022
Empréstimos e financiamentos	47.663.198	(36)	(12.479.469)	(217.353)	6.368	34.972.708
Desconto das dívidas	(14.565.056)	1.088.323	816.110			(12.660.623)
Custo de transação	(115.024)			105.430		(9.594)
Total empréstimos e financiamentos	32.983.118	1.088.287	816.110	(12.479.469)	(217.353)	11.798

	CONSOLIDADO					
	2020	Captação e cambial	Amortização das dívidas	Pagamento de juros e outros	Transferências e outros	2021
Empréstimos e financiamentos	41.518.821	6.465.317	4.495.287	(4.669.436)	(165.988)	47.663.198
Desconto das dívidas	(15.147.984)	(660.288)	1.243.216			(14.565.056)
Custo de transação	(27.103)					(87.921)
Total empréstimos e financiamentos	26.343.734	6.465.317	3.834.999	1.243.216	(4.669.436)	(68.724)

Após o pagamento da parcela de fevereiro, em agosto de 2022 a Companhia realizou o pagamento de mais uma parcela dos juros dos "Bonds" no valor de R\$ 436.589, emitidos no âmbito da implementação do Plano Original, que vencem em julho de 2025, dívida esta que possui pagamento de juros semestrais e cupom de 10% a.a.

Conforme já detalhado na Nota 1, em 20 de abril de 2022, foi concluída a venda da UPI Ativos Móveis. Como parte do recebimento desses recursos, e conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial da Companhia, na mesma data foi realizada a quitação integral de suas dívidas junto ao BNDES, no valor de R\$ 4.640 milhões. Adicionalmente, em linha com o previsto na escritura das debêntures segunda emissão da Oi Móvel foi feito o pagamento antecipado desta dívida, no valor de R\$ 2.356 milhões. Por fim, também nesta data foi encerrada a oferta pública mandatória para o "Bond" sênior 2026, conforme previsto em sua "indenture", com adesão de 98,71% do total do principal em circulação, o que representa cerca de US\$ 869 milhões de principal (R\$ 4.109 milhões).

Garantias

Com a conclusão da venda da UPI Ativos Móveis, em 20 de abril de 2022, ocorreu a quitação integral do crédito com garantia real de titularidade do BNDES junto à Companhia, em linha com o disposto na Cláusula 4.2.5 do Plano e nos termos previstos no Contrato UPI Ativos Móveis. O financiamento do BNDES possuía, originalmente, garantias em recebíveis da Companhia.

Do mesmo modo, também foram integralmente quitadas como resultado da conclusão da venda da UPI Ativos Móveis, as Debêntures Oi Móvel 2ª Emissão, que possuíam garantias representadas pelos recebíveis advindos da referida alienação, pelas ações da Oi Móvel e pelos dividendos a receber que a Companhia tinha a receber da Vital, além de garantia fidejussória da Companhia.

Adicionalmente, em função da alienação mencionada, foi realizada a oferta pública mandatória dos "bonds" emitidos pela Oi Móvel em 30 de julho de 2021, com a adesão de 98,71% dos "bondholders". Com isso, para garantir 1,29% do total do principal emitido, permanece a estrutura de garantias representadas por recebíveis da Companhia, além de garantia fidejussória prestada, sendo que todas somente serão exercidas na ocorrência de inadimplimento.

Ao final do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o montante total de garantias era de R\$ 47.250. "Covenants"

De acordo com a Cláusula 17 do Anexo 4.2.4 do Plano de Recuperação Judicial ("Plano Original"), a Companhia e suas controladas estariam sujeitas a algumas cláusulas restritivas em determinados contratos de empréstimos e financiamentos, com base em indicadores financeiros, os quais são acompanhados em bases trimestrais.

Conforme estabelecido no Plano Original, conforme aditado ("Aditamento ao PRJ"), o BNDES concordou que, a partir da homologação judicial do Aditamento ao PRJ, ocorrida em 8 de outubro de 2020, e até a liquidação financeira da alienação da UPI Ativos Móveis ou até 30 de maio de 2022, o que ocorreres primeiro, a obrigação de cumprimento dos índices financeiros previstos no contrato de financiamento do BNDES teria sua exigibilidade temporariamente suspensa pelo BNDES. Com a conclusão da venda da UPI Ativos Móveis e a quitação integral do crédito com garantia real de titularidade deste banco de fomento, não há mais "covenants" financeiros nos contratos de dívida da Companhia.

20. ARRENDAMENTOS A PAGAR

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2022	2021	2022	2021
Torres	2.472.860	2.263.935	2.472.860	2.241.507
Espaço físico	463.481	318.114	463.481	571.963
Lojas				85.376
Imóveis	50.544	1.577	52.258	32.616
Veículos	15.670	5.351	38.812	51.765
Energia distribuída	104.670	13.739	104.671	24.947
Total	3.107.225	2.602.716	3.132.082	3.008.174
Circulante	620.978	501.229	642.935	676.074
Não circulante	2.486.247	2.101.487	2.489.147	2.332.100

Movimentação dos arrendamentos a pagar

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2022	2021	2022	2021
Saldo em 01/01/2021	688.220		2.981.678	
Incorporação Telemar	1.901.424			
Novas contratações	190.707		513.483	
Cancelamentos	(43.583)		(164.631)	
Juros	255.439		353.460	
Pagamentos	(467.764)		(769.645)	
Modificações contratuais	78.273		124.279	
Transferência para mantidos para venda			(30.450)	
Saldo em 2021	2.602.716		3.008.174	
Incorporação Oi Móvel (Nota 1)	239.481			
Novas contratações	522.899		526.126	
Cancelamentos	(265.552)		(474.995)	
Juros	363.477		368.865	
Pagamentos	(700.141)		(757.539)	
Modificações contratuais	344.345		461.451	
Saldo em 2022	3.107.225		3.132.082	

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2022	2021	2022	2021
2024	670.536	642.469	670.536	642.469
2025	346.322	347.479	346.322	347.479
2026	115.784	115.781	115.784	115.781
2027	115.784	115.781	115.784	115.781
2028 a 2031	1.337.628	1.337.628	1.337.628	1.337.628
2032 e exercícios seguintes	2.008.157			

→☆ continuação



OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

COMPANHIA ABERTA - CNPJ 76.535.764/0001-43

Tributária

As principais causas existentes estão representadas pelos seguintes objetos:

(vi) ICMS – decorre de discussões acerca da incidência do referido imposto sobre prestações de atividades e/ou serviços como, por exemplo, a incidência de ICMS sobre atividades-meio, serviços suplementares, serviços prestados a clientes isentos, ou ainda de glosa de créditos que os Estados entendem como indevidos, tais como, créditos de bens de ativo fixo, divergência sobre o cálculo do coeficiente de creditação (CIAP), entre outros, no montante aproximado de R\$ 13.680.980 (2021 - R\$ 13.423.299);

(vii) ISS – suposta incidência sobre serviços auxiliares à comunicação e discussão quanto ao enquadramento dos serviços tributados pelos municípios na Lista da Lei Complementar nº 116/2003, no montante aproximado de R\$ 2.827.640 (2021 - R\$ 2.603.643);

(viii) INSS – autuações versando sobre a adição de rubricas no salário de contribuição supostamente devidas pela Companhia, no montante aproximado de R\$ 454.013 (2021 - R\$ 634.634); e

(ix) Tributos federais – diversas autuações de tributos federais, relativas, principalmente, a glosas efetuadas na apuração dos tributos, erros no preenchimento de obrigações acessórias, repasse de PIS e COFINS e FUST relacionado aos efeitos da mudança de interpretação de sua base de cálculo pela ANATEL. O montante aproximado é de R\$ 12.423.150 (2021 - R\$ 11.890.444).

Cível

A classificação de risco tem fundamento no estágio processual, nas evidências do processo e na avaliação dos consultores internos e externos (quando necessário). As ações judiciais que não possuem nenhuma decisão que indique grande chance de perda ou ganho e/ou ainda está sujeita à revisão de instâncias superiores do Poder Judiciário, independentemente do objeto, poderá ter seu risco classificado como possível e ser passível, portanto, de informação através de notas explicativas no balanço. Tais ações judiciais perfazem aproximadamente, R\$ 4.712.069 (2021 - R\$ 2.372.417). Em 2022, houve acréscimo de aproximadamente R\$ 1.783.213, decorrente do recente requerimento de instauração de procedimento de arbitragem apresentado pelas Compradoras da UPI Ativos Móveis, na Câmara de Arbitragem do Mercado, sob alegação de suposto descumprimento contratual por parte da Companhia no que se refere aos procedimentos de ajuste de preço (vide Nota 1- "Alienação da UPI Ativos Móveis").

Garantias

A Companhia possui contratos de carta de fiança bancária e seguros garantia com diversas instituições financeiras e seguradoras para garantir compromissos em processos judiciais, obrigações contratuais e licitações junto à ANATEL. O valor atualizado de fianças, seguro garantia contratadas e vigentes em 31 de dezembro de 2022 corresponde a R\$ 11.535.293 (2021 - R\$ 10.209.447) na controladora e R\$ 11.535.293 (2021 - R\$ 11.379.606) no consolidado. Os encargos de comissão desses contratos refletem as taxas praticadas no mercado.

22. DEMAIS OBRIGAÇÕES

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2022	Reapresentado	2022	Reapresentado
Obrigação onerosa (i)	5.210.237	5.553.898	5.210.237	8.709.432
ANATEL (ii)	4.479.168	3.497.866	4.479.168	3.691.501
Receitas a apropriar (iii)	1.677.957	1.328.730	1.692.616	1.358.799
Obrigações contratuais (iv)	744.994		744.994	
Provisões para indenizações a pagar	442.308	505.026	442.308	505.026
Adiantamentos de clientes	56.971	87.153	117.487	335.232
Provisão para desmobilização de ativos	20.396	19.601	20.397	19.601
Consignação a favor de terceiros	20.821	14.570	21.009	21.133
Outros	357.333	303.064	372.993	304.686
Total	13.010.185	11.309.908	13.101.209	14.945.410
Circulante	1.857.180	1.432.931	1.950.641	2.259.791
Não circulante	11.153.005	9.876.977	11.150.568	12.685.619

Cronograma de vencimento

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	ANATEL	Obrigação onerosa
2024	698.085	458.958
2025	653.407	1.692.482
2026	645.027	1.810.409
2027	645.027	1.581.506
2028 a 2030	2.538.046	1.693.784
2031 e exercícios seguintes	2.208.522	
Ajuste a valor presente	(3.267.598)	(2.311.276)
Não circulante	4.120.516	4.925.863
Circulante	358.652	284.374
Total	4.479.168	5.210.237

(i) A Companhia mantém um acordo, com a Globenet Cabos Submarinos S.A. ("Globenet"), incorporada pela Vtal (Notas 1), de fornecimento de capacidade de transmissão de sinais de telecomunicações através de cabos submarinos que conectam a América do Norte à América do Sul e, também, contrata o fornecimento de capacidade de segmento espacial para fins de prestação do serviço de TV DTH. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia reconheceu obrigação onerosa adicional, relativamente a contratos de fornecimento de capacidade satelital para fins da prestação do serviço de telecomunicações em atendimento ao PGMU, TUP Plural, majoritariamente nos municípios da região norte do país, no montante de R\$ 395.282. Dado que as obrigações dos contratos excedem os benefícios econômicos que se espera receber ao longo do contrato, e os custos são inevitáveis, a Companhia, consoante o CPC 25/IAS 37, reconhece obrigação onerosa mensurada ao menor custo líquido de saída dos contratos trazidos a valor presente, descontados por taxas que variam, principalmente, entre 11,51% a.a. e 13,41% a.a..

(ii) Crédito da Agência Reguladora de acordo com o previsto no Aditamento ao PRJ, cujo montante inscrito em dívida ativa foi objeto de assinatura em maio de 2022 de novo Instrumento de Repactuação e Transação com base nos preceitos da Lei 13.988/2020 combinada com a Lei nº 14.112/2020 (Nota 1 - Instrumento de Repactuação e Transação Celebrado com a ANATEL). O crédito com a ANATEL foi trazido a valor presente pela taxa de desconto de 17,07% a.a..

(iii) Representado principalmente por: (i) R\$ 1.223 milhões de receitas a apropriar de valores recebidos antecipadamente pela cessão do direito à operação comercial e uso de ativos de infraestrutura que são reconhecidos na receita pelo período efetivo dos contratos; e (ii) R\$ 278 milhões referente a receitas a apropriar de serviços de transição, a serem prestados pela Companhia, nos termos do acordo de fechamento da alienação da UPI Ativos Móveis (Nota 1), reconhecidos ao resultado pelo prazo contratual.

(iv) Representado por obrigações contratuais decorrentes do fechamento da alienação da UPI InfraCo, relativamente a segregações contratuais e física de sistemas e de plataformas de redes, a serem liquidadas até o final de 2027, descontados a valor presente a taxa de desconto de 13,81% a.a., considerando a maturidade dos passivos.

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social

Em AGE realizada em 1 de dezembro de 2022, foi aprovada a proposta de grupamento da totalidade das ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia, ambas na proporção de 10 ações de cada espécie para uma ação da mesma espécie ("Grupamento").

Transcorrido, em 6 de janeiro de 2023, o prazo para que os titulares de ações ordinárias e preferenciais da Companhia ajustassem, ao seu livre e exclusivo critério, suas posições acionárias, por espécie, em lotes múltiplos de 10 ações, mediante negociações na B3, de forma a permanecerem integrando o quadro acionário da Companhia após a efetivação do grupamento, a partir de 9 de janeiro de 2023, inclusive, as ações representativas do capital social da Companhia passaram a ser negociadas exclusivamente grupadas na proporção resultante do Grupamento.

As frações de ações ordinárias ou preferenciais resultantes do Grupamento serão separadas, agrupadas em números inteiros, e vendidas em um ou mais leilões realizados na B3, sendo os valores resultantes da alienação disponibilizados em nome do respectivo acionista detentor de frações.

Na oportunidade da AGE foi aprovada, ainda, a alteração do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia para refletir o grupamento aprovado.

O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 32.538.937 (2021 - R\$ 32.538.937), composto pelas seguintes ações sem valor nominal:

	Quantidade (em milhares de ações)	
	2022	2021
Capital total em ações		
Ações ordinárias	6.445.310	6.440.497
Ações preferenciais	157.727	157.727
Total	6.603.037	6.598.224
Ações em tesouraria		
Ações ordinárias	644.050	644.050
Ações preferenciais	1.812	1.812
Total	645.862	645.862
Ações em circulação		
Ações ordinárias	5.801.260	5.796.447
Ações preferenciais	155.915	155.915
Total em circulação	5.957.175	5.952.362

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apurou prejuízo no exercício no montante de R\$ 19.268.496. Consoante a proposta da Administração da Companhia, sujeita à aprovação da AGO, o prejuízo do exercício foi registrado na conta de prejuízos acumulados.

A Companhia está autorizada a aumentar o capital social, mediante deliberação do Conselho de Administração, em ações ordinárias e preferenciais, até que o valor do seu capital social alcance R\$ 38.038.701.741, observado o limite legal de 2/3 (dois terços) do capital social de ações sem direito a voto no caso de emissão de novas ações preferenciais sem esse direito.

Por deliberação da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, o capital da Companhia poderá ser aumentado pela capitalização de lucros acumulados ou de reservas anteriores destinados pela Assembleia Geral. Nestas condições, a capitalização poderá ser feita sem modificação do número de ações.

O capital social é representado por ações ordinárias e preferenciais, sem valor nominal, não havendo obrigatoriedade, nos aumentos de capital, de se guardar proporção entre elas.

Por deliberação da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, pode ser excluído o direito de preferência para emissão de ações, bônus de subscrição ou debêntures conversíveis em ações, nas hipóteses previstas no art. 172 da Lei das Sociedades por Ações.

Em fevereiro de 2022, a Companhia emitiu 4.813 novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, mediante capitalização de créditos detidos pelos beneficiários do Plano de Incentivo de Longo Prazo baseado em ações de emissão da Companhia para Executivos, em razão do atingimento da condição mínima de performance para a aquisição do direito ao recebimento das ações pelos Beneficiários relativa ao 2º "vesting" da 1ª outorga de ações realizada no Plano de Incentivo de Longo Prazo (Nota 24). O valor do aumento de capital foi de R\$ 4.573, integralmente destinado à reserva de capital, ao preço de emissão de R\$ 0,95 por ação, fixado com base no artigo 170, §1º, inciso III, da Lei das S.A., sem diluição injustificada, com base na média ponderada por volume da cotação das ações ordinárias da Companhia nos 30 pregões anteriores à data de aprovação do aumento de capital, critério este que, no entendimento da administração da Companhia, melhor se adapta à atual realidade da Companhia, tendo em vista que as ações ordinárias de emissão da Companhia são líquidas e possuem dispersão no mercado.

Na AGE da Companhia realizada em 23 de junho de 2022, foi aprovada a destinação do prejuízo do exercício de 2021 no montante de R\$ 8.516.185 registrado na conta de prejuízos acumulados.

(b) Ações em tesouraria

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia mantém a totalidade de suas ações preferenciais em tesouraria dadas em garantia em processos judiciais.

Em 28 de março de 2021, em reunião do Conselho de Administração, foi aprovada a substituição de 30.596 ações nominativas preferenciais Classe "A" da Telemar pela emissão de 644.020 ações ordinárias de emissão da Oi, a serem mantidas em tesouraria, em decorrência da incorporação da Telemar pela Companhia, ocorrida em maio de 2021.

	Ações ordinárias (*)		Ações preferenciais (*)	
	2022	2021	2022	2021
Saldo em 01/01/2021	30	1.812		
Emissão de ações	644.020			
Saldo em 2021	644.050	1.812		
Saldo em 2022	644.050	1.812		

Valor de mercado das ações em tesouraria

O valor de mercado das ações em tesouraria na data de encerramento do exercício era o seguinte:

	2022		2021	
	Preferenciais	Ordinárias	Preferenciais	Ordinárias
Quantidade em milhares de ações em tesouraria	1.812	644.050	1.812	644.050
Cotação por ação na BOVESPA (R\$)	0,51	0,17	1,28	0,76
Valor de mercado	924	109.488	2.319	489.478

Segue abaixo quadro demonstrativo, considerando a dedução do valor das ações em tesouraria dos saldos da reserva que deu origem à recompra:

	2022		2021	
	Preferenciais	Ordinárias	Preferenciais	Ordinárias
Saldo contábil das reservas de capital	3.948.946	3.928.326		
Ações em tesouraria	(33.315)			
Saldo, líquido das ações em tesouraria	3.915.631	3.895.011		

(c) Reservas de capital

As reservas de capital são constituídas, principalmente, pelas reservas descritas abaixo e em conformidade com as seguintes práticas:

Reserva especial de ação na incorporação: representa o valor líquido da contrapartida do valor de crédito tributário, proveniente das incorporações ocorridas em 2009, em virtude da reorganização societária realizada após a aquisição do controle da Brasil Telecom S.A., em janeiro de 2009, e em 2015, pela incorporação da TmarPart (Telemar Participações S.A.), tais incorporações resultaram na transferência de benefícios fiscais de ações.

Outras reservas de capital: representado, principalmente por: (i) R\$ 3.837.009 relativos ao aumento de capital com novos recursos ocorrido em janeiro de 2019, e (ii) R\$ 2.462.799 relativos a redução ao saldo devido a uma absorção pela entrega de ações em tesouraria à Bratel em abril de 2019.

(d) Lucro (Prejuízo) por ação básico e diluído

Os acionistas ordinários e preferencialistas possuem direitos diferentes em relação a dividendos, direito a voto e em caso de liquidação, conforme determina o estatuto social da Companhia. Desta forma, o lucro (prejuízo) por ação básico e diluído foi calculado com base no lucro (prejuízo) do exercício disponível para os mesmos.

Básico

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas controladores da Companhia, disponível aos portadores de ações ordinárias e preferenciais, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício.

Diluído

O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluídas.

A seguir são apresentados os cálculos do lucro (prejuízo) por ação básico e diluído:

	2022		2021	
	Reapresentado		Reapresentado	
Prejuízo das operações continuadas	(24.227.093)	(11.493.742)		
Lucro das operações descontinuadas (líquido de impostos)	4.958.597	1.062.298		
Prejuízo atribuível aos acionistas controladores da Companhia	(19.268.496)	(10.431.444)		
Prejuízo alocado às ações ordinárias – básicas e diluídas	(18.764.018)	(10.158.204)		
Prejuízo alocado às ações preferenciais – básicas e diluídas	(504.478)	(273.240)		
Média ponderada das ações em circulação (Em milhares de ações)				
Ações ordinárias – básicas e diluídas	5.799.255	5.796.459		
Ações preferenciais – básicas e diluídas	155.915	155.915		
Prejuízo por ação (Em Reais):				
Ações ordinárias – básicas e diluídas	(3,24)	(1,75)		
Ações preferenciais – básicas e diluídas	(3,24)	(1,75)		
Prejuízo por ação das operações continuadas (Em Reais):				
Ações ordinárias – básicas e diluídas	(4,07)	(1,93)		
Ações preferenciais – básicas e diluídas	(4,07)	(1,93)		
Lucro por ação das operações descontinuadas (Em Reais):				
Ações ordinárias – básicas e diluídas	0,83	0,18		
Ações preferenciais – básicas e diluídas	0,83	0,18		

Os titulares de ações preferenciais têm direito a voto nas matérias sujeitas à Assembleia Geral, conforme dispõe o art. 12, §3º, do Estatuto Social da Companhia e o art. 111, §1º, da Lei 6.404/1976, e votaram sempre em conjunto com as ações ordinárias.

24. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

(a) Planos de pensão

A Companhia patrocina planos de benefícios de aposentadoria ("Fundos de Pensão") aos seus empregados, desde que estes optem pelos referidos planos, e aos participantes assistidos. Segue abaixo quadro demonstrativo dos planos de benefícios existentes em 31 de dezembro de 2022.

Planos de benefícios	Gestor
TCSPREV, TelemarPrev, PBS-Telemar, PBS-TNC, CELPREV FATL – Fundação Atlântico de Seguridade Social	PBS-A, PAMA
SISTEL – Fundação Sistel de Seguridade Social	Oi

A Companhia, para efeitos de fundos de pensão ao ser referida nesta nota, também poderá estar denominada "Patrocinadora".

Os planos patrocinados são avaliados por atuários independentes na data de encerramento do exercício social. Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, as avaliações atuariais foram realizadas pela Ernst & Young Serviços Atuariais S/S. Os estatutos sociais preveem a aprovação da política de previdência complementar, sendo que a solidariedade atribuída aos planos de benefícios definidos vincula-se aos atos firmados junto às fundações, com a anuência da PREVIC – Superintendência Nacional de Previdência Complementar, no que cabe aos planos específicos. A PREVIC é o órgão oficial que aprova e fiscaliza os referidos planos.

Nos planos patrocinados de benefício definido não há mais possibilidade de novas adesões por serem planos fechados. As contribuições de participantes e da patrocinadora estão definidas no Plano de Custeio.

Para os planos patrocinados, de benefício definido, que apresentem situação atuarial deficitária são constituídos os passivos atuariais. Para os planos que apresentem situação atuarial superavitária são constituídos ativos nos casos de autorização explícita para compensação com contribuições patronais futuras.

Provisões para planos de pensão

Referem-se ao reconhecimento do déficit atuarial dos planos de benefício definido, conforme demonstração a seguir:

	CONSOLIDADO	
	2022	2021
Passivos atuariais		
Obrigações financeiras - Plano BTPREV (i)	891.238	804.778
Plano PAMEC	6.080	8.623
Total	897.318	813.401
Não circulante	897.318	813.401

A Companhia possuía contrato de obrigações financeiras firmado com a Fundação Atlântico destinado ao pagamento de provisão matemática sem cobertura no patrimônio do plano. Com a aprovação e homologação do PRJ, o respectivo crédito da Fundação Atlântico com a Oi está sujeito aos termos do PRJ.

Ativo constituído para compensação de contribuições patronais futuras

(i) A Companhia reconheceu um ativo junto ao Plano TCSPREV, referente a: (i) contribuições da patrocinadora sem direito de resgate pelos participantes que se desligaram do Plano; e (ii) parte do superávit do Plano, atribuído à patrocinadora.

O ativo reconhecido se destina à compensação de contribuições patronais futuras. Sua composição está apresentada a seguir:

	CONSOLIDADO	
	2022	2021
Ativos atuariais		
Plano TCSPREV	6.115	25.683
Plano CELPREV	277	420
Plano PBS-TNC	488	827
Total	6.880	26.930
Circulante	779	2.175
Não circulante	6.101	24.755

Características dos planos de previdência complementar patrocinados

(i) FATL

A FATL, entidade fechada de previdência complementar multipatrocinada e multipiano, é pessoa jurídica de direito privado, de fins previdenciais e não lucrativas, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira, com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, tem por objetivo administrar e executar planos de benefícios previdenciários para os empregados e dirigentes de suas patrocinadoras.

Planos

(i) PBS-Telemar

É um Plano de Benefícios de caráter previdenciário na modalidade de Benefício Definido, fechado a novas adesões, inscrito no CNPJ sob o nº 2000.0015-56.

A contribuição dos Participantes Ativos do Plano de Benefícios PBS-Telemar corresponde ao somatório de: (i) 0,5% a 1,5% incidente sobre o Salário-de-Participação (de acordo com a idade do Participante na data de inscrição); (ii) 1% incidente sobre o Salário-de-Participação que ultrapassar a metade da Unidade Padrão e (iii) 11% incidente sobre o Salário-de-Participação que ultrapassar a Unidade Padrão. A contribuição das Patrocinadoras equivale a 8% da folha de salário dos empregados Participantes Ativos do Plano. O regime financeiro de determinação do custeio do Plano é o de capitalização.

(ii) TelemarPrev

É um Plano de Benefícios de caráter previdenciário na modalidade de Contribuição Variável, inscrito no CNPJ sob o nº 2000.0065-74.

A Contribuição Normal do Participante é composta de duas parcelas: (i) Básica - equivalente a 2% do Salário-de-Participação, e (ii) Padrão - equivalente a 3% incidentes sobre a diferença positiva entre o total do Salário-de-Participação e a Parcela Previdenciária. A Contribuição Extraordinária Adicional do Participante é de caráter facultativo, em percentual que represente múltiplos de 0,5% do Salário-de-Participação, e por prazo não inferior a 6 (seis) meses. A Contribuição Extraordinária Eventual do Participante, também em caráter facultativo, não poderá ser inferior a 5% do teto do Salário-de-Participação.

O Regulamento do Plano estabelece a paridade de contribuição entre Participantes e Patrocinadoras, até o limite de 8% do Salário-de-Participação, observando que a Patrocinadora não é obrigada a acompanhar as Contribuições Extraordinárias feitas pelo Participante. O regime financeiro de determinação do custeio do Plano é o de capitalização.

(iii) TCSPREV

É um Plano de Benefícios de caráter previdenciário na modalidade de Contribuição Variável, fechado a novas adesões, inscrito no CNPJ sob o nº 2000.0028-38.

Em 30 de novembro de 2018, data da efetiva incorporação, o Plano de Benefícios TCSPREV incorporou o Plano de Benefícios BTPREV (CNPJ nº 2002.0017-74), tornando-se sucessor universal dos direitos e obrigações deste Plano, assumindo todos os seus ativos e passivos. A citada incorporação foi aprovada pela Portaria PREVIC nº 995, de 24 de outubro de 2018, publicada no DOU nº 208 em 29 de outubro de 2018.

Com o reconhecimento e registro da incorporação, os Participantes e Beneficiários vinculados ao BTPREV tornam-se, automaticamente, Participantes e Beneficiários do TCSPREV, respeitando-se as categorias dos Beneficiários no dia anterior à data da incorporação.

A Contribuição Básica mensal e obrigatória dos Participantes Ativos do TCSPREV e BTPREV corresponde ao resultado obtido com a aplicação de um percentual, que poderá variar de 3% a 8% sobre o Salário-de-Participação, de acordo com a idade e escolha do Participante. O Regulamento do Plano estabelece a paridade de contribuição entre Participantes e Patrocinadoras.

A Contribuição mensal dos Participantes do Plano Fundador/Alternativo, anteriormente incorporado pelo BTPREV, corresponde ao somatório de: (i) 3% incidente sobre o Salário-de-Participação; (ii) 2% incidente sobre o

continuação



OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

COMPANHIA ABERTA - CNPJ 76.535.764/0001-43

	2021							
	PLANOS DE PENSÃO				PLANOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA			
	PBS-TCSPREV	Telemar-Prev	PBS-A	PBS-CELPREV	PAMEC	PAMA		
Custo do serviço corrente	192	35	1.029	71	1			345
Juros sobre obrigações atuariárias	270.740	26.275	365.599	393.553	2.953	1	614	319.885
Rendimento dos ativos do plano	(295.549)	(30.966)	(368.560)	(555.771)	(4.650)	(212)		(348.248)
Juros sobre o passivo oneroso	21.573	4.687	2.961	162.218	1.533	200		28.363
Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido	(31)	(1.029)						(345)
Despesa (receita) reconhecida na demonstração de resultados	(3.044)			(93)	(10)			614
Despesa (receita) reconhecida em outros resultados abrangentes	19.387			1.408	(251)	1.190		
Total da despesa (receita) reconhecida	16.343			1.315	(261)	1.804		

Principais premissas atuárias adotadas.

	CONSOLIDADO							
	PLANOS DE PENSÃO				PLANOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA			
	TCSPREV	PBS-Telemar	TelemarPrev	PBS-A	PBS-TNC	CELPREV	PAMEC	PAMA
Taxa nominal de desconto da obrigação atuarial	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%
Taxa estimada de inflação	3,50%	3,50%	3,50%	3,50%	3,50%	3,50%	3,50%	3,50%
Índice e aumento salarial nominal estimado	Patrocinadora	0,00%	Patrocinadora	N/A	0,00%	0,00%	N/A	N/A
Índice nominal de aumento nominal dos benefícios	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	N/A	N/A
Taxa de rendimento nominal total esperada sobre os ativos do plano	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%

	2022							
	Total do ativo				Total do passivo			
	Brasil	Investimentos internacionais	Ativos tangíveis	Ativos intangíveis	Investimento em ativos tangíveis e intangíveis			
Brasil	29.126.269	51.397.993	5.008.346	425.839	3.354.387			
Investimentos internacionais	489.829	64.107	63.436	12.175	22.302			

26. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Transações com partes relacionadas consolidadas

Em virtude da alienação do controle da V.Ital, ocorrida em junho de 2022, os quadros abaixo apresentam tão somente as transações com a V.Ital do período em que a mesma era controlada da Oi. As transações, do período posterior a alienação do controle da V.Ital, são apresentadas nos quadros dessa nota intitulados de "Transações com partes relacionadas em controle conjunto, coligadas e entidades não consolidadas".

	CONTROLADORA	
	2022	2021
Ativo		
Contas a receber	7.361	1.955.107
Tahto	553	50.464
Vital	133.846	133.846
Oi Móvel	1.770.201	1.770.201
Serede	551	551
Pago Administradora	45	45
Créditos com partes relacionadas (circulante e não circulante)	9.779.130	11.826.732
PTIF	6.435.571	6.137.597
Oi Holanda	3.252.869	3.106.919
Vital		2.582.199
Serede	89.426	89.426
Pointer	1.264	1.264
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	12.259	22.841
Oi Serviços Financeiros	7.321	6.824
Rio Alto	1.785	1.546
Tahto	1.756	1.756
Oi Soluções	1.397	1.397
BrT Card		16
Oi Móvel		16.655
Outros	451.974	443.816
Oi Móvel	5.275	5.275
Oi Holanda	7.832	18.555
PTIF	654	700
CVTEL	2.613	3.322
Serede	440.875	272.375
Vital		107.150
Tahto		36.439

Passivo

	CONTROLADORA	
	2022	2021
Fornecedores	170.389	454.705
Tahto	85.488	72.711
Vital		75.523
Oi Móvel		174.052
Pago Administradora		101
Serede	84.901	132.318
Empréstimos e financiamentos (I)	3.251.863	2.083.239
Oi Móvel	1.170	1.170
Oi Holanda	3.251.863	2.082.069
Dividendos	819.571	819.571
Oi Móvel		819.571
Demais obrigações	26.757	43.350
Oi Móvel		11.763
Tahto	116	116
Rio Alto	975	975
Vital	4.766	4.766
Oi Investimentos	15.165	13.927
PT Participações	10.501	11.919

(I) A Companhia contrata mútuos com suas controladas segundo condições e juros de mercado com o objetivo de financiar suas atividades ou reembolsar dívidas. Os valores demonstrados estão líquidos de AVJ.

Receitas

	CONTROLADORA	
	2022	2021
Receita dos serviços prestados	86.855	1.011.741
Vital	18.845	508.642
Oi Móvel	59.643	497.878
Telemar		4.371
Serede	787	624
Cozani	3.083	3.083
Jonava	2.734	2.734
Garliara	1.756	1.756
Pago Administradora	7	7
Drammen		219
Outras receitas operacionais	36.820	104.483
Vital	30.131	45.683
Oi Móvel	4.271	47.006
Serede	2.418	1.734
Tahto		9.356
Drammen		472
Caléxia		232
Receitas financeiras	1.042.760	1.068.642
Vital	131.197	155.725
Telemar		1.177
Oi Holanda	303.267	292.718
PTIF	596.453	575.531
Tahto		43.461
Pointer		30
Serede	11.843	
Custos/Despesas		
Custos e despesas operacionais	(1.866.983)	(1.382.392)
Vital	(1.069.285)	(388.824)
Oi Móvel	(5.195)	(5.375)
Telemar		(3.135)
Tahto	(341.559)	(411.403)
Serede	(439.935)	(518.372)
Cozani	(5.494)	
Jonava	(3.397)	
Garliara	(2.111)	
Drammen		(3.223)
Pago Administradora	(7)	
Despesas financeiras	(12.699)	(57.256)
Telemar		(6.788)
Oi Móvel	(10)	(48)
Serede	(3.072)	(13.321)
Tahto	(6.531)	(6.056)
Vital	(14.777)	(12.338)
PT Participações	(1.509)	(3.793)
Variações cambiais, líquidas	(825.525)	181.670
Oi Holanda	(527.000)	(308.401)
PTIF	(298.525)	490.071

Créditos com partes relacionadas

A Companhia pode conceder linhas de crédito às suas controladas com a finalidade de fornecer capital de giro para as suas atividades operacionais. Para estes casos, o prazo de vencimento pode ser repactuado com base nos fluxos de caixa projetados dessas empresas, à taxa correspondente a 115% do CDI (2021 - 115% do CDI). De acordo com o que foi aprovado no PRJ, houve a extinção dos créditos "intercompany" em Reais para fins de capital de giro mantidos até então, por meio do encontro de contas entre as empresas Recuperandas brasileiras. Em 3 de fevereiro de 2022 foi aberta uma linha de crédito entre a Companhia e a Serede no valor de R\$ 160 milhões com maturidade de um ano ao custo de 115% do CDI, sendo este o único contrato de mútuo firmado pela Companhia e suas subsidiárias com a finalidade de suportar a necessidade de capital de giro em suas atividades operacionais, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. No último trimestre de 2022 não houve a abertura de novos contratos de mútuo. As linhas de crédito "intercompany" vigentes em 31 de dezembro de 2022 estão de acordo com o PRJ aprovado. Créditos "intercompany" não abrangidos pelo referido encontro de contas na forma do PRJ foram repactuados e serão quitados a partir de 20 anos após o término do pagamento dos créditos previstos nas condições da Modalidade de Pagamento Geral, atualizados pela TR para as linhas em Reais e pela variação cambial para as linhas de crédito internacionais. Adicionalmente, foram criadas linhas de créditos entre a Companhia, a PTIF e a Oi Holanda, uma vez que no âmbito da implementação do PRJ, as dívidas financeiras das Recuperandas foram substancialmente consolidadas na Companhia, tendo esta emitido instrumentos financeiros e de capital para a quitação das dívidas originalmente registradas pelas referidas subsidiárias. Estas linhas de crédito, bem como seus Ajustes a Valor Justo, espelham os termos e condições que constam nos instrumentos financeiros emitidos pela Oi. No segundo trimestre de 2021 foi celebrado um mútuo entre a Oi e a PTIF no valor de US\$ 4.150 para complementar o pagamento de um "fee" por esta empresa (não operacional), devido no âmbito da atualização de documentos necessários a partir da aprovação do Aditamento ao PRJ. De acordo com a Cláusula 5.3.8.1 do Aditamento ao PRJ, no dia 23 de junho de 2022, após o fechamento da operação de alienação da UPI InfraCo, a V.Ital, efetuou o pagamento da dívida extraconstruído no montante atualizado de R\$ 2.736.188 à Oi, sucessora por incorporação da Dívida InfraCo, conforme detalhado na Nota 1. A previsão de pagamento da Dívida InfraCo era em até 90 dias da conclusão da venda do controle da UPI InfraCo, o que ocorreu no dia 9 de junho de 2022.

Garantias

A Companhia e as demais Recuperandas são solidariamente responsáveis pelo cumprimento de todas as obrigações estabelecidas no PRJ, conforme previsto.

Oi Futuro

Desde 2001, a Oi reforça seu compromisso com a construção de uma sociedade mais diversa e inclusiva por meio de projetos e programas desenvolvidos pelo Oi Futuro, seu instituto de inovação e criatividade para impacto social. Constituído legalmente como uma OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público), o Oi Futuro está presente em todas as regiões do país com atuação nas áreas de Cultura e Educação contribuindo para a pauta ESG (Environmental Social Governance) e para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram realizadas contribuições ao Oi Futuro no montante de R\$ 5.666 (2021 - R\$ 13.871).

Transações com partes relacionadas em controle conjunto, coligadas e entidades não consolidadas

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2022	2021	2022	2021
Ativo				
Contas a receber	102.605	163.040	163.040	163.040
Vital	102.605	163.040		
Dividendos a receber	23	25	23	25
AIX	23	25	23	25
Outros	123.533	123.533	123.533	123.533
Vital	123.533	123.533		

Passivo

	CONTROLADORA	
	2022	2021
Fornecedores	170.389	454.705
Tahto	85.488	72.711
Vital		75.523
Oi Móvel		174.052
Pago Administradora		101
Serede	84.901	132.318
Empréstimos e financiamentos (I)	3.251.863	2.083.239
Oi Móvel	1.170	1.170
Oi Holanda	3.251.863	2.082.069
Dividendos	819.571	819.571
Oi Móvel		819.571
Demais obrigações	26.757	43.350
Oi Móvel		11.763
Tahto	116	116
Rio Alto	975	975
Vital	4.766	4.766
Oi Investimentos	15.165	13.927
PT Participações	10.501	11.919

(I) A Companhia contrata mútuos com suas controladas segundo condições e juros de mercado com o objetivo de financiar suas atividades ou reembolsar dívidas. Os valores demonstrados estão líquidos de AVJ.

Receitas

	CONTROLADORA	
	2022	2021
Receita dos serviços prestados	86.855	1.011.741
Vital	18.845	508.642
Oi Móvel	59.643	497.878
Telemar		4.371
Serede	787	624
Cozani	3.083	3.083
Jonava	2.734	2.734
Garliara	1.756	1.756
Pago Administradora	7	7
Drammen		219
Outras receitas operacionais	36.820	104.483
Vital	30.131	45.683
Oi Móvel	4.271	47.006
Serede	2.418	1.734
Tahto		9.356
Drammen		472
Caléxia		232
Receitas financeiras	1.042.760	1.068.642
Vital	131.197	155.725
Telemar		1.177
Oi Holanda	303.267	292.718
PTIF	596.453	575.531
Tahto		43.461
Pointer		30
Serede	11.843	
Custos/Despesas		
Custos e despesas operacionais	(1.866.983)	(1.382.392)
Vital	(1.069.285)	(388.824)
Oi Móvel	(5.195)	(5.375)
Telemar		(3.135)
Tahto	(341.559)	(411.403)
Serede	(439.935)	(518.372)
Cozani	(5.494)	
Jonava	(3.397)	
Garliara	(2.111)	
Drammen		(3.223)
Pago Administradora	(7)	
Despesas financeiras	(12.699)	(57.256)
Telemar		(6.788)
Oi Móvel	(10)	(48)
Serede	(3.072)	(13.321)
Tahto	(6.531)	(6.056)
Vital	(14.777)	(12.338)
PT Participações	(1.509)	(3.793)
Variações cambiais, líquidas	(825.525)	181.670
Oi Holanda	(527.000)	(308.401)
PTIF	(298.525)	490.071

Saldo de outorga de ações em 31/12/2021

	Ações	Valor médio da ação R\$
Outorgas liquidadas (i)	78.553.343	
Cancelamentos (ii)	(4.813.368)	0,95
	(23.571.949)	
Saldo de outorga de ações em 31/12/2022	50.168.026	

(i) Em 31 de março de 2022 foi realizada a liquidação de 52,39% das ações referentes ao segundo período de aquisição do direito da primeira outorga de ações, após a apuração do atingimento parcial das condições de performance do programa, mediante a um aumento de capital com capitalização de créditos no valor de R\$ 4.573, integralmente destinado a reserva de capital.

(ii) Em 31 de dezembro de 2022 houve apuração da condição de performance dos "vestings" da primeira outorga com não atingimento da condição mínima de performance.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, houve cancelamento de 1.773.366 ações de outorga de ações ao conselho de administração e não ocorreram movimentações de outorga de ações ao diretor presidente. Os valores justos das outorgas de ações são apurados com base no período de aquisição dos direitos e reconhecidos à medida que os serviços são prestados. A despesa reconhecida no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, para os planos de outorgas de ações, foi de R\$ 39.642 (2021 - R\$ 32.444).

25. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Telecomunicações no Brasil

Na preparação da informação financeira deste segmento reportável, as transações entre as empresas que o compõem são eliminadas. A informação financeira deste segmento reportável para 31 de dezembro de 2022 e de 2021 é como segue:

	2022		2021	
	Reapresentado		Reapresentado	
Oi Fibra	3.999.484		2.944.546	
Oi Soluções	2.780.141		2.702.728	
Serviços Legados	3.187.828		4.602.264	
Outros serviços e negócios	403.863		17.622	
Receita operacional líquida	10.371.316		10.267.160	
Despesas operacionais				
Depreciação e amortização	(4.200.711)		(4.077.177)	
Interconexão	(136.510)		(140.775)	
Pessoal	(1.852.807)		(1.794.110)	
Serviços de terceiros	(3.615.484)		(4.053.875)	
Serviços				

→☆ continuação



OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

COMPANHIA ABERTA - CNPJ 76.535.764/0001-43


CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA ESTATUTÁRIA	CONSELHO FISCAL	
Eleazar de Carvalho Filho (Presidente) Henrique José Fernandes Luz Raphael Manhães Martins Marcos Grodetzky (Vice-Presidente) Paulino do Rego Barros Jr. Claudia Quintella Woods Armando Lins Netto Mateus Afonso Bandeira Rodrigo Modesto de Abreu	Rodrigo Modesto de Abreu - Diretor Presidente Cristiane Barretto Sales - Diretora de Finanças e de Relações com Investidores Rogério Takayanagi - Diretor	EFETIVOS	SUPLENTE
	DIRETOR DE CONTROLADORIA	Pedro Wagner Pereira Coelho Alvaro Bandeira Daniela Maluf Pfeiffer Cristiane do Amaral Mendonça	Maria Salete Garcia Pinheiro Wiliam da Cruz Leal Marco Antonio Mayer Foletto Marco Antônio de Almeida Lima
	Andre Tavares Paradizi		
	CONTADOR		
	Francisco Paulo Macambira Haick CRC-PA 009837		

PARECER DO CONSELHO FISCAL			
O Conselho Fiscal da Oi S.A. – Em Recuperação Judicial examinou as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da Companhia que compreendem o Balanço Patrimonial, as Demonstrações de Resultados, do Resultado Abrangente, dos Fluxos de Caixa, das Mutações do Patrimônio Líquido e do Valor Adicionado e as respectivas Notas Explicativas, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Com base nos documentos examinados, nos esclarecimentos prestados por representantes da Companhia e da PriceWaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. (“PwC”) e fundamentado na emissão do Relatório de Auditoria Externa, os membros do Conselho Fiscal, abaixo assinados, concluíram, por unanimidade, que as referidas Demonstrações Financeiras estão em condições de serem submetidas à apreciação e aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas.		Rio de Janeiro, 22 de maio de 2023.	
Alvaro Bandeira	Daniela Maluf Pfeiffer	Pedro Wagner Pereira Coelho	Cristiane do Amaral Mendonça

RELATÓRIO RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA, RISCOS E CONTROLES - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

<p>Introdução</p> <p>O Comitê de Auditoria, Riscos e Controles (CARC) da Oi S.A. é um órgão colegiado de assessoramento do Conselho de Administração da Companhia, de caráter permanente, instituído na forma do disposto no artigo 32 do Estatuto Social da Companhia e submetido ao disposto na legislação e regulamentação aplicáveis.</p> <p>O CARC é composto por quatro membros, todos conselheiros independentes, eleitos em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 16 de março de 2023, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada em 2025. O mandato dos membros do CARC é de 2 (dois) anos e coincide com o dos membros do Conselho de Administração.</p> <p>Nos termos do Regimento Interno, o CARC reúne-se, ordinariamente, uma vez a cada 2 (dois) meses e, extraordinariamente, quando necessário, por convocação do Coordenador, por solicitação do Presidente do Conselho de Administração ou, ainda, por solicitação de qualquer membro do CARC.</p> <p>2. Atribuições e Responsabilidades</p> <p>O CARC tem por finalidade assessorar o Conselho de Administração da Companhia:</p> <p>(i) Em assuntos relativos a avaliações de risco dos negócios e dos mecanismos internos de controle, bem como na supervisão da adequação do escopo, amplitude e independência da área de Auditoria Interna da Companhia;</p> <p>(ii) Na promoção da articulação orgânica e efetiva entre os órgãos de administração e fiscalização, Auditores Independentes e função de Auditoria Interna da Companhia, e controladas, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias; e</p> <p>(iii) Na supervisão da gestão e controle de contingências.</p> <p>Também compete ao CARC a análise das informações trimestrais e das demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela Companhia, incluindo as demonstrações financeiras anuais, bem como do Relatório de Administração e quaisquer análises divulgadas pela Administração sobre a condição financeira e resultados operacionais da Companhia.</p> <p>3. Atividades do CARC no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022</p> <p>No exercício de 2022, o CARC realizou 16 reuniões, sendo 15 sessões ordinárias e 01 sessão extraordinária, reunindo-se com as áreas de Riscos/<i>Compliance</i>, Auditoria Interna, Auditores Independentes, além do Diretor Presidente e Diretores e Executivos de variadas áreas da Companhia.</p> <p>A cada reunião do Conselho de Administração da Companhia foram relatadas as principais atividades desenvolvidas pelo CARC no respectivo mês.</p> <p>Em 2022, o CARC manteve reuniões regulares com os auditores internos e independentes, permitindo ampla discussão dos resultados de seus trabalhos, de aspectos contábeis e de controles internos relevantes e, em decorrência, avaliou como plenamente satisfatório o volume e a qualidade das informações fornecidas por esses profissionais, as quais apoiam sua opinião acerca da adequação e integridade dos sistemas de controles internos e das demonstrações financeiras. Ademais, não foram identificadas situações que pudessem afetar a objetividade e a independência dos auditores independentes e/ou a autonomia dos auditores internos.</p> <p>4. Temas discutidos pelo CARC e outras atividades</p>	<p>Dentre os aspectos abordados, destacamos os seguintes temas:</p> <p>Auditoria Independente</p> <ul style="list-style-type: none"> Análise dos riscos identificados, bem como avaliação do planejamento dos trabalhos a fim de estabelecer natureza, época e extensão dos principais procedimentos de auditoria selecionados; Avaliação das principais conclusões dos auditores independentes ao término de cada revisão especial das Informações Trimestrais (ITRs) ao longo de 2022 e parecer sobre as demonstrações financeiras de 2022; Revisão e discussão com os auditores independentes sobre os PAAs – Principais Assuntos de Auditoria identificados em seu exame; e Avaliação do relatório de recomendações dos auditores independentes sobre os controles internos e acompanhamento das medidas que vêm sendo tomadas pela Administração, a fim de fortalecer os sistemas de controles internos, <i>compliance</i> e riscos da Companhia. <p>Auditoria Interna</p> <ul style="list-style-type: none"> Análise do planejamento de trabalhos da auditoria para o ciclo 2022 com posterior recomendação de aprovação do plano pelo Conselho de Administração; Análise e aprovação das metas e indicadores da área de Auditoria Interna; Acompanhamento da execução do plano anual de auditoria interna e de seus resultados, bem como conhecimento dos pontos de atenção e das recomendações reportadas e o acompanhamento das providências adotadas pela Administração, relatando e recomendando ao Conselho de Administração eventuais melhorias; Acompanhamento dos resultados da Auditoria Contínua; Acompanhamento dos trabalhos da Auditoria Forense (projetos em andamento, reporte do canal de denúncias e resultados dos trabalhos investigativos); Acompanhamento dos controles internos, da gestão de riscos e do monitoramento de fraudes, com base nas manifestações e reuniões com os auditores internos e independentes; Avaliação do Programa de Qualidade da Auditoria Interna; e Avaliação da Auditoria Interna. <p>Controles Internos e Riscos Corporativos</p> <ul style="list-style-type: none"> Acompanhamento, ao longo do exercício de 2022, da evolução do modelo de Gerenciamento dos Riscos Corporativos e a atualização dos fatores de riscos, impactos e ações de mitigação; Status dos riscos corporativos; Acompanhamento da efetiva implementação das melhorias relacionadas com as deficiências significativas reportadas pelos auditores independentes na Carta de Controles Internos; Acompanhamento dos projetos de <i>Compliance</i> incluindo plano de trabalho, riscos de privacidade, programa de conformidade, canal de denúncias e os indicadores da área; 	<ul style="list-style-type: none"> Acompanhamento e status do Plano de Continuidade de Negócios; Revisão da política de transações com partes relacionadas; Status dos projetos estratégicos: (i) Ciclo da Receita; (ii) Gestão de Continuidade de Negócios (BIA); (iii) Selo Pró-Ética; e (iv) Privacidade; e Acompanhamento dos Riscos Cibernéticos e de Segurança da Informação. <p>Gestão Financeira</p> <ul style="list-style-type: none"> Acompanhamento da gestão dos depósitos judiciais; Acompanhamento dos riscos judiciais nas diversas dimensões; Acompanhamento dos riscos regulatórios; Contratos que demandam investimentos em Capex e Opex; Diretriz de risco da tesouraria e investimentos para o ano; Processo de contratação de fornecedores do Jurídico: (i) escritórios trabalhistas; (ii) escritórios estratégicos; e (iii) histórico de despesas; e Acompanhamento do hedge. <p>Governança Corporativa</p> <ul style="list-style-type: none"> Avaliação da política de alçadas; Acompanhamento dos temas de governança e conformidade: governança de aceitação de riscos, Comitê de Integridade, Canal de Denúncias, Projeto Selo Pró Ética e Migração do Canal de Denúncia; Ciclo anual de avaliação da Auditoria Interna e do Comitê de Auditoria. <p>5. Parecer do CARC</p> <p>Os membros do CARC, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no Regimento Interno, realizaram exame e análise das demonstrações financeiras, acompanhadas dos relatórios dos auditores independentes e da Administração relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.</p> <p>Tendo em vista as informações prestadas pela Administração da Companhia e o relatório da PriceWaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. (PwCAI), emitido em 22 de maio de 2023, contendo uma abstenção técnica de opinião por motivação específica, sem impactar a acuracidade dos componentes das demonstrações financeiras, bem como as atividades desempenhadas e acompanhadas pelo Comitê durante o exercício de 2022, os membros do Comitê recomendam a aprovação dessas demonstrações financeiras pelo Conselho de Administração da Companhia, para posterior submissão à Assembleia Geral de Acionistas.</p> <p style="text-align: right;">Rio de Janeiro, 22 de maio de 2023.</p> <p style="text-align: right;">Henrique Luz - Coordenador do Comitê de Auditoria, Riscos e Controles Marcos Grodetzky - Membro do Comitê de Auditoria, Riscos e Controles Claudia Quintella Woods - Membro do Comitê de Auditoria, Riscos e Controles Armando Lins Netto - Membro do Comitê de Auditoria, Riscos e Controles</p>
---	---	---

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

<p>Aos Administradores e Acionistas Oi S.A. – Em Recuperação Judicial</p> <p>Abstenção de opinião</p> <p>Fomos contratados para examinar as demonstrações financeiras individuais da Oi S.A. - Em Recuperação Judicial (“Companhia” ou “Controladora”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Oi S.A. - Em Recuperação Judicial e suas controladas (“Consolidado”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.</p> <p>Não expressamos opinião sobre as demonstrações financeiras acima referidas da Oi S.A. - Em Recuperação Judicial pois, devido à relevância dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para abstenção de opinião”, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras.</p> <p>Base para abstenção de opinião</p> <p>Durante o exercício de 2022, a Companhia incorreu em prejuízo de R\$ 19.268.496 mil (controladora) e R\$ 19.265.934 mil (consolidado), havia acumulado até 31 de dezembro de 2022, prejuízos de R\$ 57.902.972 mil (controladora e consolidado), bem como apresenta passivo a descoberto de R\$ 21.878.805 mil (controladora) e R\$ 21.846.002 mil (consolidado) e passivos no valor total de R\$ 60.749.459 mil (controladora) e R\$ 51.462.100 mil (consolidado). Conforme descrito nas notas explicativas 1 e 28 às demonstrações financeiras, durante o ano de 2022, a Companhia alienou parcela relevante de seus ativos, correspondentes às operações das UPI Ativos Móveis e UPI InfraCo. Portanto, a geração futura de caixa operacional suficiente para investimentos e pagamento de suas obrigações depende do sucesso na implementação do Plano Estratégico de negócios das atividades remanescentes “core” da Companhia, readequação da estrutura de custos, bem como da busca e criação de novas fontes de receita, especialmente na área de soluções digitais e conexões de fibra ótica.</p> <p>Adicionalmente, conforme descrito na nota explicativa 1 às demonstrações financeiras, após o encerramento do processo da primeira recuperação judicial, ocorrido em 14 de dezembro de 2022, com sentença de encerramento publicada no Diário Oficial de Justiça em 10 de janeiro de 2023, a Companhia, em conjunto com suas controladas holandesas, ajuzizou, em 1º de março de 2023, novo pedido de recuperação judicial, em caráter de urgência, deferido em 16 de março de 2023. A Companhia preparou e apresentou o novo Plano de Recuperação Judicial (“novo PRJ”) em 19 de maio de 2023. Para o pleno exercício da recuperação judicial, é necessário, ainda, a aprovação do novo PRJ em Assembleia Geral de Credores, a ser realizada em até 150 dias após a publicação da decisão que deferiu a nova recuperação judicial, ou alternativamente, a aprovação por adesão de credores que representem mais da metade do valor dos créditos sujeitos à recuperação judicial aos termos do Novo PRJ, observadas as exceções previstas na Lei. Após essa aprovação, o novo PRJ necessitará ser homologado pelo juízo da recuperação judicial.</p>	<p>Também, conforme descrito na nota explicativa 1 às demonstrações financeiras, com o propósito de facilitar o processo de aprovação do novo PRJ, a Companhia e suas controladas vêm empreendendo esforços, em conjunto com seus assessores financeiros e legais, mediante a condução de negociações com credores financeiros e não financeiros, visando a repactuação de dívidas, em especial as financeiras, fortalecimento da sua estrutura de capital e otimização de sua liquidez e perfil de endividamento. Essas negociações incluem, entre outros, a assinatura de financiamento extraconcordal na modalidade “<i>debtor-in-possession</i>” (DIP), no valor de USD 275 milhões, ocorrida em 21 de abril de 2023, e acordo de apoio à reestruturação e de “<i>lockup</i>” com a maioria dos credores financeiros, presentemente em andamento.</p> <p>Considerando esse conjunto de elementos e a pervasividade envolvida no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, entre outros descritos nas notas explicativas, que remete a um cenário de múltiplas incertezas, as circunstâncias não nos permitem neste momento reunir evidência de auditoria apropriada e suficiente para concluir que o pressuposto de continuidade e a correspondente base para a elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2022 são apropriados.</p> <p>Assunto adicional – Comparabilidade entre exercícios</p> <p>Conforme descrito na nota explicativa 2(d) às demonstrações financeiras, a Companhia identificou e procedeu ajustes nas cifras comparativas de 31 de dezembro de 2021 decorrente de incorreções nos processos de conciliação de saldos contábeis de contas a receber com seus respectivos controles auxiliares. Devido às limitações sistêmicas e de controles internos da Companhia, não foi possível avaliar a necessidade de retroceder os ajustes do contas a receber ao período mais antigo apresentado, 1º de janeiro de 2021. Conseqüentemente, não foi praticável determinar a existência de eventuais efeitos nos saldos do contas a receber em 1º de janeiro de 2021, que possam ter afetado a apuração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, bem como as correspondentes demonstrações do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa deste mesmo exercício de 2021, apresentados para fins comparativos.</p> <p>Outros assuntos</p> <p>Demonstrações do Valor Adicionado</p> <p>Fomos contratados também para examinar, em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Oi S.A. - Em Recuperação Judicial, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS. Todavia, em decorrência da relevância dos assuntos descritos na seção “Base para abstenção de opinião”, também não nos foi possível obter evidência apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essa demonstração em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.</p> <p>Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior</p> <p>O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, preparadas originalmente antes dos ajustes descritos na Nota 2(d), foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 04 de maio de 2022, sem ressalvas e com parágrafo sobre incerteza</p>	<p>relacionada com a continuidade operacional.</p> <p>Como parte de nossa contratação para o exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, fomos também contratados para examinar o ajuste do saldo de abertura do contas a receber do exercício de 2022, que corresponde ao saldo em 31 de dezembro de 2021. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício de 2021.</p> <p>Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas</p> <p>A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo <i>International Accounting Standards Board</i> (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.</p> <p>Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.</p> <p>Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.</p> <p>Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas</p> <p>Nossa responsabilidade é a de conduzir uma auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e emitir um relatório de auditoria. Contudo, devido ao assunto descrito na seção intitulada “Base para abstenção de opinião”, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras.</p> <p>Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.</p> <p style="text-align: right;">Rio de Janeiro, 22 de maio de 2023</p>  <p style="text-align: right;">PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. CRC 2SP000160/O-5</p> <p style="text-align: right;">Cáren Henriete Macchin Contadora CRC 1PR038429/O-3 “T” SC</p>
--	--	---